

ISSN 2175-9278

Abril 2017

Volume 11 \ Número 2

Boletim Regional



Abril 2017

Volume 11 \ Número 2

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém (<i>e-mail</i> : pa.depec@bcb.gov.br);
Região Nordeste –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza (<i>e-mail</i> : ce.depec@bcb.gov.br), Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Recife (<i>e-mail</i> : pe.depec@bcb.gov.br), Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador (<i>e-mail</i> : ba.depec@bcb.gov.br);
Região Centro-Oeste –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte (<i>e-mail</i> : mg.depec@bcb.gov.br);
Região Sudeste –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte (<i>e-mail</i> : mg.depec@bcb.gov.br), Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro (<i>e-mail</i> : rj.depec@bcb.gov.br), Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (<i>e-mail</i> : sp.depec@bcb.gov.br);
Região Sul –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba (<i>e-mail</i> : pr.depec@bcb.gov.br), Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre (<i>e-mail</i> : rs.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1042

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 11, n. 2.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
Departamento de Atendimento Institucional (Deati)
Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate)
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <http://www.bcb.gov.br/?FALECONOSCO>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	11
Região Nordeste	17
2.1 – Bahia _____	22
2.2 – Ceará _____	26
2.3 – Pernambuco _____	29
Região Centro-Oeste	33
Região Sudeste	37
4.1 – Minas Gerais _____	41
4.2 – Rio de Janeiro _____	45
4.3 – São Paulo _____	49
Região Sul	53
5.1 – Paraná _____	57
5.2 – Rio Grande do Sul _____	61
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	65
Boxes	
Economia cearense: estrutura produtiva, desempenho recente e perspectivas _____	71
Comportamento regional da persistência inflacionária _____	78
Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) – revisão metodológica _____	82
Apêndice	87

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A evolução recente dos indicadores da atividade econômica no país permanece compatível com as perspectivas de estabilização da economia no curto prazo e sugere retomada gradual da atividade ao longo de 2017. A economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego, cenário que, ao lado da desinflação dos alimentos, favorece a desaceleração da inflação. Nesse ambiente, após registrar recuos trimestrais desde o primeiro trimestre de 2015, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) variou 0,8% na margem, no trimestre encerrado em fevereiro de 2017, de acordo com dados dessazonalizados.

No Norte, ocorreram, ao final de 2016 e início deste ano, sinais de estabilização da atividade, processo caracterizado por resultados mistos nos indicadores econômicos. No trimestre encerrado em fevereiro, houve recuperação da produção industrial - com reflexo positivo na confiança dos agentes econômicos e no comércio exterior -, destacando-se o desempenho da indústria de transformação, impulsionado pelas indústrias de outros equipamentos de transporte e produtos de informática, eletrônicos e ópticos no Polo Industrial de Manaus, e de minerais não-metálicos e produtos alimentícios, no Pará. Em sentido inverso, houve retração no volume de serviços, repercutindo, em parte, desempenhos desfavoráveis nos mercados de trabalho e de crédito. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional – Norte (IBCR-N) cresceu, na margem, 0,6% em relação ao trimestre finalizado em novembro, quando diminuiria 2,5%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

A atividade econômica deve registrar evolução mais favorável no Nordeste em 2017, impactada pela recuperação da safra agrícola – a produção de grãos da região deverá aumentar 89,1% no ano, evidenciando resultados expressivos das culturas de milho, feijão e soja - e pelos efeitos da conclusão de importantes obras sobre a estrutura produtiva da

região. No mesmo sentido, concorre a recuperação gradual dos indicadores de confiança dos agentes econômicos e a trajetória da demanda por bens e serviços não financeiros. Nesse contexto, em que persiste a ociosidade dos fatores de produção, o Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste (IBCR-NE) apresentou estabilidade no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia recuado 0,2%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. Note-se que esta oscilação é típica de períodos de acomodação da atividade.

Os principais indicadores da economia do Centro-Oeste evoluíram favoravelmente no trimestre encerrado em fevereiro de 2017. No âmbito da demanda, as estatísticas do comércio e dos serviços não financeiros na região sugerem momento de inflexão, com tendência de elevação na trajetória nos próximos trimestres, impulsionada pelo aumento na renda agrícola, tendo em vista as estimativas de crescimento da safra de grãos. Em relação aos indicadores de oferta, destaque para o desempenho da produção industrial, prejudicada em trimestres anteriores pelos efeitos da estiagem sobre a indústria alimentícia, que detém participação relevante na cadeia produtiva da região. Nesse contexto, o Índice de Atividade Econômica Regional – Centro-Oeste (IBCR-CO) aumentou, na margem, 1,1% no período, após contração de 0,5% no trimestre encerrado em novembro, segundo dados dessazonalizados.

No Sudeste, a oscilação dos principais indicadores econômicos sugere acomodação da atividade no período mais recente. Nesse cenário, embora o mercado de trabalho persista fragilizado, dificultando a recuperação consistente dos indicadores de consumo, e o reduzido dinamismo do mercado de crédito ainda limite a recuperação dos gastos das famílias e dos investimentos, as vendas do comércio ampliado mostraram recuperação no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, favorecidas pela expansão das vendas de tecidos, vestuário e calçados. No mesmo sentido, a produção industrial do Sudeste interrompeu trajetória declinante, sustentada, em especial, pela expansão da indústria extrativa. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional – Sudeste (IBCR-SE) cresceu 0,3% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando declinara 1,2%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

O desempenho da economia do Sul apresentou sinais de retomada importante no início de 2017, em cenário de reação moderada do mercado de crédito. No âmbito da demanda, houve reação significativa das vendas do comércio ampliado e, em menor escala, do volume de serviços não financeiros, em ambiente de continuidade da recuperação das expectativas dos consumidores. Os indicadores da oferta também evoluíram favoravelmente. A safra de grãos no Sul deverá aumentar 13,8% no ano, ressaltando-se que a elevação da renda agrícola tende a exercer desdobramentos favoráveis sobre a indústria, e, de maneira mais abrangente, sobre toda a cadeia produtiva da região. Em relação à atividade industrial, é relevante enfatizar que a expansão de 4,0% registrada, neste segmento, no trimestre encerrado em fevereiro de 2017, repercutiu aumento na produção de catorze das dezoito atividades pesquisadas, com destaque para a fabricação de veículos automotores e de produtos de fumo. Nesse contexto, o Índice de Atividade Econômica Regional – Sul (IBCR-S) registrou, na margem, variações respectivas de 2,8% e -0,9% nos trimestres encerrados em fevereiro de 2017 e em novembro do ano anterior, segundo dados des-sazonalizados, oscilação típica de períodos de acomodação da atividade.

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

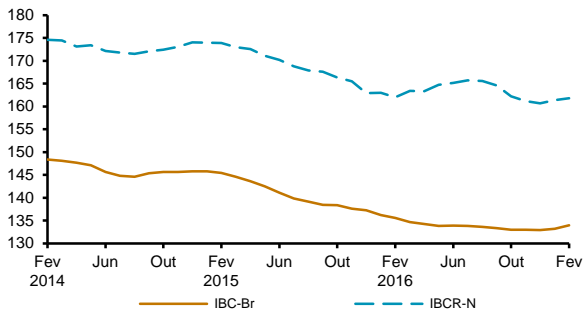
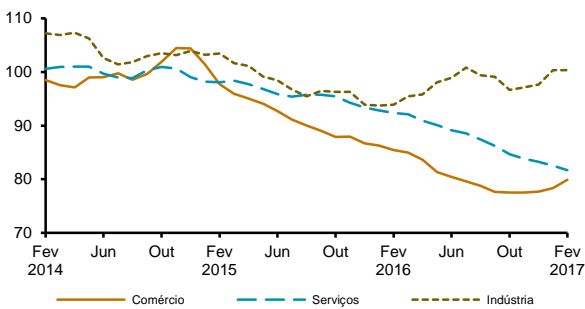


Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte

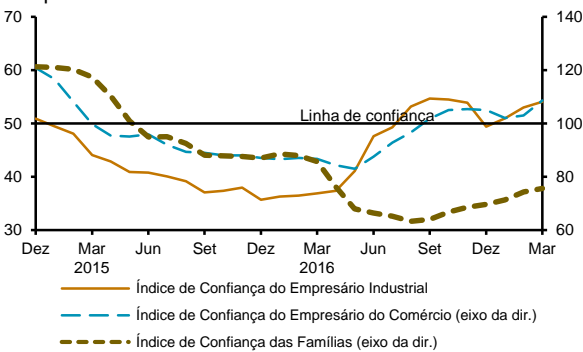
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Confiança dos agentes – Norte

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

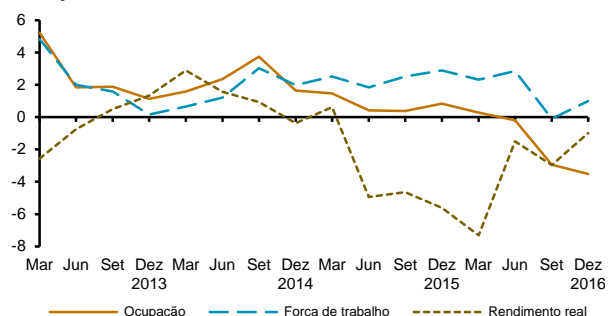
A economia no Norte mostrou, ao final de 2016 e início deste ano, sinais de estabilização da atividade, processo caracterizado por resultados mistos nos indicadores econômicos. No trimestre encerrado em fevereiro, houve recuperação da produção industrial, com reflexo positivo na confiança dos agentes econômicos e no comércio exterior. Por outro lado, observou-se retração no volume de serviços, repercutindo, em parte, desempenhos desfavoráveis nos mercados de trabalho e de crédito. Nesse cenário, o IBCR-N cresceu 0,6% em relação ao trimestre findo em novembro, quando diminuía 2,5%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 2,2% em fevereiro, com diminuição no ritmo de desaceleração desde outubro de 2016.

Relativamente aos indicadores de demanda, as vendas do comércio ampliado na região cresceram 3,0% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando diminuíram 1,6%, no mesmo tipo de análise, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC).

Os indicadores de expectativas dos consumidores, sugerem perspectivas positivas para a atividade varejista. O índice Intenção de Consumo das Famílias (ICF) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), aumentou 5,4 pontos, para 73,8 pontos, no primeiro trimestre do ano comparativamente ao trimestre anterior. O aumento do indicador repercutiu, em especial, o comportamento das perspectivas de consumo e da renda atual. No mesmo sentido, a confiança dos empresários do comércio mostrou reação – o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu 104,6 pontos, no primeiro trimestre do ano, mantendo-se na área de otimismo por sete meses consecutivos.

Gráfico 1.4 – Ocupação, força de trabalho e rendimento Norte

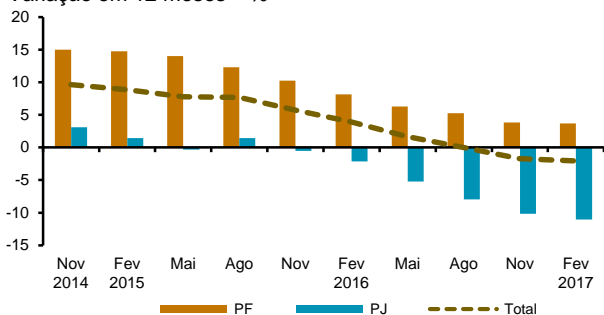
Varição interanual no trimestre – %



Fonte: IBGE (PNADC)

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O volume do setor de serviços recuou 2,9% e 4,5%, respectivamente nos trimestres mencionados, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

A trajetória do segmento de serviços repercute a continuada distensão do mercado de trabalho – com efeitos sobre o emprego e os rendimentos – e o reduzido dinamismo do mercado de crédito. O mercado formal de trabalho da região eliminou 30,4 mil postos no trimestre encerrado em fevereiro (eliminação de 49 mil no mesmo período de 2016), de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged/MT). A taxa de desocupação alcançou 12,7% no trimestre finalizado em dezembro de 2016, ante 8,6% em igual período de 2015, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, aumento decorrente das variações de -3,5% na população ocupada e de 1,0% na força de trabalho.

No mercado de crédito, o saldo das operações superiores a R\$1 mil realizadas na região, em fevereiro, recuou 0,5% no trimestre e 2,1% em doze meses. No trimestre, a carteira de pessoas jurídicas diminuiu 2,8% e a de pessoas físicas cresceu 0,9%. A inadimplência das operações de crédito permanece em níveis comportáveis, atingindo 4,6% (5,2% para pessoas jurídicas e 4,4% para pessoas físicas) em fevereiro, com redução de 0,17 p.p. no trimestre. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recuaram 31% na região, no primeiro bimestre do ano em relação a igual período de 2016.

Relativamente aos indicadores de oferta, a produção da indústria cresceu, na margem, 3,3% no trimestre finalizado em fevereiro, após recuo de 2,3% no período encerrado em novembro, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A indústria de transformação avançou 4,2%, com destaque para outros equipamentos de transporte e produtos de informática, eletrônicos e ópticos no Polo Industrial de Manaus, e minerais não-metálicos e produtos alimentícios no Pará. A indústria extrativa expandiu 2,5% no período, impulsionada pelo desempenho da extração de minério de ferro, concentrada no Pará.

A evolução recente do Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), indica que

Tabela 1.1 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2017/2016
		Produção ^{2/}		
		2016	2017	
Grãos ^{3/}	39,4	6 724	8 316	23,7
Soja	25,7	3 970	4 919	23,9
Milho	7,6	1 767	2 392	35,3
Arroz (em casca)	4,9	890	886	-0,5
Outras lavouras				
Mandioca	20,9	10 102	8 234	-18,5
Banana	7,5	957	1 052	9,9
Cacau	5,0	92	124	34,1
Abacaxi	2,5	588	378	-35,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2017.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

Tabela 1.2 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	Norte		Var. %
	2016	2017	
Total	1 899	2 425	27,7
Bens de capital	286	156	-45,5
Bens Intermediários	1 499	2 006	33,8
Bens de consumo	97	119	22,3
Duráveis	13	12	-7,0
Automóveis de passageiros	0	0	-
Semiduráveis e não duráveis	84	107	26,7
Combustíveis e lubrificantes	17	145	742,9
Petróleo	0	0	-
Demais	17	145	742,9
Bens não especificados	0	0	-

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 1.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida 2015	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2016	
		Nominal	Outros ^{4/}			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Total	15 920	-1013	1269	256	-771	15 405
Governos estaduais	16 217	-1 658	1317	-341	-871	15 005
Capitais	913	621	7	628	99	1640
Demais municípios	-1 209	24	-55	-31	1	-1 240

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

1/ Considerado o IGP-DI como deflator.

a confiança da indústria na região voltou a mostrar crescimento. Nesse sentido, o indicador mencionado situou-se em 54,1 pontos em março (49,4 pontos em dezembro e 36,9 pontos em março de 2016), permanecendo na zona de otimismo nos últimos três meses. Assinale-se que a elevada ociosidade registrada no Polo Industrial de Manaus – o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) atingiu 73,6% em fevereiro, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) – evidencia a inexistência de restrições de oferta para a retomada da atividade industrial.

Relativamente à produção do setor agrícola, a safra de grãos da região deverá aumentar 23,7% em 2017, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de março, do IBGE, impactada por expansões de milho, soja e feijão e corroborando com aumentos reais¹, na ordem, de 29,6%, 18,3% e 18,9% no valor bruto de produção (VBP) dessas culturas, segundo estimativa de março do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A respeito da produção pecuária, os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) aumentaram 11,1% no primeiro bimestre do ano, em relação a igual período de 2016, segundo dados do Mapa.

A evolução do comércio externo do Norte mostra-se consistente com a conjuntura econômica na região. Nesse sentido, a trajetória da atividade industrial influenciou o volume das importações, que cresceu 27,7% em 2017, no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo do ano anterior, com ênfase nos aumentos nas aquisições de combustíveis e lubrificantes e de matérias primas no Amazonas. As exportações, sensibilizadas pelas altas nas quantidades e nos preços dos principais produtos da pauta da região, expandiram 56,9% no período, após recuperação nas vendas de produtos básicos como minérios de ferro e de cobre, principalmente para China.

As contas fiscais consolidadas dos entes públicos do Norte apresentam, em 2016, melhora no resultado primário e redução da dívida líquida. Os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte registaram *superavit* primário de R\$1 bilhão no ano (*déficit* de R\$254 milhões em 2015), com destaque para o aumento no *superavit* dos governos estaduais. Dados mais recentes mostram continuidade dos resultados positivos nos primeiros

meses do ano, com o *superavit* primário alcançando R\$2,5 bilhões nos doze meses acumulados até fevereiro de 2017 (*déficit* de R\$892 milhões no mesmo período de 2016).

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na região atingiu R\$4,2 bilhões no primeiro bimestre de 2017, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe), e as transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizaram R\$5,8 bilhões no mesmo período, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registrando variações reais² de -4,2% e 3,1%, respectivamente, em relação a iguais intervalos de 2016.

A inflação da região, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Belém (RMB), permanece com dinâmica favorável. A aceleração ocorrida no primeiro trimestre de 2017 em comparação ao quarto trimestre de 2016 (0,85% ante 0,57%) está associada, em especial, a movimentos sazonais (reajustes de tarifas de ônibus urbano e custos de cursos regulares). Observa-se disseminação e consolidação da desinflação, em particular, de segmentos mais sensíveis ao ciclo. Neste sentido, o índice de difusão atingiu 43,9% no primeiro trimestre de 2017 (63,1% em igual período do ano anterior) e a inflação subjacente do setor de serviços manteve-se em patamar baixo (0,67% no primeiro trimestre ante 0,66% no quarto trimestre de 2016), evolução consistente com o cenário de ociosidade dos fatores de produção.

Consideradas variações em doze meses, a consolidação do processo de desinflação mostra-se mais evidente. O IPCA da RMB desacelerou de 6,76% em dezembro para 4,82% em março. A redução é explicada, em parte, pelo arrefecimento dos preços de alimentos in natura e de cereais, constituindo-se em choque de oferta favorável. A inflação subjacente no setor de serviços também desacelerou no período (de 5,36% para 5,04%), aumentando a confiança de processo duradouro da desinflação em curso.

A atividade econômica no Norte no início deste ano repercutiu o desempenho positivo dos indicadores

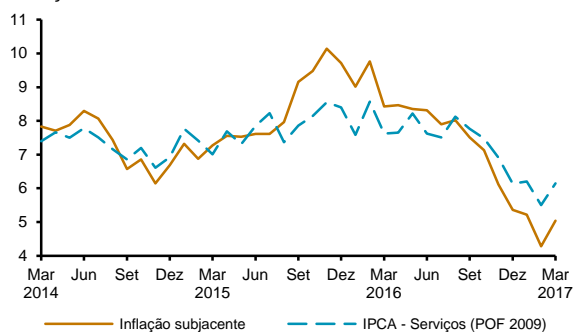
Tabela 1.4 – IPCA – Belém

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2016		2017	
		Ano	IV Tri	I Tri	Ano
IPCA	100,0	9,95	0,57	0,85	0,85
Livres	78,6	8,29	0,33	0,46	0,46
Comercializáveis	44,2	7,63	0,35	-0,03	-0,03
Não comercializáveis	34,4	9,12	0,30	1,07	1,07
Monitorados	21,4	16,22	1,47	2,31	2,31
Principais itens					
Alimentação	35,6	11,10	-0,07	-0,02	-0,02
Habitação	12,7	14,34	2,46	0,07	0,07
Artigos de residência	5,1	5,29	-0,59	0,29	0,29
Vestuário	8,2	6,11	-0,25	-0,91	-0,91
Transportes	12,0	9,31	0,81	3,30	3,30
Saúde	10,5	9,38	1,33	1,78	1,78
Despesas pessoais	8,3	11,61	1,28	0,58	0,58
Educação	4,5	6,88	0,16	5,48	5,48
Comunicação	3,1	3,08	-0,24	0,88	0,88

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2017.

Gráfico 1.6 – Inflação de serviços – Norte
Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

2/ Considerado o IGP-DI como deflator.

de oferta, especialmente, da atividade industrial, com efeitos favoráveis no comércio exterior e nas expectativas dos agentes, que podem favorecer a continuidade de reação da atividade econômica, após dois anos de queda. Persiste o comportamento menos favorável nos indicadores de demanda, em razão do processo de distensão do mercado de trabalho e as condições mais restritivas do mercado de crédito. Não obstante, a manutenção da trajetória negativa dos principais condicionantes da demanda tende a ser, em parte, compensada pelos impactos favoráveis do processo de redução da inflação e das taxas de juros.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados - média móvel trimestral

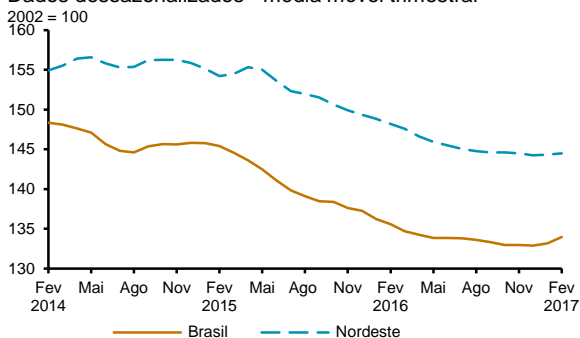


Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2016	2017	12 meses
	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	
Comércio varejista	0,0	1,0	-7,9
Combustíveis e lubrificantes	0,2	0,2	-8,5
Híper e supermercados	-0,8	-3,5	-7,7
Móveis e eletrodomésticos	-4,2	10,8	-18,7
Equip. e mat. para esc.,inf. e comunicação	-1,6	16,2	-11,6
Comércio ampliado	-0,8	1,7	-9,1
Automóveis e motocicletas	0,1	-0,6	-12,0
Material de construção	-1,6	6,6	-10,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A economia do Nordeste apresentou resultados mais favoráveis nos primeiros meses de 2017, impactada pela recuperação da safra agrícola e pelos efeitos da conclusão de importantes obras sobre a estrutura produtiva da região. No mesmo sentido, concorre a recuperação gradual dos indicadores de confiança dos agentes econômicos.

Nesse contexto, em que persiste a ociosidade dos fatores de produção, o IBCR-NE apresentou estabilidade no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia recuado 0,2%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. Note-se que esta oscilação é típica de períodos de acomodação da atividade.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado nordestino cresceram 1,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando diminuíram 0,8%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Assinale-se a recuperação das vendas de material de construção, e de tecidos, vestuário e calçados e de móveis e eletrodomésticos. Estatísticas da Fenabrave sugerem relativa recuperação das vendas de automóveis na região, tendo em vista que os respectivos emplacements recuaram 4,4% no trimestre finalizado em março, em relação a igual período de 2016, ante retração de 33,8% no trimestre anterior.

As pesquisas que aferem expectativas das famílias registraram melhora dos indicadores. Nesse sentido, o ICF, da CNC, atingiu 81,3 pontos no primeiro trimestre de 2017 (78,9 pontos no trimestre até dezembro), primeiro aumento trimestral desde 2014. Ressalte-se que, dos sete componentes do indicador, apenas os relativos ao emprego atual (108,8 pontos) e à perspectiva profissional (107,8 pontos) mantiveram-se acima da zona de indiferença (100 pontos). Da mesma forma, o Icec, também da CNC, que mensura as expectativas dos empresários do setor, variou 3,4 pontos, para 103,2

Tabela 2.2 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

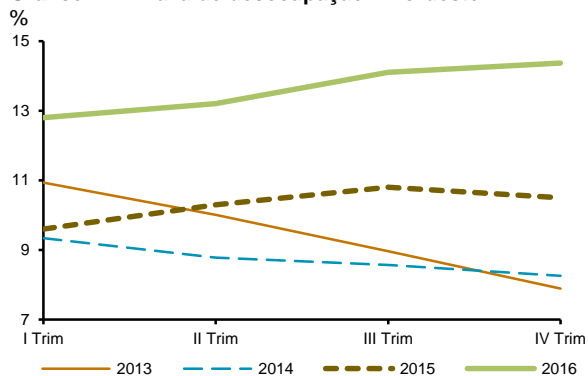
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016				2017
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-159,8	-92,4	-16,4	8,2	-134,2
Indústria de transformação	-57,5	-29,0	14,7	25,6	-52,9
Serviços industriais de util. pública	-2,5	-2,3	-0,1	-1,5	0,1
Construção civil	-30,0	-22,2	-18,5	-20,2	-23,3
Comércio	-26,4	-23,3	-12,6	9,9	-16,7
Serviços	-22,7	-13,4	-14,2	-7,3	-17,5
Agropecuária	-21,0	-2,4	14,5	4,7	-24,2
Outros ^{2/}	0,3	0,3	-0,2	-3,0	0,2

Fonte: MT

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

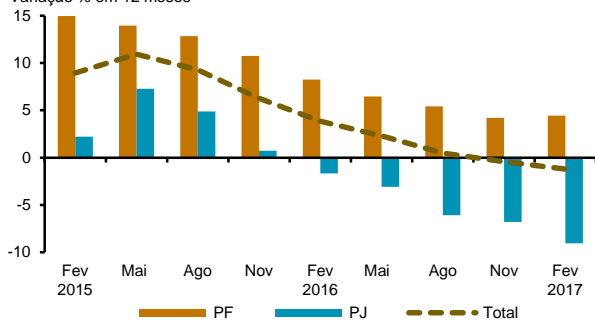
Gráfico 2.2 – Taxa de desocupação – Nordeste



Fonte: IBGE (PNADC)

Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

pontos, no período, retornando à área que indica confiança (acima de 100 pontos).

Ratificando a trajetória mais recente da demanda, o volume de serviços não financeiros da região cresceu 2,0% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia diminuído 1,0%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. A análise em doze meses revela que o indicador recuou 6,4% em fevereiro, ressaltando-se as retrações nos segmentos outros serviços (9,6%) e transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (9,4%).

O mercado de trabalho do Nordeste mostra moderação do processo de distensão, evidenciada na eliminação de 134,2 mil postos de trabalho no trimestre finalizado em fevereiro de 2017, ante corte de 159,8 mil vagas em igual período de 2016, de acordo com o Caged/MT. Destacaram-se as eliminações de empregos formais na indústria de transformação (52,9 mil) e na construção civil (23,3 mil). A análise na margem indica que o nível de emprego formal diminuiu 0,9% no trimestre (recoo de 1,0% no trimestre encerrado em novembro) considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da região registrou média de 14,4% no trimestre até dezembro, ante 10,5% em igual período de 2015, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE. Houve retrações de 5,5% na população ocupada e de 1,2% na População Economicamente Ativa (PEA). O rendimento real médio habitual variou 1,4% e a massa salarial, -3,5%, na mesma base de comparação.

A evolução do crédito, elemento importante no contexto da demanda, ainda mostra limitações à reação, após a retração significativa ocorrida em 2016. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na região totalizou R\$397,1 bilhões em fevereiro, com contrações de 0,1% no trimestre e de 1,2% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas, concentrada nas modalidades créditos à indústria de transformação e ao comércio, atingiu R\$153,4 bilhões, recuando 2,3% e 9,0%, respectivamente. A carteira de pessoas físicas somou R\$243,7 bilhões, com aumentos, na ordem, de 1,4% e 4,4% nas mesmas bases de comparação, destacando-se as modalidades crédito consignado e financiamento de veículos.

Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016	2017	12 meses
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-2,0	-0,4	-2,9
Indústrias extrativas	9,0	-0,7	-2,1	-3,9
Indústrias de transformação	91,0	-2,0	-0,2	-2,9
Produtos alimentícios	16,2	3,8	-15,1	-2,8
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-1,2	-1,5	-8,2
Outros produtos químicos	9,9	-4,2	5,4	-1,1
Artefatos couro e calçados	6,9	-7,2	3,8	3,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.4 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. % 2017/2016
		2016	2017	
Produção de grãos		9 536	18 029	89,1
Soja	23,8	5 100	9 415	84,6
Caroço de algodão (herbáceo)	8,1	531	544	2,4
Milho	7,7	3 126	6 644	112,5
Feijão	3,3	332	696	109,9
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	13,6	55 212	57 825	4,7
Mandioca	5,4	4 763	4 837	1,5
Banana	5,4	2 290	2 163	-5,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2017.

Tabela 2.5 – Necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	- 568	- 588	5 505	4 465
Governos estaduais	- 43	- 108	5 521	4 628
Capitais	599	- 40	121	- 6
Demais municípios	-1 124	- 439	- 137	- 156

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

No âmbito da oferta, a produção industrial nordestina decresceu 0,4% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando havia diminuído 2,0%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Destacaram-se as reduções nas atividades produtos alimentícios (15,1%) e bebidas (3,4%). A indústria da região recuou 2,9% no intervalo de doze meses encerrado em fevereiro de 2017, com reduções de 3,9% na indústria extrativa e de 2,9% na de transformação, ressaltando-se os resultados negativos nas atividades produtoras de derivados de petróleo e biocombustíveis.

A exemplo do observado no âmbito do comércio varejista, os índices de confiança dos empresários da indústria evoluíram positivamente na margem. O Icei do Nordeste, divulgado pela CNI, atingiu 53,5 pontos em março (52,5 pontos em dezembro e 39,7 pontos em março de 2016), enquanto o indicador de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para o Nordeste atingiu 58,1 pontos, situando-se pelo décimo primeiro mês consecutivo na zona de otimismo.

A safra de grãos do Nordeste deverá atingir 18,0 milhões toneladas em 2017 (representando 8,0% do total nacional) de acordo com o LSPA divulgado pelo IBGE em março. A previsão de expressiva expansão na safra anual (89,1%), com desdobramentos favoráveis sobre o nível de atividade e da renda da região, incorpora projeções de aumentos para as safras de milho (112,5%), feijão (109,9%) e soja (84,6%).

No âmbito fiscal, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste apresentaram *superavit* primário de R\$588 milhões em 2016, resultado semelhante ao observado no ano anterior. Dados mais recentes mostram que o *superavit* primário da região totalizou R\$3 bilhões no período de doze meses finalizado em fevereiro de 2017. No mesmo intervalo, a arrecadação real de ICMS diminuiu 8,3%, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS do Ministério da Fazenda (Cotepe/MF). As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cresceram 6,1%, em termos reais, no período de doze meses finalizado em janeiro de 2017, conforme a STN.

A balança comercial do Nordeste registrou *deficit* em US\$1,4 bilhões nos três primeiros meses de 2017, ante US\$862,1 milhões em igual período de 2016, segundo o MDIC. Houve aumento de 38,8% nas exportações, com destaque para as vendas de manufaturados, em especial de óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc), e de semimanufaturados, impulsionadas pelos embarques de produtos semimanufaturados de ferro ou aços, realizados pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará. A expansão de 45,5% das importações da região esteve condicionada pelos aumentos de 12,6% nos preços e de 29,2% no *quantum*, sobressaindo o crescimento nas importações de bens intermediários (naftas e etanol).

O IPCA da região variou 1,31% no primeiro trimestre do ano (1,03% no quarto de 2016), repercutindo relativa estabilidade na variação dos preços livres e aceleração, de 1,29% para 2,49%, dos preços monitorados, sobressaindo nesse grupo, as expansões nos itens ônibus urbano (13,08%) e plano de saúde (3,22%).

Ressalte-se que a trajetória dos preços livres seguiu influenciada pelo choque da desinflação dos alimentos, que pode ter efeitos secundários positivos, contribuindo para reduções adicionais das expectativas de inflação e evolução de preços em outros setores da economia. Nesse contexto, destacou-se a desaceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 1,13% para -0,06% (carnes, -1,74%; açúcares e derivados, -1,14%).

A inflação de serviços do IPCA atingiu 1,91% no trimestre terminado em março, enquanto a inflação subjacente do setor situou-se em 1,24%, denotando continuidade do processo desinflacionário no segmento.

No período de doze meses terminado em março, o IPCA da região variou 5,57%, ante 9,86% no mesmo intervalo de 2016, evolução decorrente de desacelerações dos preços livres, de 9,88% para 4,66%, e dos monitorados, de 9,77% para 8,94%. Saliente-se, na evolução anual, o impacto do choque de oferta favorável associado aos alimentos.

A economia do Nordeste, em resumo, apresenta após dois anos de retração da atividade, acomodação em setores relacionados ao consumo das famílias, em cenário de distensão do mercado de trabalho, reação moderada das operações de cré-

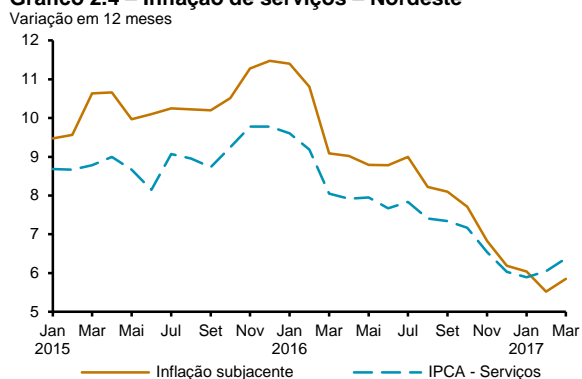
Tabela 2.6 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2016 12 meses	2017 I Tri	12 meses
IPCA	100,0	7,20	1,31	5,57
Livres	77,9	7,06	0,98	4,66
Comercializáveis	39,0	7,64	-0,06	4,10
Não comercializáveis	38,9	6,48	2,01	5,20
Monitorados	22,1	7,69	2,49	8,94
Principais itens				
Alimentação	29,8	10,08	0,65	4,75
Habitação	14,1	6,30	1,14	7,41
Artigos de residência	4,5	5,96	-0,65	3,51
Vestuário	6,7	3,92	-1,14	2,25
Transportes	16,7	3,08	2,80	4,23
Saúde	11,2	11,47	1,40	9,74
Despesas pessoais	9,1	7,50	0,92	6,01
Educação	4,6	7,62	7,30	9,06
Comunicação	3,4	0,94	0,74	2,50

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.4 – Inflação de serviços – Nordeste



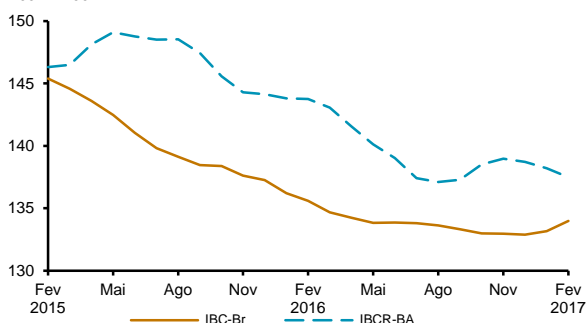
Fonte: IBGE e BCB

dito no segmento de pessoas e melhora nas expectativas dos consumidores. Pela ótica da oferta, a menor retração da produção industrial, em ambiente de elevação da confiança dos empresários e de expectativas mais favoráveis para a produção agrícola sugerem perspectivas de retomada gradual da atividade nos próximos trimestres.

2.1 – Bahia

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

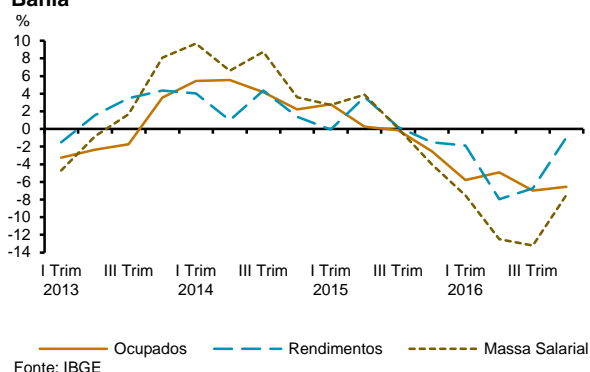
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia contraiu 4,9% em 2016, refletindo retrações na agropecuária (20,6%), na indústria (7,7%) e nos serviços (2,5%), de acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O PIB retraiu 5,5% no quarto trimestre de 2016, em relação a igual período do ano anterior, desempenho condicionado pelas retrações na agropecuária (12,9%), impactada pela seca que tem provocado perdas nas principais lavouras do estado; na indústria (10,4%), destacando-se o recuo de 25,1% na indústria extrativa mineral; e nos serviços (3,3%).

Indicadores mais recentes sugerem acomodação da atividade econômica. Nesse sentido, o IBCR-BA diminuiu 1,1% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando aumentara 1,4%, nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 6,7% em fevereiro (contração de 6,2% em novembro).

Gráfico 2.1.2 – Ocupação, rendimento e massa salarial – Bahia

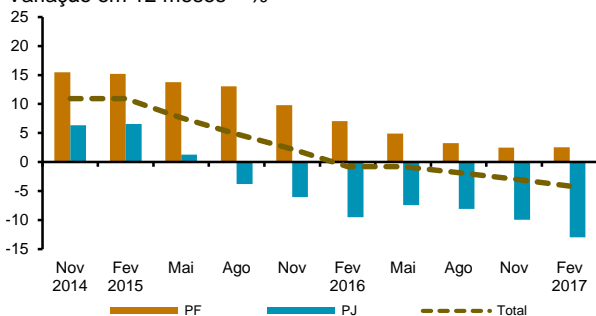


Fonte: IBGE

Em ambiente de continuidade de distensão do mercado de trabalho e de retração do mercado de crédito, a demanda segue retraída, sinalizando, entretanto, processo de acomodação. Nesse contexto, a economia da Bahia eliminou 18,1 mil postos formais de trabalho no trimestre encerrado em fevereiro, ante 26 mil em igual período de 2016, de acordo com o Caged/MT, destacando-se os cortes na construção civil, 9,3 mil e nos serviços, 4,4 mil. Ainda sobre o mercado de trabalho, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados e a massa salarial real registraram recuos respectivos de 1,0% e 7,5% no quarto trimestre de 2016, em relação a igual trimestre de 2015, ante retrações, na ordem, de 6,7% e 13,2% no trimestre anterior, na mesma base de comparação.

Gráfico 2.1.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

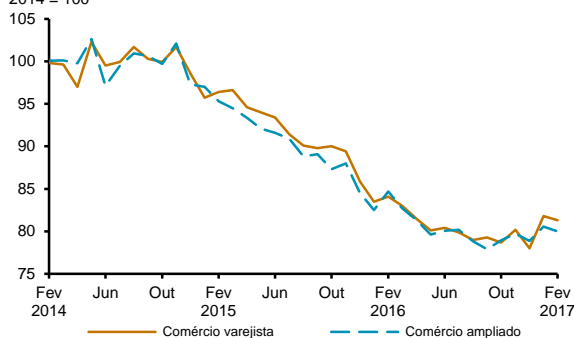
Variação em 12 meses – %



^{1/} Operações com saldo superior a R\$1 mil.

As operações de crédito recuaram 0,8% no trimestre finalizado em fevereiro, com elevação de 1,3% na carteira de pessoas físicas e recuo de 3,8% na de pessoas jurídicas, sensibilizada por retrações nos financiamentos para capital de giro (4,5%) e nos realizados com recursos do BNDES (2,2%).

Evidenciando a acomodação da demanda, as vendas do comércio ampliaram aumentaram 1,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando decresceram

Gráfico 2.1.4 – Comércio varejista – BahiaDados dessazonalizados
2014 = 100

Fonte: IBGE

Tabela 2.1.1 – Produção industrial – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016	2017	Acumulado
		Nov ^{2/}	FeV ^{2/}	em 12 meses
Indústria geral	100,0	-0,7	-1,9	-8,0
Indústrias extrativas	5,9	-6,3	3,2	-22,9
Indústrias de transformação	94,1	-0,3	-2,1	-7,1
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	5,5	-4,1	-19,7
Outros produtos químicos	16,1	-4,2	3,0	1,7
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	-0,2	-9,2	-1,4
Metalurgia	8,2	-18,7	-2,1	-8,8
Produtos alimentícios	8,1	0,9	-6,5	3,1
Celulose e prod. papel	7,4	7,5	-5,2	0,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.1.2 – Produção agrícola – Bahia

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2016	2017 ^{2/}	2016/2017
Grãos	51,5	5 540	7 770	40,3
Soja	25,9	3 213	4 718	46,8
Algodão herbáceo	14,6	485	479	-1,3
Milho	6,7	1 546	2 097	35,7
Feijão	3,6	171	299	74,8
Outros grãos ^{3/}	0,7	126	178	41,5
Outras lavouras				
Cacau	7,3	116	105	-9,6
Café	6,3	135	201	49,5
Banana	5,1	1 125	1 070	-4,9
Mandioca	4,1	1 870	1 746	-6,7
Cana-de-açúcar	2,7	5 475	3 575	-34,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Segundo o LSPA de março de 2017.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

1,1%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Ressaltam-se os aumentos das vendas de material de construção (11,9%) e de móveis e eletrodomésticos (18,8%). No mesmo sentido, os emplacamentos de automóveis e comerciais leves aumentaram 6,5% no período, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve. Observe-se, ainda, que o recuo nos financiamentos de veículos, considerados os segmentos pessoas físicas e jurídicas, atingiu 1,2% no período, ante retração de 4,0% no trimestre encerrado em novembro.

O cenário de acomodação da demanda no estado é reforçado pelo aumento de 1,1% registrado no volume dos serviços não financeiros no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando decrescera 0,2%, considerados dados dessazonalizados. Perspectivas mais favoráveis relativas ao setor seguem condicionadas à recuperação da atividade industrial e do mercado de trabalho.

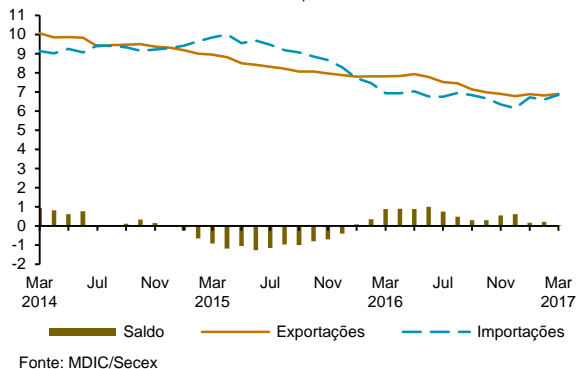
O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb)^{1/}, divulgado pela SEI, atingiu -182 pontos em fevereiro (-165 pontos em novembro e -480 em fevereiro de 2016) situando-se na área de pessimismo moderado. Houve melhora no indicador da Agropecuária e pioras nos relacionados às outras três atividades, em especial no que mensura a confiança no setor de serviços. A expectativa do empresariado quanto às variáveis macroeconômicas avançou 38 pontos no trimestre, contrastando com o recuo de 47 pontos no referente ao desempenho das empresas.

No âmbito da oferta, a economia baiana mostra sinais mistos, explícitos na trajetória descendente da atividade industrial e nas perspectivas favoráveis em relação ao desempenho da produção agrícola. Nesse contexto, a produção industrial recuou 1,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro quando contraíra 0,7%, na mesma base de comparação, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE.

Por outro lado, favorecida por condições climáticas mais propícias ao plantio, a safra baiana de grãos deverá apresentar aumento anual de 40,3% em 2017, totalizando 8,2 milhões de tonelada, com

1/ O indicador varia de -1000 a 1000, com o zero como ponto de indiferença.

Gráfico 2.1.5 – Balança Comercial – Bahia
Acumulado 12 meses - em US\$ bilhões



expansões nas principais lavouras do estado. Importante ressaltar que este resultado representa recuperação relevante da atividade agrícola da região, após cinco anos consecutivos de quebras de safras em ambiente de seca prolongada, suscitando perspectivas de continuidade da desinflação de alimentos, com possíveis desdobramentos sobre os preços de outros segmentos da economia do estado.

A balança comercial da Bahia registrou déficit de US\$285,9 milhões no primeiro trimestre do ano, ante *superávit* de US\$281,1 milhões no mesmo período de 2016. A reversão repercutiu, em especial, o aumento de 53,5% nas importações, que refletiu aumentos de 1,1% nos preços e de 51,9% no *quantum*, com destaque para as compras de bens intermediários e de bens de capital, sugerindo possível reação da atividade econômica do estado.

As exportações cresceram 7,7%, com variações de 15,6% nos preços e -6,9% no *quantum*, destacando-se o aumento de 52,6% nos embarques de manufaturados, com ênfase nas vendas de veículos para a Argentina, principal mercado de destino desse produto.

No âmbito fiscal, repercutindo a trajetória da atividade econômica, a arrecadação do ICMS atingiu R\$19,9 bilhões no período de doze meses finalizados em fevereiro, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, contraindo 4,8% em termos reais, em relação a igual período de 2016 (IGP-DI como deflator). As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, somaram R\$14,0 bilhões no período, conforme a STN, com crescimento real de 5,2%, na mesma base comparação. Ressalte-se que o processo de regularização de ativos de brasileiros no exterior contribuiu para o aumento das transferências no final do ano de 2016.

Adicionalmente, os governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia registraram *déficit* primário de R\$1,7 bilhão em 2016, ante *superávit* de R\$1,8 bilhão em 2015. Dados divulgados posteriormente indicam que o *déficit* primário somou R\$1,0 bilhão no intervalo de doze meses terminado em fevereiro de 2017, ante *déficit* de R\$0,8 bilhão em igual período de 2016. A dívida líquida do estado recuou 9,5% no primeiro bimestre de 2017.

Tabela 2.1.3 – IPCA – Salvador

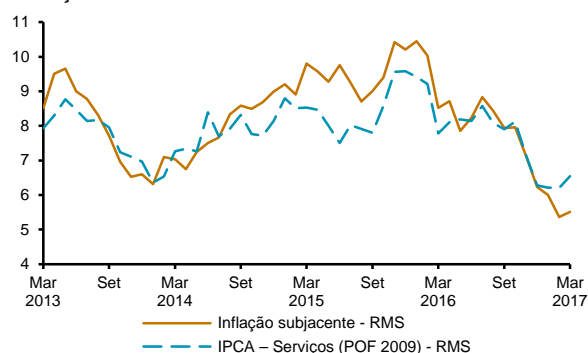
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2016	2017		
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,00	1,79	1,02	0,77	1,28
Livres	77,68	1,40	1,03	0,49	0,98
Comercializáveis	37,87	1,00	1,30	0,67	0,09
Não comercializáveis	39,81	1,77	0,79	0,33	1,84
Monitorados	22,32	3,19	1,00	1,74	2,32
Principais itens					
Alimentação	29,36	1,94	1,14	-0,55	0,65
Habitação	14,34	3,79	1,68	0,88	1,35
Artigos de residência	4,46	1,43	1,44	1,16	-0,94
Vestuário	6,58	1,24	0,13	1,55	-0,70
Transportes	18,10	-1,24	-0,30	2,31	2,51
Saúde	10,62	5,06	2,20	1,29	0,94
Despesas pessoais	8,42	1,61	1,79	1,38	0,89
Educação	4,42	0,55	0,65	0,03	7,83
Comunicação	3,69	2,64	0,58	-0,25	0,31

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2017.

Gráfico 2.1.6 – Inflação de serviços - RMS

Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

O IPCA na Região Metropolitana de Salvador (RMS) variou 1,28% no primeiro trimestre de 2017, ante 0,77% e 2,98% no quarto e no primeiro trimestre de 2016, respectivamente, de acordo com o IBGE. Embora persista o choque favorável dos preços dos alimentos, os reajustes sazonais nos custos da educação e de transportes contribuíram para a aceleração da inflação no trimestre finalizado em março.

Os preços dos monitorados aceleraram de 1,74% para 2,32%, repercutindo, principalmente, a elevação sazonal do preço do item ônibus urbano. Os preços livres desaceleraram, de 1,03% para 0,98%, refletindo reduções nas variações nos preços dos bens comercializáveis, de 0,67% para 0,09%, e dos não comercializáveis, de 0,33% para 1,84%. Os preços dos serviços aceleraram de 1,53%, no quarto trimestre de 2016, para 1,81%, no primeiro trimestre de 2017, repercutindo, em grande parte, o aumento no item cursos regulares, 10,12%. A inflação subjacente do setor de serviços desacelerou de 1,31% para 1,10%, na mesma base de comparação. Considerados períodos de doze meses, o IPCA na RMS variou 4,95% em março, ante 10,46% em igual período de 2016.

2.2 – Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados - média móvel trimestral
2002 = 100

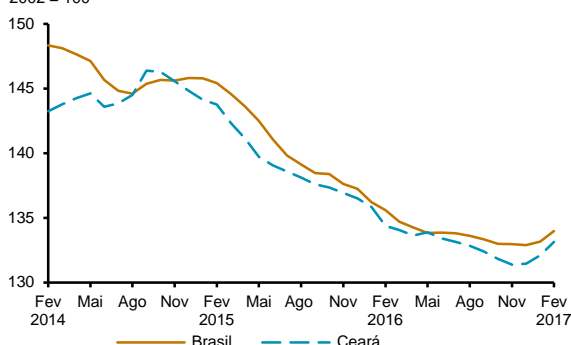


Tabela 2.2.1 – Comércio varejista – Ceará

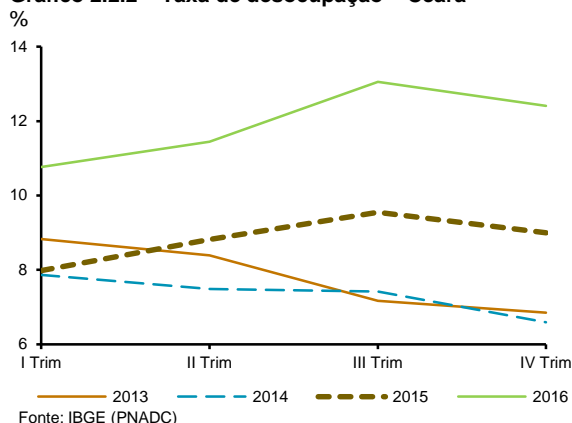
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2016	2017	12 meses
	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	
Comércio varejista	-1,6	-0,3	-6,7
Combustíveis e lubrificantes	-3,1	-6,2	-5,5
Hiper e supermercados	0,3	-1,0	-3,5
Móveis e eletrodomésticos	-5,3	-5,3	-18,8
Equip.e mat. para esc.,inf. e comunicação	-4,1	1,2	-6,6
Comércio ampliado	-1,6	1,8	-8,9
Automóveis e motocicletas	-4,2	-2,2	-13,8
Material de construção	1,4	16,7	-14,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2.2 – Taxa de desocupação – Ceará



Fonte: IBGE (PNADC)

O PIB do Ceará recuou 5,3% em 2016, de acordo com do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), reflexo de retrações na agropecuária (8,0%), impactada pelo quinto ano consecutivo de estiagem, na indústria (6,6%) e no setor de serviços (5,5%). Dados recentes sugerem acomodação da atividade econômica no estado, expressa no aumento de 1,3% do IBCR-CE no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando o indicador havia retraído 1,1%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado aumentaram 1,8% na margem, no trimestre encerrado em fevereiro, ante recuo de 1,6% no finalizado em novembro, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve elevação nas vendas em quatro dos dez segmentos pesquisados, com destaque para a alta de 16,7% no segmento de material de construção.

O volume de serviços não financeiros cresceu 6,0% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando decrescera 2,9%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O indicador variou 1,2% em relação a igual período de 2016, ressaltando-se o crescimento de 10,9% no segmento serviços profissionais, administrativos e complementares.

O mercado de trabalho no estado, ainda em distensão, registrou relativa acomodação na margem. Nesse sentido, houve eliminação de 14,1 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante corte de 22,4 mil vagas em igual período do ano anterior, de acordo com estatísticas do Caged/MT. Destacaram-se os desligamentos líquidos na indústria de transformação (3,6 mil) e na construção civil (2,9 mil). O nível de emprego formal no estado, considerados dados dessazonalizados, decresceu 0,4% no trimestre encerrado em fevereiro (0,9% no terminado em novembro).

A taxa de desemprego no Ceará atingiu 12,4%, no último trimestre de 2016 (9,0% em igual período de 2015), segundo a PNAD Contínua, do IBGE. Houve retração de 0,6% da população ocupada e aumento de 3,3% da força de trabalho. O rendimento médio

real habitualmente recebido pelos ocupados decresceu 0,8% e a massa salarial 1,2%, na mesma base de comparação.

O mercado de crédito segue em expansão, mas em ritmo moderado. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado somou R\$66,3 bilhões em fevereiro, variando 1,2% no trimestre e de 2,6% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$31,7 bilhões, variando 1,1% no trimestre e 0,6% em doze meses, ressaltando-se as contratações da indústria de transformação e do setor de serviços industriais de utilidade pública. A carteira de pessoas físicas atingiu R\$34,6 bilhões, crescendo, na ordem, 1,2% e 4,5% nos períodos mencionados, com destaque para as modalidades de financiamentos de veículos e de crédito consignado.

Em relação aos condicionantes da oferta, a produção industrial do Ceará cresceu 7,1% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando decrescera 5,5%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacam-se os crescimentos nos artigos do vestuário e acessórios (13,0%) e em artefatos de couro e calçados (8,1%). O resultado favorável na margem repercutiu na evolução do setor em doze meses, que registrou retração de 3,3% em fevereiro de 2017, ante recuo de 6,2% em novembro de 2016. De acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), o faturamento real da indústria de transformação cearense diminuiu 11,6% no período de doze meses encerrado em fevereiro. O pessoal empregado e a remuneração real registraram recuos respectivos de 9,7% e 11,5%, no período.

O resultado fiscal do estado repercutiu o desempenho da atividade econômica nos últimos trimestres. Nesse ambiente, a arrecadação do ICMS atingiu R\$10,7 bilhões no período de doze meses finalizados em fevereiro, segundo a Cotepe/MF, retração de 3,2% em termos reais, em relação a igual período de 2016 (IGP-DI como deflator). As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, somaram R\$11,7 bilhões no período, conforme a STN, com crescimento real de 7,0%, na mesma base comparação.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará registraram *superavit* primário de R\$138 milhões em 2016, ante *deficit* de R\$498 milhões em 2015. Dados posteriores indicam que o

Tabela 2.2.2 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016	2017	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-5,5	7,1	-3,3
Artefatos de couro e calçados	26,7	-5,6	8,1	2,5
Produtos alimentícios	16,9	-0,3	3,8	2,3
Art. vestuário e acessórios	11,8	0,3	13,0	-9,7
Bebidas	11,0	-11,0	-6,4	-16,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.2.3 – IPCA – Fortaleza

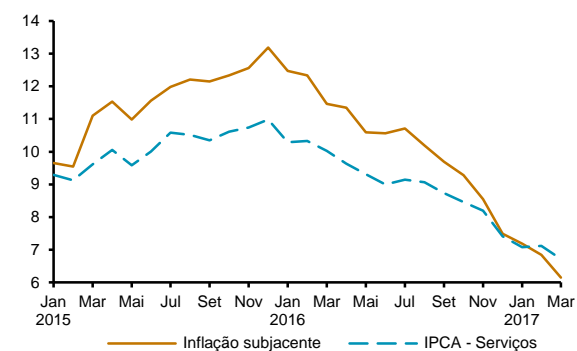
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2016 12 meses	2017 I Tri	12 meses
IPCA	100,0	8,34	1,59	6,85
Livres	78,7	8,79	1,08	6,14
Comercializáveis	41,8	8,77	0,08	5,64
Não comercializáveis	37,0	8,86	2,24	6,73
Monitorados	21,3	6,60	3,50	9,56
Principais itens				
Alimentação	33,5	12,05	1,00	7,42
Habitação	13,9	6,47	1,68	8,02
Artigos de residência	4,1	4,25	-0,23	2,94
Vestuário	6,3	4,54	-1,63	3,03
Transportes	15,8	3,09	4,17	5,48
Saúde	9,8	11,54	1,39	9,89
Despesas pessoais	9,4	10,90	0,62	7,49
Educação	4,3	9,02	6,53	9,55
Comunicação	2,9	0,78	0,52	0,75

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.2.3 – Inflação de serviços – Fortaleza

Variação em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

superavit primário aumentou para R\$902 milhões no intervalo de doze meses terminado em fevereiro de 2017. A dívida líquida do estado recuou 12,3% em relação a dezembro de 2016, atingindo R\$6,2 bilhões ao final de fevereiro de 2017.

A balança comercial do Ceará apresentou *deficit* de US\$57,7 milhões no primeiro trimestre de 2017, ante *deficit* de US\$262,2 milhões em igual período de 2016, de acordo com o MDIC. Destaque para o aumento de 120,5% nas exportações, influenciado pela elevação de 481,4% nas vendas de produtos semimanufaturados, que repercutiram o início das operações da CSP, em agosto de 2016 – os embarques de produtos semimanufaturadas de ferro ou aços, atingiram US\$279,1 milhões no trimestre, sem correspondência no mesmo intervalo de 2016. As importações cresceram menos intensamente no período (16,4%), desempenho consistente com o término das aquisições de máquinas e equipamentos para a CSP. Destaque, ainda, para o aumento de 38,0% nas compras de bens duráveis (aparelhos eletromecânicos ou térmicos de uso doméstico).

A inflação ao consumidor da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), medida pelo IPCA, repercutiu, na margem, pressões sazonais de preços no grupo de itens monitorados. Nesse contexto, a variação do IPCA atingiu 1,59% no trimestre encerrado em março, ante 1,12% no finalizado em dezembro de 2016, resultado de desaceleração dos preços livres, de 1,23% para 1,08%, e significativa aceleração dos monitorados, de 0,69% para 3,50%. A evolução dos preços livres, associada em especial à desinflação dos alimentos, refletiu o arrefecimento na alta dos preços de bens comercializáveis, de 1,38% para 0,08%, e a aceleração dos preços dos bens não comercializáveis, de 1,08% para 2,24%. Os preços dos serviços e a inflação subjacente do setor registaram aceleração no trimestre.

A variação do IPCA da RMF atingiu 6,85% no período de doze meses até março, ante 10,88% em igual intervalo de 2016, evolução decorrente de desacelerações dos preços livres, de 10,59% para 6,14% e dos monitorados, de 11,91% para 9,56%.

2.3 – Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados
2014 = 100

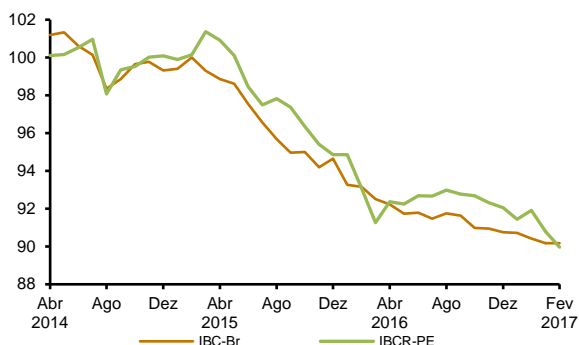
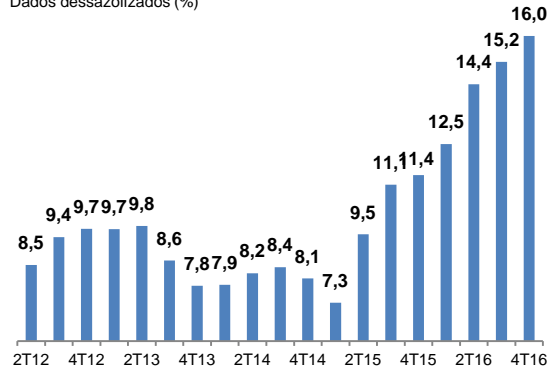


Gráfico 2.3.2 – Taxa de Desocupação de pessoas de 14 anos ou mais – Pernambuco

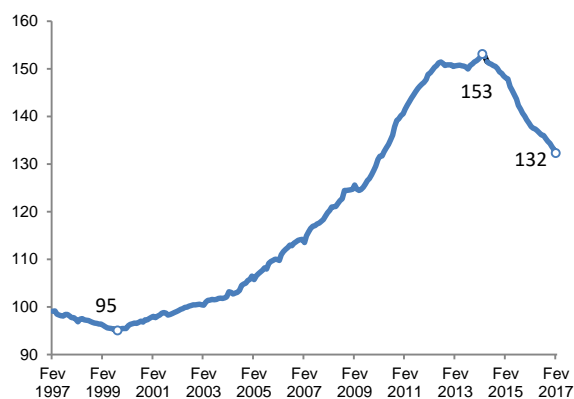
Dados dessazonizados (%)



Fonte: IBGE/PNAD-C

Gráfico 2.3.3 – Índice de Emprego Formal - Pernambuco

Dados dessazonalizados



Fonte: MT/Caged

O IBCR-PE, que inclui estatísticas relativas à fabricação de veículos e ao refino de petróleo², recuou 5,1% em 2016, ante retração de 4,5% do indicador nacional. Na margem, considerados dados dessazonalizados, o IBCR-PE retraiu 1,1% no trimestre encerrado em fevereiro, após apresentar expansão no trimestre até novembro de 2016, trajetória que incorpora oscilações típicas de processos de acomodação da atividade econômica. Destaque para as evoluções favoráveis do comércio varejista, das vendas externas e dos indicadores de confiança dos empresários industriais.

O mercado de trabalho segue em distensão. Considerados dados dessazonalizados PNADC, que se inicia em 2012, a taxa de desocupação registra aumentos consecutivos desde o segundo trimestre de 2015, atingindo 16,0% no quarto trimestre de 2016. Nesse contexto, o rendimento médio real habitualmente recebido de todos os trabalhos retraiu 19,8% entre o quarto trimestre de 2014 e o período equivalente de 2016.

O número de empregados com carteira assinada recuou 13,7% no intervalo de três anos encerrado em fevereiro de 2017, de acordo com o Caged/MT, destacando-se a retração de 47,3% na construção civil. Na margem, considerados dados dessazonalizados, o emprego formal registrou recuos respectivos de 1,4% e 1,0% nos trimestres encerrados em fevereiro de 2017 e em novembro de 2016 anterior.

Indicador relevante de demanda, o saldo das operações de crédito superiores a R\$1000 encontra-se relativamente estável no estado. Nesse ambiente, a carteira de pessoas físicas, influenciada pela modalidade financiamentos imobiliários, aumentou 1,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2016, enquanto a carteira de pessoas jurídicas, condicionada pelo menor dinamismo dos financiamentos do BNDES, recuou 1,3% no período.

2/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do estado, que baseia-se na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam em Pernambuco. Considerando que, atualmente, as atividades mencionadas são pesquisadas na PIM-PF do Nordeste e concentram-se na Bahia (cerca de 90% da produção de cada uma delas), o procedimento utilizado foi atribuir a Pernambuco o diferencial entre a produção nordestina destes segmentos e a produção da Bahia, com base nos pesos do VTI relativos a 2014, extraídos da Pesquisa Industrial Anual do IBGE.

Tabela 2.3.1 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2016	2017		
	Ano	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-10,0	-0,2	1,5	-8,6
Combustíveis e lubrificantes	30,8	-1,0	1,8	-3,1
Hiper e supermercados	-10,8	-2,1	0,6	-12,2
Tecidos, vestuário e calçados	-12,7	-1,0	9,5	-8,7
Móveis e eletrodomésticos	-28,7	-2,1	8,1	-25,8
Comércio ampliado	-11,9	0,6	1,1	-9,9
Automóveis e motocicletas	-18,4	-0,7	3,5	-15,0
Material de construção	-8,2	4,9	-9,9	-6,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O consumo das famílias, considerados dados dessazonalizados da PMC do IBGE, aumentou, na margem, pelo segundo trimestre consecutivo. Nesse sentido, o comércio ampliado do estado cresceu 1,1% no trimestre finalizado em fevereiro, destacando-se as vendas de tecidos, vestuário e calçados, de móveis e eletrodomésticos, e de automóveis e motocicletas.

O déficit na balança comercial do estado aumentou 34,0% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, reflexo de elevações respectivas de 152,0% e 34,0% nas exportações e nas importações.

O desempenho das vendas externas repercutiu, em grande medida, o impacto das exportações dos segmentos mais recentes da estrutura produtiva do estado. Destacaram-se, portanto, os aumentos das vendas de combustíveis se elevando (381,0%), cuja participação no total passou de 15,0% para 29,0%, de automóveis (323,0%) e de resina PET (41,0%). No mesmo sentido, os embarques de açúcar, produto de exportação mais tradicional do estado, cresceram 190,0% no período.

No âmbito fiscal, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste apresentaram *superavit* primário de R\$588 milhões em 2016, resultado semelhante ao observado no ano anterior. Dados mais recentes mostram que o *superavit* primário da região totalizou R\$3 bilhões no período de doze meses finalizado em fevereiro de 2017. No mesmo intervalo, a arrecadação real de ICMS diminuiu 8,3%, segundo a Cotepe/MF. As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, cresceram 6,1%, em termos reais, no período de doze meses finalizado em janeiro de 2017, conforme a STN.

Em relação aos indicadores de oferta, a produção da indústria pernambucana registrou acomodação no trimestre encerrado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A análise em doze meses, mostra que a indústria de Pernambuco cresceu 3,0% em fevereiro, impulsionada pelo desempenho dos setores, automóveis (47,0%) e combustíveis (47,6%)³.

Tabela 2.3.2 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2016	Variação % no período		
		2016	2017	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral ^{3/}	100,0	-2,9	-0,0	3,0
Produtos alimentícios	25,2	0,3	-11,9	-1,7
Veículos	12,3	n.d. ^{4/}	n.d. ^{4/}	47,0
Produtos químicos	9,8	-9,6	9,8	-2,5
Bebidas	8,5	7,6	-9,9	1,0
Produtos minerais não-metálicos	7,9	-6,5	-2,5	-19,6
Derivados de petróleo	6,4	n.d. ^{4/}	n.d. ^{4/}	47,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI estimada para 2016

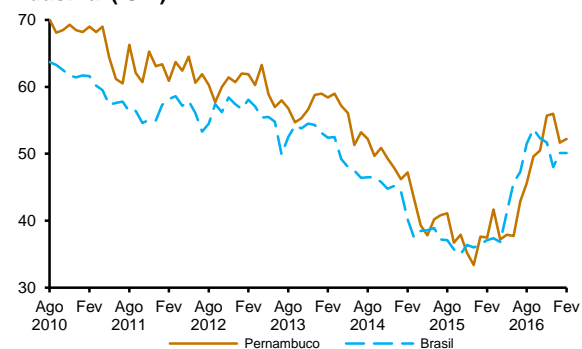
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

3/ Inclusive Veículos e Derivados de Petróleo, imputados pelo Banco Central.

4/ Série com período insuficiente para dessazonalização.

3/ Esses setores ainda não são considerados pelo IBGE na PIM-PF para Pernambuco, sendo imputados pelo Banco Central, nos dados apresentados.

Gráfico 2.3.4 – Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)



Fonte: CNI e Fiepe

Tabela 2.3.3 – Produção agrícola – Pernambuco

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação % 2017/2016
		2016	2017 ^{2/}	
Cana-de-açúcar	40,5	13.045	14.998	15,0
Uva	19,2	243	237	(2,6)
Manga	8,8	-	-	-
Banana	7,4	367	327	(10,9)
Goiaba	5,6	-	-	-

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2017.

O Icei de Pernambuco vem apresentando trajetória semelhante ao do indicador nacional. Após registrar tendência declinante até meados do segundo semestre de 2015, quando atingiu o valor mínimo da série, iniciada em janeiro de 2010, o Icei-PE apresentou aumentos consecutivos até outubro de 2016, quando atingiu 56 pontos. O indicador oscilou nos períodos subsequentes, evolução consistente com o processo de acomodação da atividade no estado.

O valor da produção agrícola do estado concentra-se nas culturas de cana de açúcar, uva, manga, banana e goiaba (cerca de 80,0% do total), conforme levantamento da PAM 2015, do IBGE. Prospectivamente, destaca-se o crescimento de 15,0% em 2017, estimado para a produção de cana-de-açúcar, principal cultura do estado, salientando-se que esse movimento representa recuperação parcial das quebras de safras registradas em períodos anteriores, devido a condições meteorológicas adversas.

A inflação da Região Metropolitana de Recife (RMR), medida pelo IPCA, atingiu 1,11% no trimestre encerrado em março, ante 1,34% no finalizado em dezembro de 2016, refletindo desaceleração dos preços livres, de 1,42% para 0,84%, e aceleração dos monitorados, de 1,03% para 2,09%.

A evolução dos preços livres foi condicionada, em parte, pela desinflação dos alimentos, enquanto a aceleração dos monitorados foi influenciada por reajustes sazonais nos preços dos itens ônibus urbano e planos de saúde.

A variação dos preços dos serviços aumentou de 1,50% para 2,08%, no período, e a inflação subjacente do setor acelerou de 1,31% para 1,49%.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMR variou 5,56% em março, ante 7,10% em dezembro, repercutindo desaceleração nos preços livres, de 6,58% para 4,58% e aceleração dos preços monitorados, de 8,98% para 9,16%.

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste

Dados desazonalizados - Média móvel trimestral
2002 = 100

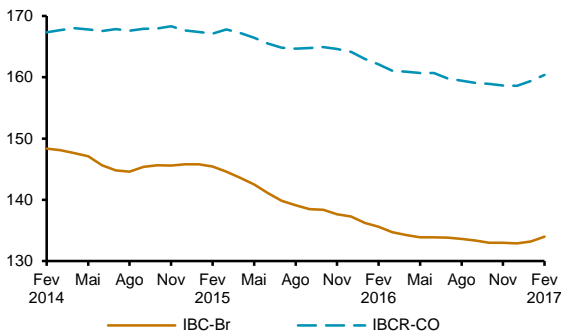


Gráfico 3.2 – Comércio e Serviços – Centro-Oeste

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

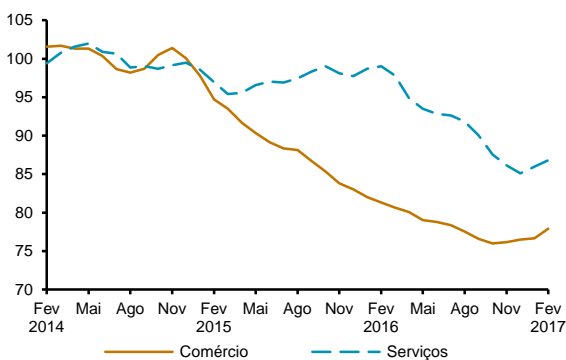


Tabela 3.1 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016	2017			2017
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-48,3	-2,1	-1,7	-39,8	-12,7
Indústria de transformação	-11,5	6,4	-1,2	-13,5	-1,6
Comércio	-11,7	-10,5	-4,3	1,4	-6,5
Serviços	-15,6	0,1	-6,3	-9,5	-0,3
Construção civil	-12,0	2,0	1,5	-9,5	-11,5
Agropecuária	3,5	-0,4	8,3	-7,8	7,3
Outros ^{2/}	-1,0	0,3	0,4	-0,8	0,0

Fonte: MT

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

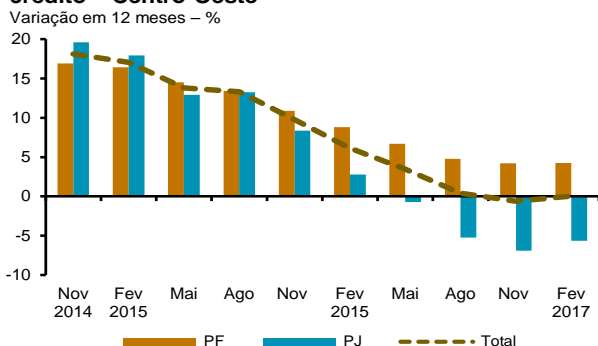
A atividade econômica no Centro-Oeste expandiu no trimestre encerrado em fevereiro, interrompendo sequência de oito trimestres com resultados negativos. O movimento na margem repercutiu desempenho positivo da agricultura, com destaque para o aumento na produção de milho, da indústria de transformação, em especial do segmento de processamento de alimentos, e do setor imobiliário. Nesse contexto, o IBCR-CO aumentou, na margem, 1,1% no período, após contração de 0,5% no trimestre encerrado em novembro, segundo dados dessazonalizados.

Relativamente aos indicadores de demanda, as estatísticas do comércio e dos serviços não financeiros na região sugerem momento de inflexão, com tendência de elevação na trajetória nos próximos trimestres, impulsionada pelo aumento na renda agrícola, tendo em vista as estimativas de crescimento da safra de grãos. Nesse cenário, as vendas do comércio ampliado aumentaram 2,3% no trimestre até fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando recuaram 1,8%, no mesmo tipo de comparação, destacando-se o acréscimo das vendas no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. Na mesma direção, as vendas de automóveis e comerciais leves novos cresceram 0,3% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao último trimestre do ano anterior, quando haviam recuado 0,7%, nessa base de comparação, segundo estatísticas da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), dessazonalizadas.

O volume de serviços não financeiros no Centro-Oeste aumentou 0,8%, na margem, no trimestre encerrado em fevereiro, após recuo de 6,2% no finalizado em novembro, destacando-se o aumento em Mato Grosso, 22,8%, que reverteu a contração de 19,3% ocorrida no trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PMS, do IBGE.

Condicionante importante da demanda, o mercado de trabalho na região começa a apresentar alguns sinais positivos. Embora se registre perda de 12,7 mil postos de trabalho formais no trimestre

Gráfico 3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 3.2 – Exportação por fator agregado

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2016	2017	Var. %	Var. %
Exportações	6 690	6 062	-9,4	24,3
Básicos	5 717	5 098	-10,8	39,0
Industrializados	974	964	-0,9	13,3
Importações	2 086	1 996	-4,3	11,8
Bens de capital	79	120	51,2	-21,4
Bens Intermediários	810	1 007	24,4	21,2
Bens de consumo	778	675	-13,3	3,9
Combustíveis e lubrificantes	417	193	-53,6	8,1
Saldo comercial	4 605	4 066	-11,7	72,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 3.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida		Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}
	2015		Nominal	Outros ^{3/}		2016
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}		Dez
Total	31 522	-1 457	3 304	1848	1 653	35 023
Governos estaduais	32 517	-1 774	3 370	1596	2 052	36 164
Capitais	265	402	8	410	-299	376
Demais municípios	-1 260	-85	-74	-158	-99	-1 518

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

finalizado em fevereiro, esse montante foi significativamente inferior aos 48,3 mil postos perdidos em igual período de 2016, segundo o Caged/MT. Ademais, houve crescimento de 0,1% no nível de emprego formal no trimestre, interrompendo sequência de oito trimestres de recuos, segundo dados dessazonalizados. A taxa média de desocupação no Centro-Oeste atingiu 10,9% no quarto trimestre de 2016, elevando-se 3,5 p.p. em doze meses, patamar inferior ao registrado em nível nacional (12,0%), segundo a PNADC. No mesmo sentido, o rendimento médio real habitual e a massa de rendimentos real cresceram 0,6% e 0,4%, na ordem (0,5% e -1,2%, respectivamente, no país).

O mercado de crédito no Centro-Oeste mostra os primeiros sinais de reversão na trajetória de desaceleração iniciada em meados de 2014, após estabilização dos estoques nos últimos seis meses. O saldo das operações superiores a R\$1 mil cresceu 1,0% no trimestre até fevereiro, impulsionado pelas operações de crédito rural e de financiamento imobiliário, mantendo-se estável em doze meses. A carteira de pessoas físicas avançou 2,1% no trimestre, destacando-se as operações de crédito rural, de financiamento imobiliário, e as com recursos do BNDES, enquanto a carteira de pessoas jurídicas recuou 0,7%, impactada por retrações nas contratações da indústria de transformação e da construção civil. As operações com recursos direcionados aumentaram 2,0% no trimestre, enquanto as efetuadas com recursos livres decresceram 0,7%.

O comércio internacional da região evidenciou redução de 11,7% no *superavit* do primeiro trimestre deste ano, em relação a igual período de 2016, repercutindo, sobretudo, o decréscimo das exportações de básicos (-10,8%), fluxo ainda não sensibilizado significativamente pelo resultado positivo da atual safra de grãos. As importações recuaram 4,3% no período, ressaltando-se as reduções nas aquisições de gás natural, medicamentos e automóveis.

No âmbito fiscal, a desaceleração econômica e os efeitos da quebra da safra contribuíram para a redução de 54,1% no *superavit* primário do setor público em 2016, com reduções mais significativas no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, parcialmente compensadas pela melhora no indicador do Distrito Federal. A dívida pública da região alcançou R\$35,0 bilhões em dezembro, com incremento de 11,1% no ano, impulsionada principalmente pelo

Gráfico 3.4 – Produção industrial – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100

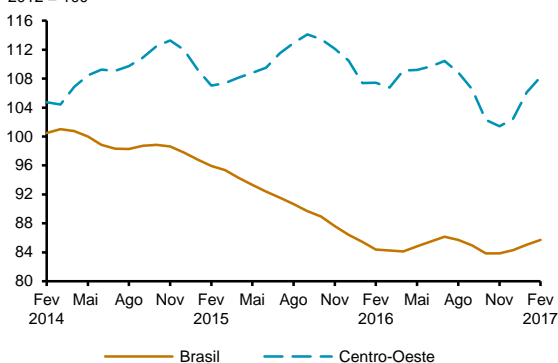


Tabela 3.4 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2017/2016
		Produção ^{2/} 2016	2017	
Grãos	83,2	75 097	99 084	31,9
Algodão (caroço)	6,9	1 475	1 612	9,2
Feijão	1,8	619	703	13,7
Feijão 1ª safra	0,5	165	195	18,0
Feijão 2ª safra	0,7	234	276	17,9
Feijão 3ª safra	0,6	220	233	6,1
Milho	17,5	27 405	44 180	61,2
Milho 1ª safra	1,6	2 437	2 963	21,6
Milho 2ª safra	15,9	24 968	41 218	65,1
Soja	55,4	43 944	44 138	0,4
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	12,8	141 945	134 917	-5,0
Mandioca	0,8	1 262	1 194	-5,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2017.

aumento nas dívidas de Goiás e do Distrito Federal. Dados mais recentes relativos à arrecadação, mostram que a receita com ICMS e transferências da União cresceram 8,8% em termos reais no primeiro bimestre de 2017, em relação ao mesmo período do ano anterior (variação de -3,1% no mesmo bimestre de 2016).

O desempenho da produção industrial no Centro-Oeste indica recuperação da retração ocorrida nos meses anteriores decorrente dos efeitos da estiagem na região. No trimestre em análise, houve aumento de 6,7%, após recuo de 6,9% no trimestre anterior, segundo a PIM-PF, do IBGE. Sobressaíram as variações de 8,2% na indústria alimentícia, de 7,1% na indústria metalúrgica, e de 5,3% na de minerais não metálicos.

O aumento da produção industrial e as estimativas favoráveis de colheita na região contribuíram para a elevação da confiança dos empresários, que voltou a indicar otimismo em março. O Ipei do Centro-Oeste, divulgado pela CNI, atingiu 53,8 pontos, ante 49,3 pontos em dezembro de 2016, com evolução tanto no componente de expectativa, quanto no de condições atuais.

As projeções da produção de grãos para a safra 2017 do Centro-Oeste apontam expansão de 31,9%, conforme LSPA, do IBGE, recuperando-se das perdas, em função da estiagem, na safra anterior. O volume de grãos colhido deverá atingir 99,1 milhões de toneladas, alcançando novo recorde, repercutindo aumentos de 61,2% na produção de milho, 9,2% na de algodão, e 13,7% na de feijão. Em relação às demais culturas, cana-de-açúcar e mandioca devem apresentar decréscimos respectivos de 5,0% e 5,4%; enquanto a produção de tomate deve crescer 16,7%. Em relação à pecuária, segmento relevante da economia local, os abatimentos declinaram no início do ano, evidenciando ainda o impacto da estiagem sobre os plantéis. Os abatimentos de bovinos, aves e de suínos recuaram 2,4%, 15,4% e 21,7%, respectivamente, no primeiro bimestre de 2017, em relação a igual intervalo de 2016.

O Centro-Oeste foi a única região do país a registrar desaceleração da inflação entre o final de 2016 e o início deste ano. O IPCA regional¹ atingiu 0,45% no primeiro trimestre de 2017, ante 0,99% no trimestre anterior, desaceleração decorrente, em especial, de cenário mais favorável nos grupos transporte,

1/ O IPCA da região reflete a agregação – agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande –

Tabela 3.5 – IPCA – Centro-Oeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2016			2017
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,00	1,26	1,21	0,99	0,45
Livres	75,46	1,48	1,14	0,97	0,10
Comercializáveis	33,95	1,33	1,58	0,87	-0,40
Não comercializáveis	41,51	1,61	0,79	1,05	0,50
Monitorados	24,54	0,56	1,40	1,06	1,57
Principais itens					
Alimentos e bebidas	23,86	2,87	0,81	-0,28	-0,39
Habitação	15,77	0,36	1,77	0,70	1,16
Artigos de residência	4,13	0,71	0,43	-1,28	-1,27
Vestuário	5,77	1,62	0,18	2,09	-0,22
Transportes	19,54	-2,16	1,24	2,74	-0,74
Saúde	10,72	5,01	1,57	1,30	1,52
Despesas pessoais	11,36	1,61	1,83	1,81	1,40
Educação	4,78	0,48	1,65	0,14	4,88
Comunicação	4,06	2,61	0,27	0,17	0,79

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2017.

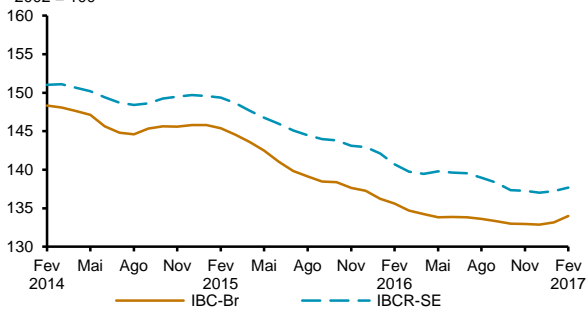
artigos de residência, e alimentação e bebidas, que registraram deflação no período. A inflação dos serviços reduziu de 1,95% para 0,98%, influenciada, sobretudo, pelo recuo em passagens aéreas. Ressalte-se, ainda, que Goiânia foi uma das poucas capitais do país que não registrou elevação nas tarifas de ônibus urbano no início do ano. A inflação de serviços subjacente, que exclui itens de turismo, educação, comunicação e serviços domésticos, diminuiu de 1,37% para 1,32% ratificando o processo de desinflação no segmento. No mesmo sentido, o índice de difusão atingiu 54,9%, ante 56,6% no quarto trimestre de 2016.

O IPCA da região acumulado em doze meses variou 3,97% em março, ante 5,83% em dezembro de 2016. Esse resultado repercutiu a evolução dos preços de bens comercializáveis, cuja variação declinou de 6,77% para 3,41%, e de bens não comercializáveis, de 5,91% para 4,01%. Entre os preços monitorados houve ligeira aceleração no período, de 4,37% para 4,67%. A inflação de serviços desacelerou de 6,57% para 5,95%, e a de serviços subjacentes, de 5,92% para 5,00%.

O crescimento da atividade econômica no Centro-Oeste no começo deste ano reverteu a trajetória observada ao longo de 2016, que além de repercutir os mesmos fatores que afetaram a economia do país, refletiu os efeitos da estiagem na produção agrícola e no processamento de alimentos na região. A recuperação da agricultura, com perspectivas de safra recorde, deverá produzir efeitos significativos nos próximos dois trimestres, especialmente com a colheita do milho de inverno, concomitantemente com a evolução mais favorável dos setores de comércio e serviços.

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

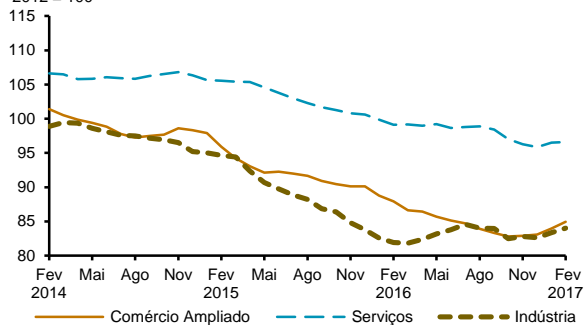
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

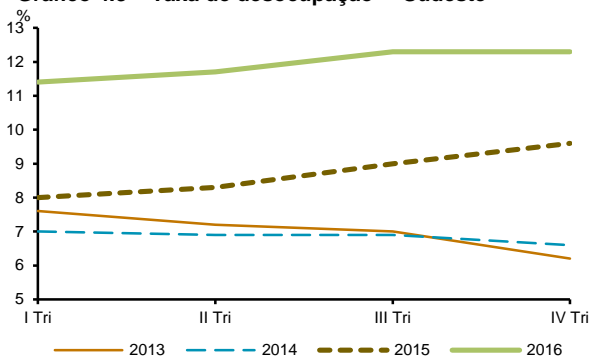
Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria - Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.3 – Taxa de desocupação – Sudeste



Fonte: IBGE (PNADC)

A economia do Sudeste, após retração no período anterior, apresentou acomodação na margem no trimestre finalizado em fevereiro, estimulada pela recuperação da produção industrial, pela safra agrícola favorável e pela maior confiança dos agentes econômicos. Contudo, o reduzido dinamismo dos mercados de trabalho e de crédito ainda limita a recuperação do consumo das famílias e do investimento e, por consequência, da economia da região. Nesse cenário, o IBCR-SE cresceu 0,3% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando declinara 1,2%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

Os indicadores de consumo revelaram sinais convergentes quanto às perspectivas de recuperação da atividade na região. As vendas do comércio ampliado cresceram 2,5% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando diminuíram 1,2%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE. A elevação das vendas foi favorecida pela expansão das vendas dos segmentos de tecidos, vestuário e calçados (10,4%), construção civil (7,9%) e hipermercados e supermercados (5,2%) e veículos (0,6%).

No mesmo sentido, o volume de serviços não financeiros aumentou 0,3% no trimestre até fevereiro (-2,7% no finalizado em novembro), de acordo com a PMS/IBGE. Os índices de confiança têm desenhado trajetória de recuperação gradual e apontam perspectivas favoráveis para o comércio, a despeito de ainda se situarem em área de pessimismo, como mostram o Índice de Confiança do Empresário do Comércio e a Intenção de Consumo das Famílias, divulgados pela CNC. Assinale-se que esses avanços têm sido pautados pelas expectativas futuras em relação à economia da região.

O mercado de trabalho persiste fragilizado, dificultando a recuperação consistente dos indicadores de consumo, mas o ritmo de distensão tem arrefecido. Embora a taxa de desocupação, medida pela PNADC, do IBGE, tenha aumentado para 12,3%

Tabela 4.1 – Evolução do emprego formal – Sudeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016		2017		
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-453,3	-99,3	-144,0	-179,5	-264,6
Indústria de transformação	-118,2	-26,2	-33,6	-46,2	-43,4
Comércio	-93,5	-50,4	-11,4	42,1	-59,2
Serviços	-138,6	-43,5	-50,3	-59,0	-85,9
Construção civil	-50,8	-39,8	-49,9	-58,8	-43,9
Agropecuária	-40,2	55,7	4,8	-49,7	-21,5
Serv. industr. de utilidade pública	-1,0	0,7	-1,9	-2,3	-0,5
Outros ^{2/}	-11,0	4,2	-1,7	-5,7	-10,3

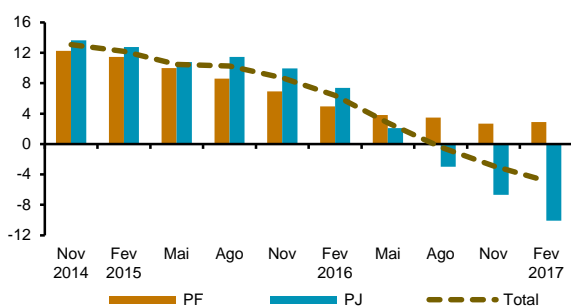
Fonte: MT

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.4 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.2 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2015	Nominal			2016
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Total	583 023	2 728	58 247	60 975	-92 023	551 975
Gov. estad.	479 494	-1 908	51 374	49 465	-35 918	493 042
Capitais	101 178	1 572	6 827	8 399	-54 216	55 361
Demais mun.	2 351	3 064	47	3 110	-1 889	3 573

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

ao final 2016, houve geração líquida de empregos – a ocupação cresceu 0,7% no período – movimento ofuscado pelo crescimento simultâneo e mais intenso da força de trabalho. No mesmo sentido, o rendimento real médio habitual recuou 0,6%, no quarto trimestre de 2016, em relação ao trimestre anterior, quando contraíra 2,5%.

O número de demissões líquidas, segundo dados do Caged/MT, também se reduziu no trimestre finalizado em fevereiro (264,6 mil postos formais), relativamente a igual período de 2016 (453,3 mil), com destaque para o recuo de desligamentos na indústria.

O mercado de crédito segue impactado pelo menor ritmo da atividade e pela busca de redução do endividamento pelas empresas e pelas famílias. As operações superiores a R\$1 mil concedidas a pessoas físicas sinalizaram suave aceleração ao expandir de 0,7% no trimestre até fevereiro e de 2,9% em doze meses (0,4% e 2,7%, respectivamente, em novembro). Destacaram-se os financiamentos imobiliários e rurais, na comparação trimestral, e os financiamentos de veículos, na comparação anual. Em sentido contrário, a carteira de pessoas jurídicas retraiu 3,6% no trimestre e 10,1% em doze meses. Como resultado, o saldo total das operações superiores a R\$1 mil contraiu 1,8% no trimestre e 4,8% em doze meses. O desempenho recente das operações de crédito para pessoas físicas, ao favorecer, na margem, o crescimento do comércio nos segmentos sensíveis a financiamento, aponta para um cenário mais benigno para a atividade econômica nos próximos meses.

O desequilíbrio fiscal, agravado pela crise econômica, ao impedir uma ação anticíclica mais ativa por parte dos governos locais, contribui para retardar a retomada da atividade econômica também no Sudeste. O resultado primário consolidado da região em 2016, influenciado pela retração anual da arrecadação, apresentou *deficit* de R\$2,7 bilhões (*superavit* de R\$7,5 bilhões em 2015) repercutindo a redução de 62,6% do *superavit* dos governos estaduais, a reversão de *superavit* de R\$2,4 bilhões para *deficit* de R\$1,6 bilhão das capitais, e a ampliação em R\$3,0 bilhões do *deficit* dos demais municípios. Em 2016, a arrecadação do ICMS da região recuou 8,0%, em relação a 2015, e as transferências da União para estados e municípios cresceram 4,4%, no mesmo tipo de comparação, deduzida a inflação mensurada pelo IGP-DI.

Tabela 4.3 – Produção agrícola – Sudeste

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2016	2017	
Grãos		19 650	21 782	10,9
Soja	8,1	7 375	7 333	-0,6
Milho	6,8	10 067	11 962	18,8
Feijão	2,3	748	853	14,1
Amendoim	0,8	418	413	-1,2
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	37,2	476 014	470 330	-1,2
Café	19,0	2 735	2 314	-15,4
Laranja	5,7	12 652	11 424	-9,7
Tomate	4,0	1 799	1 785	-0,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2017.

Tabela 4.4 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016	2017	12 meses
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-1,5	1,5	-3,7
Indústrias extrativas	13,6	2,3	5,0	-5,7
Indústrias de transformação	86,4	-2,0	0,3	-3,4
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-0,8	8,5	-3,0
Produtos alimentícios	12,7	-2,4	-3,9	2,5
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	1,5	-4,2	-7,4
Metalurgia	7,1	-2,5	0,6	-4,8
Outros produtos químicos	5,8	-3,0	-0,9	0,1

Fonte: IBGE

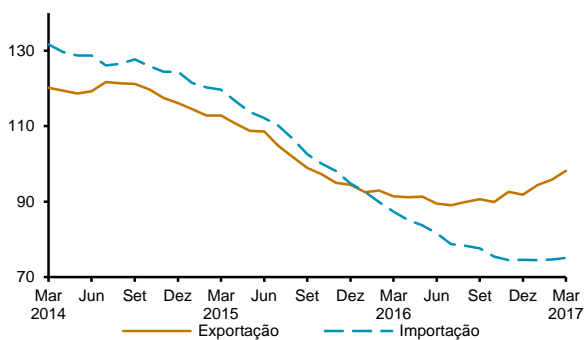
1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.5 – Balança Comercial - Sudeste

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

Sob a ótica da oferta, a produção de grãos, beneficiada por condições climáticas mais favoráveis, deverá crescer 10,9% em 2017, de acordo com o LSPA de março, do IBGE. O crescimento estimado de 18,8% e de 14,1% nas culturas do milho e do feijão, respectivamente, tenderão a repercutir positivamente sobre a demanda agregada, ao estimular a ampliação da renda agrícola local, compensando parcialmente a retração estimada na lavoura de cana-de-açúcar, -1,2%, importante produto da pauta regional.

A produção industrial do Sudeste interrompeu trajetória declinante, mas segue em oscilação. No trimestre encerrado em fevereiro, o setor cresceu 1,5%, em relação ao finalizado em novembro, quando recuara 1,5%, na mesma base de comparação, de acordo com estatísticas dessazonalizadas do IBGE. Esse desempenho é associado à expansão das indústrias extrativa (5,0%) e de transformação (0,3%), tendo contribuído de modo destacado para esse movimento o aumento das produções de fumo (22,2%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (15,1%), têxteis (9,3%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (8,5%). Não obstante a elevação da produção na margem, o grau de ociosidade da capacidade instalada da indústria na região segue elevado.

A recuperação da produção industrial impactou positivamente a confiança do empresário industrial captada pelo Icei, que alcançou 52,5 pontos em março, melhor patamar desde maio de 2013, retornando à zona de otimismo, de acordo com a CNI. Esse resultado refletiu, sobretudo, a percepção mais favorável para a economia brasileira, implicando elevação dos componentes relativos às condições atuais e às expectativas futuras da economia.

O crescimento de parceiros comerciais favoreceu o *superavit* da balança comercial da região, que atingiu US\$7,3 bilhões no primeiro trimestre deste ano (US\$1,6 bilhão, em igual período de 2016). Esse desempenho foi influenciado, sobretudo, pela elevação de 32,1% das exportações, impactadas pelo aumento dos preços dos produtos embarcados (29,9%), sobressaindo o crescimento das vendas no segmento de básicos, notadamente óleos brutos de petróleo e minério de ferro, que contribuíram para a forte expansão das exportações para a China no período analisado (88,7%). As importações variaram 3,1%, na mesma base de

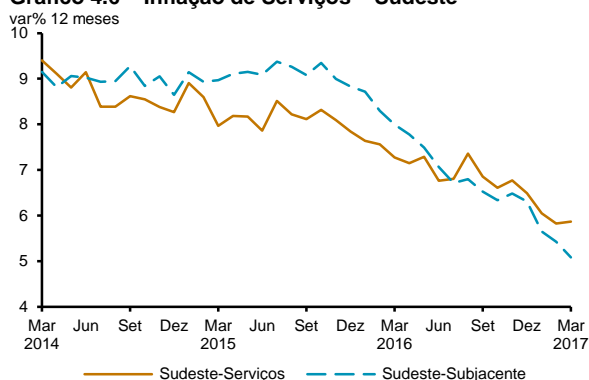
Tabela 4.5 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2016		2017	
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,23	0,73	0,99	4,58
Livres	74,7	6,39	0,68	0,71	4,21
Comercializáveis	32,4	6,54	0,37	0,04	3,82
Não comercializáveis	42,3	6,27	0,91	1,22	4,51
Monitorados	25,3	5,77	0,89	1,82	5,68
Principais itens					
Alimentação	23,7	8,10	-0,49	0,09	3,88
Habitação	15,7	2,86	0,12	1,91	4,90
Artigos de residência	3,9	2,99	-1,37	-0,01	0,68
Vestuário	5,3	2,89	0,63	-0,22	1,97
Transportes	18,7	4,46	2,56	-0,33	1,12
Saúde	12,1	11,49	1,67	1,95	10,82
Despesas pessoais	11,6	8,24	1,32	1,41	6,88
Educação	5,1	8,92	0,15	6,46	8,19
Comunicação	3,9	1,18	0,51	0,62	2,44

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2017.

Gráfico 4.6 – Inflação de Serviços – Sudeste



Fonte: IBGE e BCB

comparação, repercutindo principalmente as maiores aquisições de combustíveis e lubrificantes e bens intermediários, respectivamente de 32,9% e 7,8%.

O IPCA no Sudeste aumentou 0,99% no primeiro trimestre de 2017, ante de 0,73%, no quarto trimestre de 2016, influenciado pelo maior ritmo de alta dos preços livres, 0,71% ante 0,68% no trimestre anterior, e principalmente pela aceleração dos preços monitorados, 1,82% ante 0,89%, com destaques para os reajustes das tarifas de energia elétrica residencial e de ônibus (urbano e intermunicipal).

Os preços de serviços aceleraram, de 1,49% no quarto trimestre de 2016 para 1,54%, no primeiro de 2017, impactados pela alta sazonal das mensalidades escolares. Entretanto, a inflação subjacente de serviços perdeu força, tendo recuado de 1,22% para 1,06% no período analisado, indicando manutenção do processo desinflacionário, a despeito da interrupção recém observada. O índice de difusão manteve-se praticamente estável na margem, alcançando 56,0% no primeiro trimestre de 2017, ante 55,8% no trimestre anterior e 70,1% em igual período de 2016.

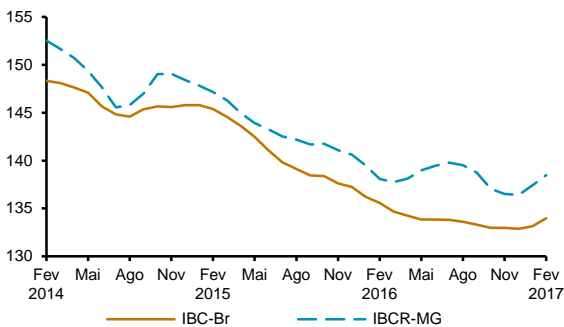
Considerados períodos de doze meses, o IPCA da região segue em trajetória consistente de desaceleração. A variação do indicador atingiu 4,58% em março, ante 6,23% em 2016, refletindo a desaceleração dos preços livres no período, de 6,39% para 4,21%, bem como dos monitorados, de 5,77% para 5,68%.

Após dois anos de retração, a economia do Sudeste apresenta perspectivas mais favoráveis na margem, evidenciadas pelos indicadores da produção industrial, do setor agrícola, das vendas do comércio e de serviços não financeiros, em contexto de ligeiro avanço do acesso ao crédito. Esses fatores, associados à menor perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, viabilizada pelo controle da inflação, e ao ritmo menos intenso de fechamento de postos de trabalho, repercutem positivamente sobre a confiança dos agentes econômicos.

4.1 – Minas Gerais

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

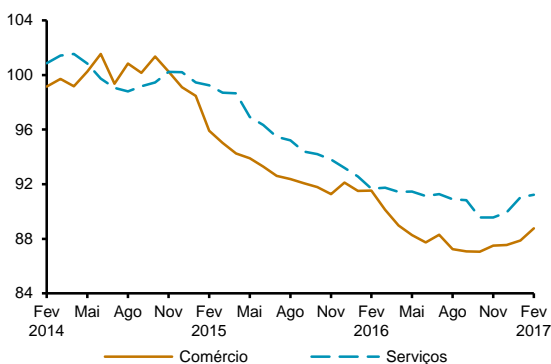
Dados desazonalizados - Média móvel trimestral
2002 = 100



O PIB de Minas Gerais recuou 2,6% em 2016, segundo estimativa da Fundação João Pinheiro (FJP), variação menos intensa que a do indicador nacional, 3,6% de acordo com o IBGE. A atividade do estado foi influenciada por retrações na produção da indústria extrativa, impactada pelo rompimento da barragem de rejeitos de minérios em Mariana; na produção fabril, em especial do segmento automobilístico; na construção; no comércio; e no setor de outros serviços. A retração nesses setores foi parcialmente compensada pela expansão da agricultura, impulsionada pelas safras de café e de soja, e pelo crescimento do setor de energia e saneamento, com o aumento da produção de energia hidroelétrica, resultante do regime pluviométrico mais favorável ao longo de 2016. Estatísticas divulgadas mais recentemente corroboram cenário de transição na evolução da atividade econômica estadual. Nesse contexto, o IBCR-MG cresceu 1,4% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia recuado 2,2%, segundo dados dessazonalizados.

Gráfico 4.1.2 – Comércio e Serviços – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado aumentaram 1,4% na margem no trimestre encerrado em fevereiro, após crescimento de 0,3% no trimestre até novembro, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. A expansão foi impulsionada principalmente pelos desempenhos nos segmentos de material de construção e de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

O indicador de volume dos serviços não financeiros no estado, mensurados pela PMS, mostrou interrupção da trajetória declinante, registrando acréscimo de 1,9% no trimestre encerrado em fevereiro, após oito trimestres com resultados negativos.

Tabela 4.1.1 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016				2017
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-85,0	5,2	-23,9	-33,5	-43,0
Indústria de transformação	-21,4	-4,6	-3,5	-6,5	-8,0
Comércio	-14,9	-10,0	-4,2	10,4	-9,0
Serviços	-20,5	-4,9	-7,9	-1,9	-11,3
Construção civil	-18,1	-6,2	-5,4	-10,1	-11,0
Agropecuária	-6,8	31,7	-1,9	-24,4	-3,8
Outros ^{2/}	-3,4	-0,8	-1,1	-1,0	0,2

Fonte: MT

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

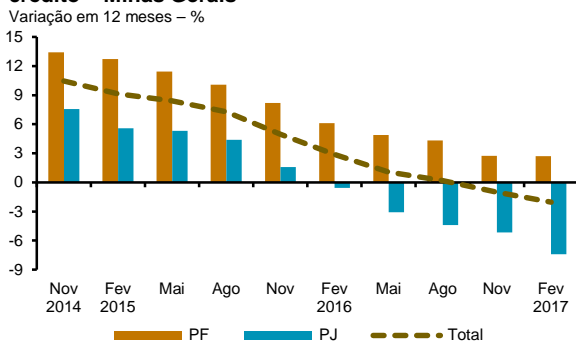
2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

A mudança nos indicadores de demanda ocorre concomitantemente ao arrefecimento da distensão do mercado de trabalho no estado. No trimestre encerrado em fevereiro, período que tradicionalmente registra desligamentos líquidos, em decorrência da concentração de demissões em dezembro, houve contração de 43 mil postos de trabalho formais, ante decréscimo de 85 mil no mesmo período de 2016. Considerando os dois primeiros meses do ano, houve criação líquida de 8,8 mil postos de trabalho (redução de 19,7 mil empregos

no mesmo período de 2016), com destaque para a indústria de transformação, principalmente nos setores de calçados e químico, de acordo com dados do Caged/MT. Adicionalmente, a variação trimestral no nível de emprego formal, em relação ao período imediatamente anterior, passou de -0,6%, em novembro, para -0,2% em fevereiro, dados dessazonalizados.

O ritmo de elevação da taxa de desocupação mensurada pela PNADC também arrefeceu na margem, situando-se no quarto trimestre de 2016 em 11,1%, 1,8 p.p. acima na comparação interanual (diferença de 2,6 p.p. no terceiro trimestre). As quedas observadas no rendimento médio real habitual e na massa de rendimentos real também arrefeceram, atingindo -1,3% e -1,7%, na ordem, na mesma base de comparação.

Gráfico 4.1.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}



As condições do mercado de crédito em Minas, em que pese o processo de flexibilização da política monetária em curso, segue limitando a demanda, em contexto de custo dos financiamentos ainda elevado e de condições conservadoras para liberação de recursos. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado contraiu 1,2% no trimestre terminado em fevereiro, com expansão de 0,8% no segmento de pessoas físicas – influenciada pelos financiamentos imobiliários e pelo crédito rural – e contração de 3,6% no segmento de pessoas jurídicas, condicionado por retrações nos empréstimos às indústrias automobilística, de máquinas e equipamentos, e siderúrgica, entre outras.

Tabela 4.1.2 – Comércio exterior - Minas Gerais
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2016	2017	Var. %	Var. %
Exportações	4 462	6 707	50,3	13,0
Básicos	2 266	4 194	85,1	23,8
Industrializados	2 196	2 512	14,4	4,9
Importações	1 717	1 864	8,6	-28,2
Bens de capital	501	375	-25,1	-51,4
Bens Intermediários	883	1 080	22,4	-22,6
Bens de consumo	216	199	-7,8	-32,2
Combustíveis e lubrificantes	117	209	79,1	-31,1
Saldo comercial	2 745	4 843	76,4	40,0

Fonte: MDIC/Secex

A evolução do comércio externo do estado, favorecida pelo melhor cenário econômico global, assinalou alta de 50,3% nas exportações no primeiro trimestre de 2017, em relação a igual período de 2016. A expansão foi impulsionada principalmente pelo aumento de 161,3% nas vendas de minério de ferro, refletindo a elevação na demanda chinesa e crescimento expressivo no preço médio do produto. As exportações dos demais produtos da pauta mineira cresceram 16,6% no período, com destaque para produtos metalúrgicos, café, e soja. As importações aumentaram 8,6% no mesmo período, sobressaindo as aquisições de combustíveis (principalmente carvão mineral, utilizado na indústria metalúrgica), e de bens intermediários. Dessa forma, o saldo do comércio exterior atingiu US\$4,8 bilhões, com aumento de 76,4% em relação ao primeiro trimestre de 2016.

Tabela 4.1.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Minas Gerais^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2016 Dez
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{3/}	
	2015 Dez	Nominal Primário	Juros	Total ^{4/}		
MG	109 568	130	12 274	12 403	-7 870	114 101
Governo estadual	106 955	241	12 102	12 344	-7 466	111 832
Capital	2 980	- 252	162	- 90	152	3 042
Demais munic.	- 367	140	10	149	- 556	- 773

1/ Inclui inform. do governo estadual e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 4.1.4 – Produção industrial – Minas Gerais

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral		
		2016	2017	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-2,8	5,4	-3,5
Indústrias extrativas	24,6	1,7	10,2	-5,9
Indústrias de transformação	75,4	-4,0	0,4	-2,6
Metalurgia	14,1	-4,6	-4,0	-3,4
Veículos, reb. e carrocerias	11,8	-15,0	20,3	-7,3
Deriv. petróleo e biocomb.	5,8	1,0	2,6	-3,1
Metais, ex maq. e eq.	3,9	-4,5	1,1	-13,0
Prod. miner. não-metálicos	3,7	-2,5	4,1	-4,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Em relação aos indicadores fiscais, a região registrou *deficit* de R\$130 milhões em 2016, repercutindo deterioração do resultado fiscal no governo estadual e no agregado dos principais municípios do estado, exceto a capital. A dívida pública do estado alcançou R\$114,1 bilhões em dezembro, variação de 4,1% no ano, beneficiada pelos ajustes relacionados principalmente à variação cambial observada ao longo de 2016. Dados de arrecadação mais recentes, sinalizam situação mais favorável, tendo a receita tributária crescido 2,3% em termos reais no primeiro bimestre de 2017, em relação ao mesmo período do ano anterior (quedas de 4,0% e 4,2% nos mesmos bimestres de 2015 e 2016, na ordem).

No âmbito da oferta, a produção industrial aponta recuperação na margem no trimestre até fevereiro, com crescimento de 5,4%, em relação ao trimestre terminado em novembro, quando recuara 2,8% na mesma base de comparação, segundo a PIM-PF, do IBGE. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela produção da indústria extrativa, impulsionada pela extração e beneficiamento de minério de ferro, e pelos desempenhos das indústrias de veículos, e de máquinas e equipamentos.

Em linha com a trajetória de reação da atividade fabril, a ociosidade média da indústria mineira no trimestre encerrado em fevereiro recuou 0,8 p.p. em relação ao trimestre terminado em novembro, situando-se em 22,4%. No mesmo sentido, a confiança dos empresários industriais mineiros, expressa pelo Icej/MG, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), elevou-se de 46,1 pontos, em dezembro, para 52,6 pontos em março, situando-se ligeiramente acima do nível de indiferença (50 pontos).

A produção agrícola mineira deverá contribuir positivamente para o ritmo da atividade econômica do estado no primeiro trimestre do ano, com a previsão de crescimento nas colheitas de verão de milho, 13,0%, e de feijão, 5,3%, compensando a queda estimada na produção de soja, -3,3%, de acordo com o LSPA, do IBGE. Para o segundo e o terceiro trimestre, os aumentos esperados para o milho, feijão, e cana-de-açúcar, 141,6%, 0,8%, e 4,7%, na ordem, não devem neutralizar completamente os impactos da queda de 14,6% na produção de café, que reflete os efeitos da bialidade da cultura.

Tabela 4.1.5 – IPCA – Belo Horizonte

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2016		2017	
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	2,17	0,87	0,73	0,94
Livres	75,9	2,13	1,10	0,67	0,50
Comercializáveis	35,2	2,44	1,65	0,35	-0,07
Não comercializáveis	40,7	1,85	0,62	0,95	1,00
Monitorados	24,1	2,28	0,16	0,93	2,35
Principais itens					
Alimentação	22,7	3,75	1,14	-0,51	-0,39
Habitação	16,0	2,80	1,02	0,36	2,21
Artigos de residência	4,9	2,46	0,89	-1,06	-0,07
Vestuário	6,2	0,84	0,96	0,44	-0,85
Transportes	17,8	-0,82	-0,52	1,99	0,71
Saúde	11,2	4,40	1,69	1,84	1,35
Despesas pessoais	12,3	2,68	1,58	1,99	0,93
Educação	5,0	0,41	0,96	0,37	6,83
Comunicação	3,8	0,39	0,23	0,15	0,57

Fonte: IBGE

1/ Referente a março de 2017.

A inflação da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), medida pelo IPCA, atingiu 0,94%, no primeiro trimestre de 2017, ante 0,73% no último trimestre de 2016. A aceleração observada no trimestre repercutiu a variação nos preços monitorados, 2,35%, impulsionados pelos aumentos em energia elétrica e gás de botijão. Por outro lado, entre o segmento de preços livres, os produtos comercializáveis registraram recuo de 0,07%. A inflação no setor de serviços manteve-se relativamente estável, passando de 1,63% para 1,61%, enquanto a de serviços subjacente recuou de 1,41% para 0,76%, na mesma base de comparação. O índice de difusão registrou média de 52,0% no período, ante 55,6% no trimestre finalizado em dezembro.

A atividade econômica mineira, após perda de dinamismo ao final de 2016, mostra evolução indicadores característicos de um processo de transição, com perspectiva de reversão nas trajetórias declinantes da indústria, dos serviços, e do comércio. A distensão no mercado de trabalho mostra sinais de arrefecimento, ainda que a taxa de desocupação siga em elevação, repercutindo o aumento da oferta de mão de obra que retorna ao mercado, após período marcado pelo desalento.

4.2 – Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados

2002 = 100

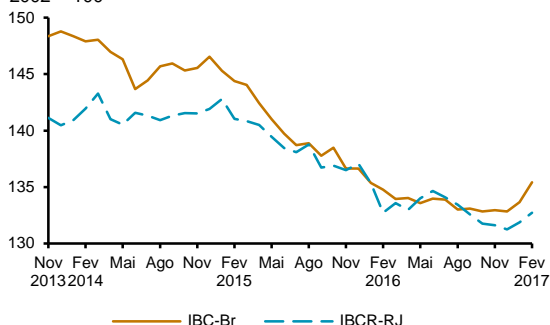
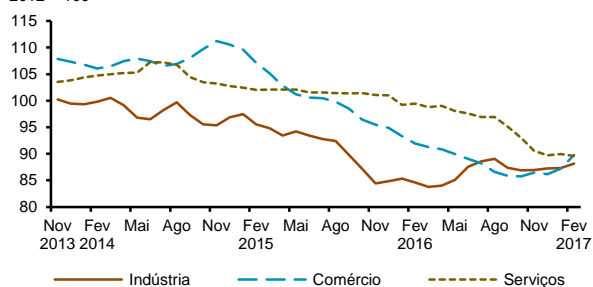


Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

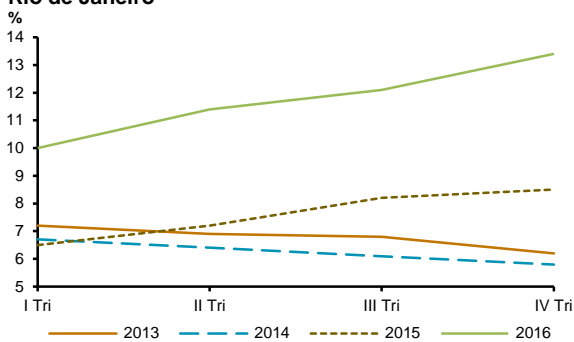
A atividade econômica no Rio de Janeiro apresentou estabilidade no trimestre encerrado em fevereiro, após perda de dinamismo ao final de 2016, refletindo a recuperação da indústria e a desaceleração na contração dos indicadores de demanda, esses últimos ainda impactados pela fragilidade dos mercados de crédito e de trabalho. Nesse contexto, o IBCR-RJ manteve-se estável em relação ao trimestre terminado em novembro, quando havia contraído 1,5%, na mesma base de comparação, na série isenta de sazonalidade. Observe-se que apesar da estabilidade no período, os dados de maior frequência mostram altas mensais em janeiro e fevereiro, sinalizando a perspectiva de crescimento no primeiro trimestre do ano. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,7% em fevereiro (-3,8% em novembro).

Relativamente aos indicadores da demanda doméstica, as vendas do comércio varejista ampliado aumentaram 3,8% no trimestre até fevereiro, refletindo principalmente o desempenho das vendas no segmento automotivo (+5,8%) e de material e construção (+17,3%), apesar da conjuntura de restrição da oferta de crédito. A exclusão desses dois segmentos resulta em contração das vendas do comércio no conceito restrito no mesmo período, -0,3%. Observe-se, contudo, que esse recuo é inferior à desaceleração no período finalizado em novembro, -1,4%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE.

O volume de serviços não financeiros prestados no estado seguiu em declínio, mas também em ritmo menos intenso. A atividade no setor contraiu 1,1% no trimestre finalizado em fevereiro, após retração de 6,6% naquele encerrado em novembro, segundo dados dessazonalizados da PMS. Considerados intervalos de doze meses, o indicador diminuiu 7,2% em fevereiro, ante -5,4% em novembro.

Entre os condicionantes da demanda, o mercado de crédito no estado intensificou a trajetória decrescente no trimestre até fevereiro, refletindo especialmente a diminuição dos financiamentos a pessoas jurídicas. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contraiu 5,2% no trimestre, acumulando retração de 12,4% em doze meses. A carteira de empréstimos a pessoas jurídicas recuou 7,4% e 17%, na ordem, ressaltando-se que a dimi-

Gráfico 4.2.3 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 4.2.1 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro

Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016	2016	2016	2016	2017
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-87,9	-41,2	-56,2	-56,5	-74,5
Indústria de transformação	-17,7	-8,1	-8,3	-6,6	-9,0
Comércio	-21,5	-6,7	-7,6	13,0	-19,6
Serviços	-33,3	-14,6	-15,5	-40,9	-31,3
Construção civil	-11,9	-12,8	-24,3	-18,8	-11,5
Agropecuária	-1,9	1,5	0,7	-1,9	-0,5
Serviços ind. utilidade pública	-0,7	-0,8	-0,2	-0,2	-0,1
Outros ^{2/}	-0,9	0,3	-1,0	-1,2	-2,4

Fonte: MT

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 4.2.2 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016	2016	2016
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-2,4	1,4	-2,2
Indústrias extrativas	28,1	0,5	1,0	2,7
Indústrias de transformação	71,9	-0,8	0,3	-4,5
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	-0,0	-3,5	-1,9
Metalurgia	10,4	7,9	8,4	-8,5
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	11,7	-0,4	3,6
Bebidas	3,9	-1,0	-4,4	5,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

nuição na margem repercutiu, em grande parte, as retrações nos empréstimos às indústrias de refino de petróleo, coque e álcool e às empresas do ramo de transportes. A carteira de pessoas físicas seguiu em expansão moderada, influenciada pelas modalidades financiamento imobiliário e cartão de crédito financiado, aumentando 0,3% no trimestre e 0,3% em doze meses.

O processo de distensão do mercado de trabalho avançou no Rio de Janeiro, implicando continuidade do aumento da taxa de desemprego e eliminação de postos formais. A taxa de desemprego atingiu 13,4% no quarto trimestre de 2016, repercutindo elevação de 2,7% da força de trabalho e redução de 2,9% da população ocupada na comparação interanual, enquanto o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados e a massa salarial real variaram, na ordem, +0,3% e -2,1%, em relação ao quarto trimestre de 2015, conforme a PNADC do IBGE.

Estatísticas do Caged/MT registram relativa desaceleração no corte de postos de trabalho no trimestre encerrado em fevereiro (74,5 mil ante 87,9 mil em igual período de 2016), concentrados nos segmentos de comércio e de serviços. Nos últimos doze meses, houve eliminação de 228,4 mil empregos formais no estado (6,6% da população ocupada no setor privado).

No âmbito da oferta, a produção industrial do estado avançou, na margem, 1,4% no trimestre até fevereiro, após retração de 2,4% no trimestre terminado em novembro, com destaque para a expansão de 1,0% da produção do segmento extrativo. O nível de utilização da capacidade instalada da indústria fluminense aumentou 1,3 p.p., no trimestre, alcançando 77,4%. Apesar da recuperação, o indicador ainda se situa abaixo da média histórica (80,3).

Na mesma base de comparação, o faturamento e as horas trabalhadas avançaram 8,7% e 5,8%, respectivamente, enquanto o emprego e a massa salarial real recuaram 0,9% e 0,6%, na ordem, de acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Note-se que a expansão da produção industrial, ocorreu em cenário de retomada da confiança dos industriais fluminenses. O Icei atingiu 49 pontos em março ante 41,2 pontos em dezembro de 2016.

O comércio externo do estado foi favorecido pelo aumento da produção local, em contexto de aquecimento do mercado internacional. Dessa forma, a balança comercial apresentou *superavit* de US\$3,2 bilhões no primeiro trimestre de 2017 ante *deficit* de US\$108,1 milhões em 2016, de acordo com o MDIC. A reversão repercutiu acréscimo de 95,5% nas exportações, especialmente o aumento nas vendas de óleos brutos de petróleo, principal produto da pauta do estado, e recuo de 10,9% nas importações.

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro acumularam *deficit* primário de R\$5,7 bilhões em 2016, ante *deficit* de R\$ 4,2 bilhões em 2015. O aumento foi condicionado, em especial, pela piora dos resultados do governo estadual e da capital. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$12,5 bilhões (queda de 11,4% em relação 2015) e o *deficit* nominal, R\$18,2 bilhões, no período. A dívida líquida dos entes governamentais atingiu R\$131,4 bilhões em dezembro, implicando alta de 2,1% em relação a dezembro de 2015.

Dados mais recentes mostram que o baixo dinamismo da atividade econômica segue se refletindo nas receitas governamentais. A arrecadação de ICMS experimentou redução real¹ de 13,9% no primeiro bimestre do ano, em relação a igual intervalo de 2016, período em que as transferências da União² recuaram 1,1%.

O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, variou 1,47% no primeiro trimestre de 2017 ante 0,44% no quarto trimestre de 2016. O aumento entre os dois trimestres refletiu pressões sazonais e decorreu de acelerações dos preços dos itens monitorados e administrados por contrato, de 0,27% para 2,64%, e dos preços livres, de 0,51% para 1,00%. O comportamento dos monitorados repercutiu, em grande parte, os impactos dos reajustes das tarifas de energia elétrica (revisão tarifária e indenização às distribuidoras), planos de saúde e ônibus intermunicipais. O índice de difusão médio alcançou 52,7%, ante 53,4% no trimestre encerrado em dezembro.

Tabela 4.2.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2015	Nominal	Outros ^{4/}		2016
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Estado do RJ	128 690	5 699	12 503	18 202	-15 517	131 375
Governo estadual	115 595	1 742	11 226	12 969	-7 541	121 023
Capital	13 736	2 927	1 332	4 259	-8 016	9 979
Demais municípios	- 642	1 030	- 56	974	40	373

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.2.4 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2016		2017	
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,61	1,33	0,44	1,47
Livres	71,7	1,54	1,58	0,51	1,00
Comercializáveis	27,2	2,82	1,79	-0,07	0,27
Não comercializáveis	44,5	0,77	1,45	0,87	1,46
Monitorados	28,3	1,78	0,70	0,27	2,64
Principais itens					
Alimentação	24,1	2,25	1,00	-0,30	0,27
Habitação	17,1	0,38	1,30	-0,61	2,97
Artigos de residência	3,4	1,57	1,51	-1,77	0,06
Vestuário	4,4	2,21	-1,07	1,36	-0,46
Transportes	17,5	-0,30	0,65	2,23	0,76
Saúde	12,3	5,52	1,90	1,75	2,17
Despesas pessoais	11,6	1,17	4,14	0,12	1,16
Educação	5,3	0,66	0,88	0,12	7,08
Comunicação	4,3	1,77	-0,06	0,19	0,54

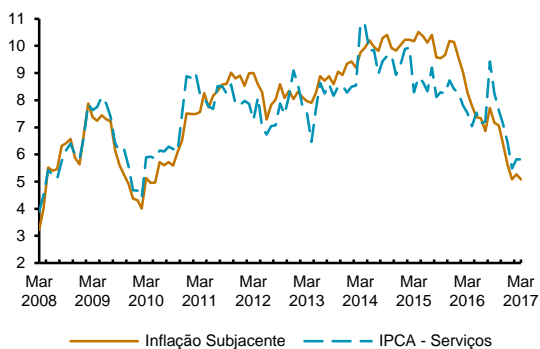
Fonte: IBGE

1/ Referente a março de 2017.

1/ Considerado o IGP-DI como deflator.

2/ Excetuadas às relativas ao Fundeb.

Gráfico 4.2.4 – Inflação de Serviços – Rio de Janeiro
Variação % em 12 meses



Os preços dos serviços aceleraram, de 1,11% para 1,58%, no trimestre, destacando-se as elevações em cursos regulares, seguro voluntário de veículo, condomínio, e empregado doméstico. A inflação subjacente no setor de serviços aumentou de 0,96% para 1,33%, no período.

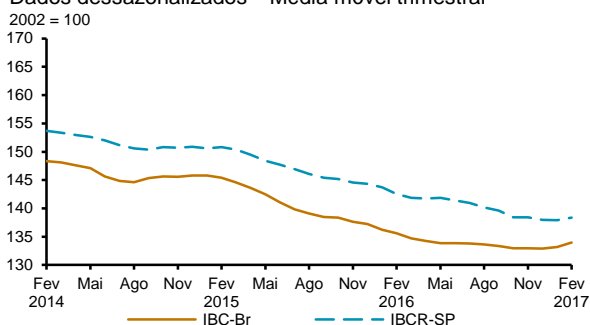
Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMRJ variou 4,93% em março, ante 6,32% em dezembro, repercutindo desaceleração moderada nos preços monitorados, de 5,68% para 5,49%, e mais intensa nos preços livres, de 6,58% para 4,71%

Em síntese, a economia do estado dá sinais de interrupção da trajetória contracionista da atividade, observada até final de 2016. A recuperação da produção da indústria e das vendas de veículos automotores favoreceram a estabilidade da atividade estadual, na margem. Não obstante, as finanças dos governos subnacionais fluminenses seguem impactadas por reduções de receitas tributárias, associada à retração econômica e ao declínio da arrecadação de royalties, o que restringe movimentos de reação econômica local. Adicionalmente, a recuperação da atividade no estado está ainda condicionada pela consolidação do aumento da confiança dos agentes, com implicações sobre a demanda regional.

4.3 – São Paulo

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo

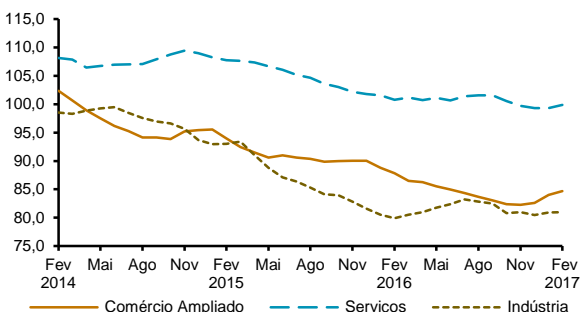
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

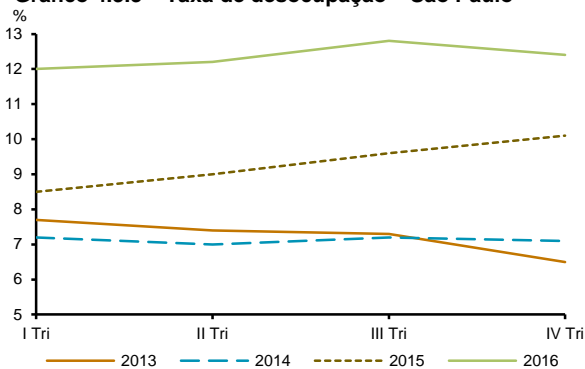
Gráfico 4.3.2 – Comércio, serviços e indústria - São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.3.3 – Taxa de desocupação – São Paulo



Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016				2017
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-262,5	-61,4	-48,2	-83,5	-138,3
Indústria de transformação	-75,3	-12,7	-19,5	-32,0	-24,2
Comércio	-53,4	-31,3	3,4	17,2	-28,7
Serviços	-78,9	-20,4	-23,9	-13,4	-41,2
Construção civil	-17,6	-20,7	-18,8	-27,8	-18,7
Agropecuária	-30,9	17,6	11,4	-22,6	-17,5
Serv. industr. de utilidade pública	0,8	2,2	-1,3	-1,9	-0,7
Outros ^{2/}	-7,2	3,9	0,5	-3,1	-7,3

Fonte: MT

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

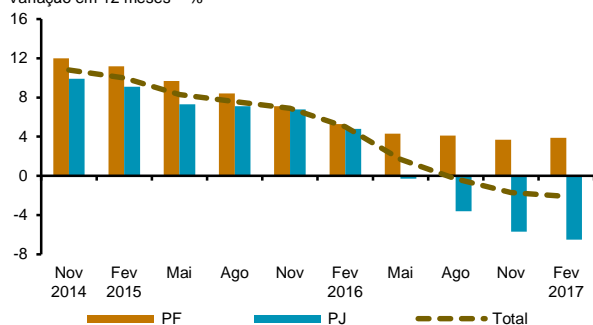
A economia do estado retraiu 3,0% em 2016, repercutindo recuos de 5,9% da indústria, principalmente da transformação e da construção civil, e de 1,9% de serviços, especialmente comércio e serviços de manutenção e reparos, enquanto o setor agropecuário cresceu 4,4%, de acordo com estimativa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Indicadores mais recentes, em especial os relativos à produção industrial, ao consumo e à confiança dos agentes econômicos, apontam acomodação da atividade na margem com perspectiva de retomada gradual. Nesse contexto, o IBCR-SP permaneceu estável no trimestre finalizado em fevereiro, após contração de 1,3% em novembro, considerando dados dessazonalizados.

Indicadores de demanda sugerem relativa reação do consumo no trimestre encerrado em fevereiro. As vendas do comércio ampliado cresceram 2,9% na margem, após haverem recuado 1,7% até novembro, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Assinale-se a expansão nas vendas, na margem, de veículos, motos partes e peças, de material de construção, de combustíveis e lubrificantes e de hipermercados e supermercados. No mesmo sentido, mas menos intenso, o volume de serviços não financeiros aumentou 0,1% no trimestre finalizado em fevereiro em relação ao encerrado em novembro, quando recuara 1,8%.

O processo de distensão do mercado de trabalho avançou ao final de 2016 com alguma moderação. A taxa de desocupação mensurada pela PNADC, do IBGE, atingiu 12,4% no quarto trimestre, 2,3 p.p. acima do verificado em igual período de 2015, resultado da elevação de 2,8% da força de trabalho e do primeiro aumento da ocupação desde o primeiro trimestre de 2015, 0,2%. Segundo essa pesquisa, o rendimento real médio habitual ainda recuou no período analisado, mas em ritmo menos acentuado que o verificado no terceiro trimestre (-0,8% ante -2,7%). Com relação aos postos formais de trabalho, houve redução líquida de 138,3 mil postos em São Paulo no trimestre encerrado em fevereiro, ante 262,5 mil em igual período de 2015, movimento favorecido especialmente pelo comportamento da indústria, segundo o Caged/MT, constituindo o terceiro trimestre consecutivo com menor ritmo de demissões líquidas no estado.

Gráfico 4.3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo^{1/}

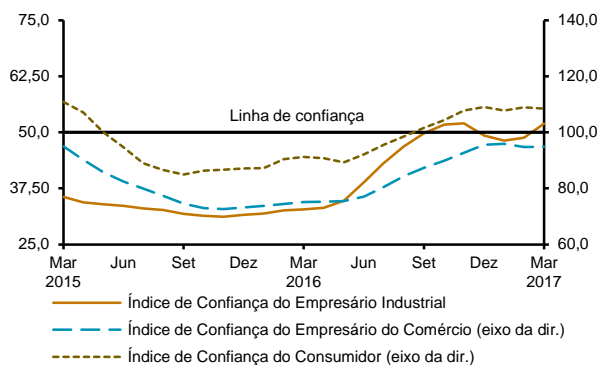
Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Gráfico 4.3.5 – Confiança dos agentes – São Paulo

Em pontos - Média móvel trimestral



Fontes: Fecomercio-SP e CNI

O mercado de crédito em São Paulo segue fragilizado principalmente pelas condições da atividade produtiva. O saldo das operações superiores a R\$1 mil contratadas no estado recuou 0,4% no trimestre e 2,1% em doze meses, impactado essencialmente pela carteira de empréstimos às pessoas jurídicas, que retraiu 1,4% e 6,5%, respectivamente, destacando-se a modalidade capital de giro. O segmento de operações com pessoas físicas manteve ritmo de expansão no trimestre (0,8%), sobressaindo o financiamento imobiliário. Na análise em doze meses constata-se crescimento no ritmo de expansão, de 3,7%, em novembro, para 3,9%, em fevereiro, favorecido pelo financiamento de veículos, que repercute as vendas de veículos no varejo.

As estatísticas de demanda e a trajetória recente dos indicadores de confiança sugerem que as bases para um cenário de recuperação gradual da atividade tendem a se consolidar. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) permanece em área de otimismo desde agosto de 2016. Do mesmo modo, a pesquisa ICF vem registrando recuperação na margem desde junho de 2016, tendo alcançado em março, o melhor resultado desde junho de 2015. Por sua vez, o Icec, que havia apresentado arrefecimento no primeiro bimestre de 2017, voltou a aumentar em março e atingiu o maior patamar desde janeiro de 2015 (98,4 pontos).

As estatísticas de receitas fiscais, ainda que marginais para o ano, também corroboram expectativa de um cenário mais benigno para a economia nos próximos meses. Em janeiro de 2017, a arrecadação do ICMS no estado se manteve praticamente estável em relação a igual período de 2016, recuando 0,4% quando deflacionado pelo IGP-DI. As transferências da União aumentaram 0,2% no mesmo tipo de comparação, de acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo. Em 2016, a arrecadação do ICMS contraiu 9,3% em relação a 2015, enquanto as transferências da União cresceram 3,8%, no mesmo tipo de comparação.

No que se refere à produção agrícola, as estimativas para a safra de cana-de-açúcar e de laranja, principais produtos da pauta do estado, indicam recuo de 2,2% e 10,0%, dinâmica diversa da projetada para outros estados da região.

A produção industrial de São Paulo apresentou estabilidade no trimestre finalizado em fevereiro,

na margem, após contração de 2,2%, na mesma base de comparação, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE, assinalando-se o crescimento dos segmentos de informática, vestuário e têxtil, produtos de metal, e veículos automotores. Dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) indicam que o total de horas trabalhadas na produção da indústria paulista cresceu 1,4% no trimestre encerrado em fevereiro, em comparação ao trimestre encerrado em novembro, quando recuara 2,5%, sobressaindo os setores de petróleo e alimentos. O resultado da indústria paulista no trimestre repercutiu positivamente sobre a confiança dos empresários industriais, cujo índice retornou à zona de otimismo, tendo alcançado 54,5 pontos em março, melhor resultado desde julho de 2011.

Gráfico 4.3.6 – Balança Comercial – São Paulo

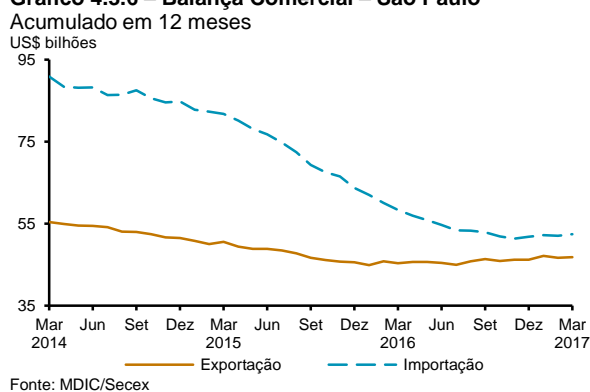


Tabela 4.3.2 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	2016		2017	
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,13	0,84	0,81	4,37
Livres	75,5	6,11	0,73	0,67	3,94
Comercializáveis	33,3	6,16	0,51	-0,01	3,24
Não comercializáveis	42,2	6,07	0,90	1,21	4,50
Monitorados	24,5	6,19	1,17	1,25	5,71
Principais itens					
Alimentação	24,0	7,84	-0,58	0,18	4,12
Habitação	14,9	3,42	0,35	1,30	4,72
Artigos de residência	3,6	1,85	-1,60	0,00	-0,38
Vestuário	5,3	3,22	0,44	0,11	2,09
Transportes	19,6	3,89	2,94	-1,08	0,17
Saúde	12,4	11,87	1,60	2,10	10,99
Despesas pessoais	11,4	7,80	1,52	1,72	6,78
Educação	5,2	8,20	0,10	6,10	7,80
Comunicação	3,7	1,58	0,85	0,66	2,84

Fonte: IBGE

1/ Referente a março de 2017.

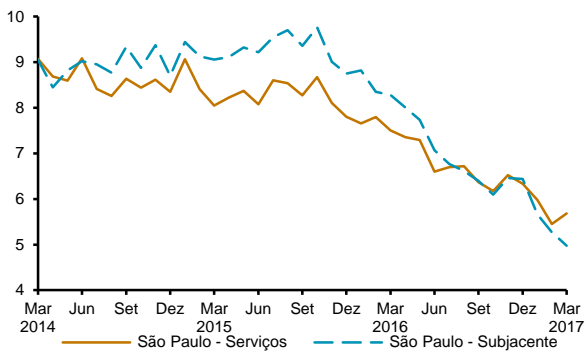
O *deficit* da balança comercial do estado aumentou 2,0% no primeiro trimestre de 2017, em relação a igual período de 2016, com elevação de 5,4% das importações, provocada especialmente pelo crescimento de 4,5% no quantum, com destaque para as aquisições de bens intermediários, indicando movimento de retomada da produção industrial. As exportações, sensibilizadas pelo aumento de 14,7% dos preços, cresceram 5,9%, estimuladas principalmente pela expansão das vendas de açúcar e de óleos brutos de petróleo.

Nesse cenário de acomodação da atividade econômica do estado, a variação do IPCA permaneceu praticamente estável no primeiro trimestre de 2017 (0,81%) ante o registrado no quarto trimestre de 2016 (0,84%). Esse movimento refletiu a desaceleração dos preços livres, de 0,73% para 0,67%, favorecidos pela queda de 4,79% do preço do etanol, após elevação de 15,34% no trimestre anterior, e aceleração dos monitorados, de 1,17% para 1,25%, impactados principalmente pelo reajuste da tarifa de energia elétrica residencial. A inflação de serviços desacelerou de 1,59% para 1,52%, beneficiada pelo menor ritmo de alta de serviços pessoais, enquanto a inflação de serviços subjacente recuou de 1,28% para 1,08%.

A variação do IPCA, acumulada em doze meses encerrados em março, atingiu 4,37%, ante 6,13% em 2016, refletindo desaceleração dos preços monitorados, de 6,19% para 5,71%, mas principalmente dos preços livres, de 6,11% para 3,94%. A desinflação observada no período refletiu especialmente o comportamento dos preços do subgrupo

Gráfico 4.3.7 – Inflação de Serviços – São Paulo

var% 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

alimentação no domicílio, que desaceleraram de 8,22% para 2,93%, e o menor impacto da elevação das tarifas de transporte público, reduzindo de 6,43% para 1,05%.

A economia paulista vem apresentando sinais mais consistentes de estabilização da atividade, evidenciados, no aumento da produção industrial e na gradual recuperação do crédito a pessoas físicas e no crescimento moderado do consumo das famílias. A consolidação de um processo de retomada, entretanto, encontra-se ainda condicionada à gradativa melhora nos indicadores do mercado de trabalho e nos fluxos de investimentos que se encontram em particularmente reduzidos. Nesse contexto, o ajuste macroeconômico em andamento deverá consolidar a confiança dos agentes econômicos, propiciando um ambiente favorável à retomada sustentada da atividade econômica do estado.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados - Média móvel trimestral
2002 = 100

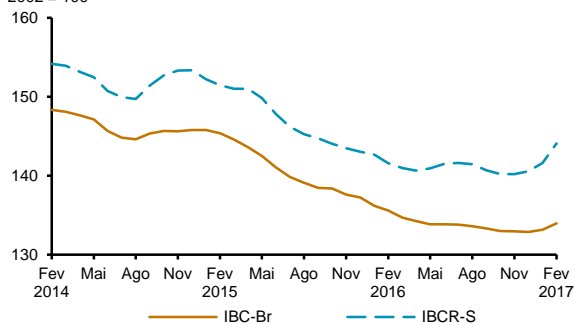
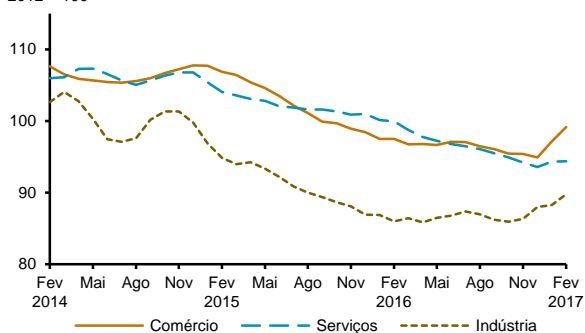


Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria - Sul

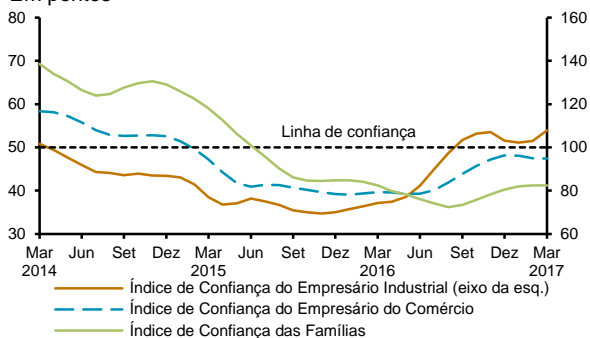
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

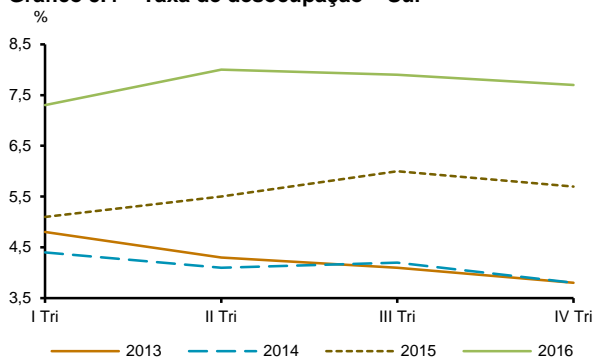
A atividade no Sul do país mostrou sinais de reação significativa no início deste ano, em grande parte influenciada pelos desempenhos agrícola e industrial favoráveis, com desdobramentos positivos nos demais setores. Nesse contexto, o IBCR-S registrou, na margem, variações respectivas de 2,8% e -0,9% nos trimestres encerrados em fevereiro e em novembro, segundo dados dessazonalizados. Não obstante o crescimento do IBCR-S, indicadores setoriais apresentaram resultados mistos no mesmo período, sugerindo gradualismo na retomada da economia. O aumento das vendas do comércio contrastou com a continuidade da distensão do mercado de trabalho; e a forte ampliação da produção industrial, pelo lado da oferta, não se traduziu em crescimento do crédito às empresas.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado avançaram 3,9% no trimestre encerrado em fevereiro, ante recuo de 1,5% no finalizado em novembro, destacando-se as altas nos segmentos de tecidos, vestuário e calçados, combustíveis e lubrificantes, e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação. Excluídas as vendas de veículos e de material de construção, o comércio varejista manteve o resultado positivo de 3,9% no trimestre. As expectativas dos consumidores seguem favoráveis, com o ICF, elaborado pela CNC, totalizando 82,3 pontos no primeiro trimestre, ainda abaixo dos 100 pontos que indicam neutralidade, mas elevando-se 1,8 ponto na margem e mantendo-se estável na comparação interanual.

A confiança dos empresários do comércio, medida pelo Icec da CNC, atingiu 94,8 pontos no primeiro trimestre do ano, ante 96,2 pontos no último de 2016. Apesar do ligeiro recuo no trimestre, cabe destacar a recuperação dos indicadores das condições atuais, pelo quarto trimestre consecutivo, favorecidos nos últimos períodos pelas reduções da inflação e da taxa de juros, bem como pelo início da liberação de recursos de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

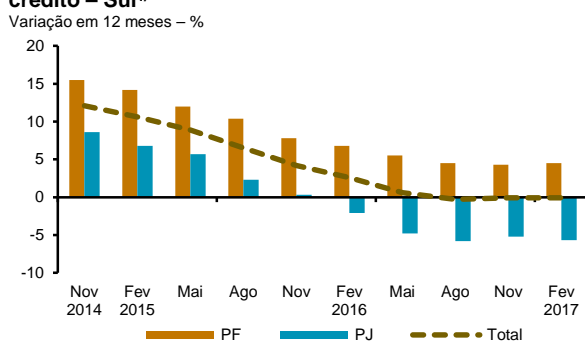
O setor de serviços indica possível início do processo de retomada da atividade. O volume de serviços não financeiros prestados no Sul avançou 0,2% no trimestre encerrado em fevereiro, após contração de 2,0% no trimestre anterior.

Gráfico 5.4 – Taxa de desocupação – Sul



Fonte: IBGE (PNADC)

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.1 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2017/2016
		Produção ^{2/} 2016	2017	
Grãos	73,1	73 032	83 082	13,8
Soja	45,3	35 170	38 825	10,4
Milho	11,9	20 984	27 193	29,6
Arroz (em casca)	9,3	8 662	9 805	13,2
Trigo	3,6	6 141	5 163	-15,9
Feijão	2,5	811	1 046	29,0
Outras lavouras				
Fumo	7,8	668	853	27,7
Cana-de-açúcar	3,7	50 877	52 137	2,5
Mandioca	2,7	5 238	4 277	-18,3
Maçã	1,7	1 056	1 238	17,2
Uva	1,5	513	1 009	96,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2017.

A trajetória do mercado de trabalho sugere, na margem, arrefecimento do processo de distensão. Nesse sentido, de acordo com o Caged/MT, reduziu-se a perda de postos formais na região no trimestre encerrado em fevereiro (25,7 mil ante 90,1 mil em igual período de 2016). Esse movimento implicou menor retração no nível de emprego formal no período, -0,1%, após -0,3% no trimestre finalizado em novembro, dados dessazonalizados.

Considerando dados da PNADC, a taxa de desocupação passou de 7,9% no trimestre finalizado em setembro, para 7,7% no trimestre até dezembro, repercutindo elevações de 0,7% na PEA e de 0,9% na população ocupada. Essa melhora condicionou os aumentos de 2,0% na massa salarial real e de 1,1% no rendimento médio habitual real na avaliação trimestral.

O mercado de crédito segue reagindo na margem, com crescimento no estoque de operações e estabilidade da taxa de inadimplência. O total dos empréstimos na região atingiu R\$549,7 bilhões¹ em fevereiro, com variações de 0,2% no trimestre e de -0,1% em doze meses. A alta refletiu a carteira de crédito de pessoas físicas, que cresceu 1,6% no trimestre, sobressaindo o dinamismo dos financiamentos imobiliários e os rurais. A carteira de pessoas jurídicas recuou 1,5%, impactada pelos menores saldos das operações da indústria metalúrgica e transporte rodoviário e de carga.

No âmbito da oferta, a agricultura apresenta indicadores significativamente positivos, que tendem a favorecer o desempenho da indústria, seja pelo aumento da demanda em função da elevação da renda agrícola, seja pelo encadeamento no processo produtivo.

A safra de grãos no Sul está estimada em 83,1 milhões de toneladas, conforme LSPA de março do IBGE (36,1% da produção nacional), representando aumento de 13,8% em relação à de 2016, com destaque para os incrementos expressivos nas colheitas de soja, milho, arroz e feijão. Entre outras lavouras, destaca-se, ainda, o aumento da produção

1/ Consideram-se operações acima de R\$ 1 mil

Tabela 5.2 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	Sul		Var. %
	2016	2017	
Total	7 762	9 246	19,1
Básicos	3 664	4 232	15,5
Industrializados	4 099	5 014	22,3
Semimanufaturados	713	841	18,0
Manufaturados ^{1/}	3 386	4 173	23,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.3 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	Sul		Var. %
	2016	2017	
Total	6 537	7 754	18,6
Bens de capital	1 017	922	-9,4
Bens Intermediários	3 991	4 950	24,0
Bens de consumo	1 051	1 243	18,3
Duráveis	238	348	46,2
Automóveis de passageiros	143	216	51,0
Semiduráveis e não duráveis	814	895	10,0
Combustíveis e lubrificantes	478	639	33,7
Petróleo	358	194	-45,8
Demais	120	445	270,8
Bens não especificados	0	0	-

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2015	Nominal	Outros ^{4/}	2016	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Total	100 214	-1 461	10 371	8 910	-3 164	105 960
Gov. estad.	99 952	-1 378	10 272	8 894	-3 184	105 662
Capitais	1 518	- 159	70	- 90	161	1 589
Demais municípios	-1 256	76	29	105	- 140	-1 292

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

2/ Considerado o IGP-DI como deflator.

3/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

de fumo (27,7%), lavoura que detém a quarta posição entre as mais relevantes economicamente na região.

A produção industrial aumentou 4,0% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro (-0,7%), segundo dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Houve aumento na produção de catorze das dezoito atividades pesquisadas, com destaque para a fabricação de veículos automotores e de produtos de fumo. Os empresários industriais da região mantiveram-se otimistas no primeiro trimestre, tendo o Ipei atingido 53,9 pontos no período, 2,4 pontos e 16,8 pontos a mais em relação ao trimestre anterior e a igual período do ano passado (o indicador varia de 0 a 100).

O comércio internacional da região, no primeiro trimestre de 2017, alcançou *superavit* de US\$1,5 bilhão, 21,8% superior ao resultado do mesmo período de 2016. Houve incrementos de 19,1% nas exportações (10,7% nos preços e 7,6% em quantidade), destacando-se os embarques de carne de frango, soja, automóveis e carne suína; e de 18,6% nas importações (15,4% no *quantum* e 2,8% em preços), com ênfase nas aquisições de óleos combustíveis, partes e peças para veículos, naftas e adubos e fertilizantes.

Na esfera fiscal, o *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$1,5 bilhão em 2016, ante *superavit* de R\$953 milhões em 2015. Considerando a apropriação de R\$10,4 bilhões em juros, o resultado nominal foi deficitário em R\$8,9 bilhões e a dívida regional atingiu R\$106,0 bilhões ao final de 2016. Nesse ano, a arrecadação de ICMS e as transferências da União somaram R\$73,8 bilhões e R\$24,1 bilhões, com variações reais de -1,6% e 3,2%, relativamente a 2015.²

A variação do IPCA³ na região atingiu 0,84% no primeiro trimestre de 2017, ante 0,44% no último trimestre de 2016. Essa trajetória foi condicionada pelos preços monitorados que aumentaram 1,52% (principalmente ônibus urbano, 10,37%, e energia elétrica residencial, 4,55%), após recuo de 0,60% no último trimestre de 2016. Os preços livres apresen-

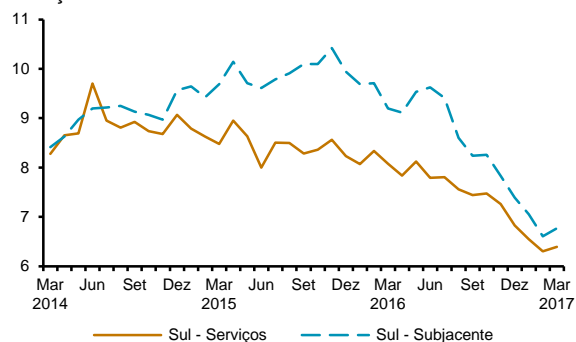
Tabela 5.5 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2016		2017	
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,67	0,82	0,44	0,84
Livres	76,4	1,88	0,93	0,76	0,63
Comercializáveis	37,1	2,11	0,77	0,26	0,23
Não comercializáveis	39,3	1,66	1,08	1,24	1,00
Monitorados	23,6	1,02	0,47	-0,60	1,52
Principais itens					
Alimentação	25,7	2,75	0,64	0,13	0,62
Habitação	15,1	0,14	0,17	-1,30	1,47
Artigos de residência	4,4	0,64	0,04	-0,24	-0,06
Vestuário	6,5	2,28	0,23	1,24	-1,25
Transportes	18,6	-0,41	1,63	1,03	-0,66
Saúde	11,6	4,98	0,80	1,23	2,39
Despesas pessoais	10,4	1,88	1,22	1,87	1,25
Educação	4,2	0,48	2,25	0,15	5,98
Comunicação	3,5	2,22	0,21	0,14	0,58

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2017.

Gráfico 5.6 - Inflação de Serviços - Sul
Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE

taram variação menor, 0,63% ante 0,76%, influenciados pela redução de preços em passagens aéreas, frutas e vestuário. A inflação de serviços também arrefeceu no trimestre, mantendo a tendência delimitada desde o segundo semestre de 2015. O índice de difusão, evidenciando robustez do processo desinflacionário, atingiu 53,3% no período, ante 53,8% no trimestre anterior e 70,6% no primeiro trimestre de 2016.

O IPCA acumulou variação de 3,81% em doze meses até março, após elevar-se em 5,74% em 2016, repercutindo desacelerações dos preços monitorados, de 3,52% para 2,42%, e dos preços livres, de 6,44% para 4,25%. Considerando os mesmos períodos, a inflação de serviços em doze meses arrefeceu de 6,83% para 6,39%, e a respectiva inflação subjacente, de 7,39% para 6,77%.

Prospectivamente, mantém-se a estimativa de retomada gradual da economia da região, que deverá ser favorecida, em termos gerais, pelo processo desinflacionário em curso, pelo menor custo do crédito e pelos impactos sobre a renda disponível e o varejo, decorrentes da liberação de recursos de contas inativas do FGTS, e, em particular, pela ampliação da safra agrícola e de seu efeito indutor de dinamismo da economia do Sul.

5.1 – Paraná

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná

Média móvel trimestral - dados dessazonalizados

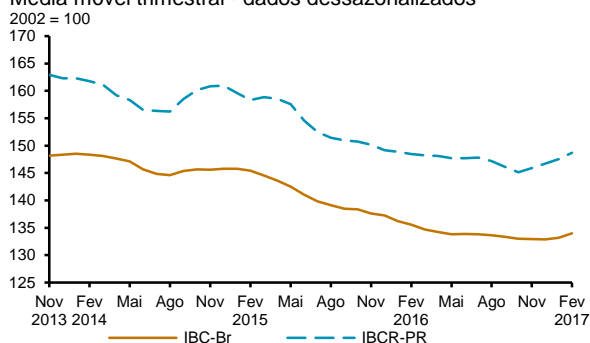


Tabela 5.1.1 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2016 Ano	2017		
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-5,2	-0,4	1,1	-3,9
Combustíveis e lubrificantes	-9,2	-2,0	10,9	-6,8
Hiper e supermercados	-1,8	0,3	-0,4	-0,9
Tecidos, vestuário e calçados	-6,2	-4,7	1,5	-4,4
Móveis e eletrodomésticos	-12,2	-3,5	0,3	-10,8
Comércio ampliado	-6,2	-1,4	1,9	-4,7
Automóveis e motocicletas	-6,3	-3,6	-4,0	-6,1
Material de construção	-10,3	-2,0	9,9	-7,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB estadual recuou 2,4% em 2016, segundo estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), inferior à contração da economia nacional, refletindo retrações de 3,1% na agropecuária e de 2,3% na indústria e nos serviços. Indicadores de maior frequência apontam recuperação da atividade econômica na margem. Nesse contexto, o desempenho positivo do setor industrial e da agricultura favoreceu o IBCR-PR, que expandiu 1,9% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando decrescera 0,9%, de acordo com os dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, a trajetória ainda é de diminuição da retração, de -4,6% até novembro para -3,0% até fevereiro.

Os indicadores de demanda apresentaram alguma melhora na margem e diminuição na velocidade de retração em prazo mais alongado. O volume de vendas do comércio ampliado cresceu 1,9% no trimestre até fevereiro, comparativamente ao finalizado em novembro, quando retraíra 1,4%, dados dessazonalizados da PMC. Destacaram-se as vendas de material de construção (9,9%) e de combustíveis e lubrificantes (10,9%). Excluídos os segmentos veículos, motos, partes e peças (-4,0%), e material de construção, as vendas do comércio varejista também expandiram, 1,1% (-0,4% no período anterior). O volume de serviços não financeiros aumentou 5,1% no trimestre em análise, após retração de 2,8% naquele finalizado em novembro, na série dessazonalizada da PMS, repercutindo especialmente serviços de transporte, 6,4%, impactado pela maior colheita agrícola.

A confiança das famílias segue em elevação gradual. O ICF em Curitiba alcançou 95,0 pontos em março, ante 94,8 pontos em dezembro, sendo que os consumidores reportaram alguma melhora na renda familiar e nas condições de crédito. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), o percentual de famílias endividadas reduziu de 87,7% para 86,3% entre o quarto trimestre de 2016 e o primeiro de 2017, enquanto o daquelas com contas em atraso superior a noventa dias elevou-se de 47,2% para 52,0%, na ordem. A desalavancagem das famílias tende a prosseguir, pois a liberação dos saques de contas inativas do FGTS deverá contribuir para a liquidação

Gráfico 5.1.2 – Ocupação, rendimento e massa no Paraná – Variação interanual no trimestre

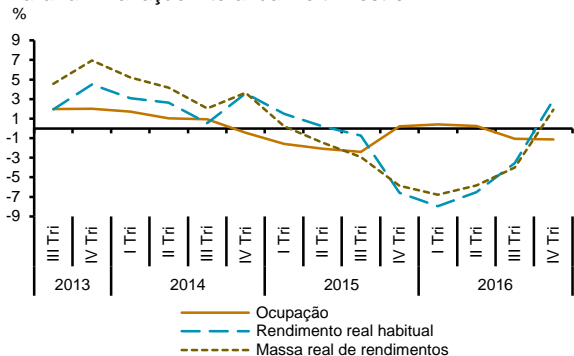


Gráfico 5.1.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

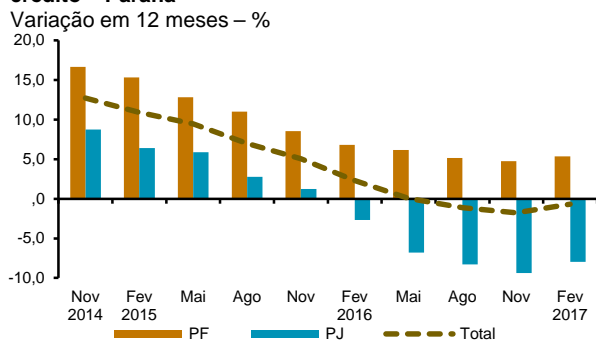


Tabela 5.1.2 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016		2017
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,2	4,1	-2,3
Produtos alimentícios	22,7	3,6	3,7	6,2
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-1,7	4,9	-17,9
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-1,5	16,4	0,2
Máquinas e equipamentos	6,7	4,5	0,2	22,3
Celulose e prod. papel	5,5	-4,8	-1,3	-1,2
Outros produtos químicos	4,7	-5,4	-2,3	-8,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

de dívidas e os consumidores têm demonstrado cautela com a aquisição de bens duráveis.

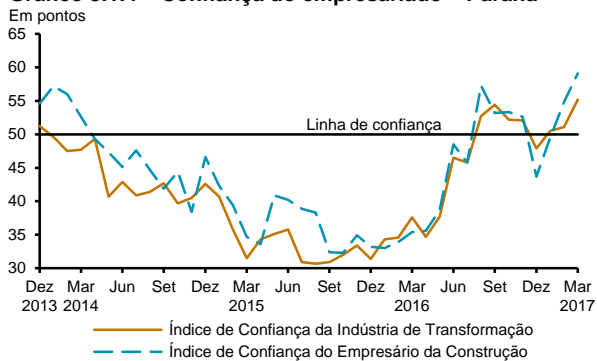
As condições de demanda refletem parcialmente o arrefecimento do processo de distensão do mercado de trabalho, que eliminou 15,5 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante 46,1 mil em igual período de 2016 (Caged/MT). Nesse cenário, a taxa de desocupação atingiu 8,1% no quarto trimestre do ano (5,8% em igual período do ano anterior), o rendimento médio habitual real aumentou 2,9% e a massa salarial real 1,9%, na mesma base de comparação, de acordo com a PNADC.

O dinamismo do mercado de crédito segue influenciado pelo processo de recuperação das finanças das famílias e desalavancagem do segmento empresarial. Nesse contexto, o saldo das operações superiores a R\$1 mil realizadas no Paraná aumentou 0,9% no trimestre, favorecido pelas contratações da carteira de pessoas físicas, com crescimento de 2,2% no período, especialmente nas modalidades enquadradas como recursos direcionados (financiamento rural e financiamento com recursos do BNDES). A carteira de pessoas jurídicas recuou 0,7%, condicionada pelas modalidades financiamento com recursos do BNDES e capital de giro. A taxa de inadimplência aumentou 0,10 p.p., para 3,21%, no trimestre, destacando-se a elevação de 0,27 p.p. no segmento de pessoas jurídicas.

Os desembolsos com recursos do BNDES para o Paraná recuaram 33,2% no primeiro bimestre de 2017 e 2,3% no intervalo de doze meses até fevereiro, em relação a iguais períodos de 2016.

Analisando-se os indicadores de oferta, houve melhora significativa na margem.

A produção industrial expandiu 4,1% no trimestre encerrado em fevereiro, ante recuo de 1,2% no finalizado em novembro, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF, destacando-se as expansões em veículos automotores, reboques e carrocerias (16,4%), derivados de petróleo e biocombustíveis (4,9%) e produtos alimentícios (3,7%). Assinale-se que o aumento do volume produzido pelos diversos segmentos foi mais disseminado na margem, de três para nove, dentre os treze pesquisados.

Gráfico 5.1.4 – Confiança do empresariado – Paraná

Fonte: Fiep

Tabela 5.1.3 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Produção ^{2/}		Variação % 2017/2016
		2016	2017	
Em mil toneladas				
Grãos ^{3/}	76,2	35 032	42 184	20,4
Soja	49,1	16 824	19 235	14,3
Milho	16,5	13 724	18 275	33,2
Trigo	5,8	3 384	3 295	-2,6
Feijão	4,1	600	789	31,5
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	7,7	49 741	51 024	2,6
Fumo	3,4	148	184	24,3
Batata-inglesa	2,7	777	916	18,0
Mandioca	2,5	3 744	2 763	-26,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2017.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

Tabela 5.1.4 – Comércio Exterior - Paraná

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2016	2017	Var. %	Var. %
Exportações	3 364	3 982	18,4	24,4
Básicos	1 854	2 026	9,3	39,0
Manufaturados	1 510	1 956	29,5	11,6
Importações	2 436	2 806	15,2	12,0
Bens de capital	406	318	-21,8	-20,0
Bens Intermediários	1 568	1 793	14,3	20,0
Bens de consumo	263	276	5,0	2,6
Combustíveis e lubrificantes	198	419	111,7	24,8
Saldo Comercial	929	1 177	26,7	18,9

Fonte: MDIC/Secex

Na mesma tendência, o Índice de Confiança da Indústria de Transformação - Paraná (ICIT-PR) e o Índice de Confiança do Empresário da Construção - Paraná (ICEC-PR) registraram, na ordem, 55,2 pontos e 59,1 pontos em março (47,9 e 43,7 pontos em dezembro), permanecendo na área de otimismo, respectivamente, por três e dois meses consecutivos.

A produção de grãos, atividade importante na economia do estado, deverá expandir 20,4% em 2017, de acordo com o LSPA do IBGE, ressaltando-se aumentos nas colheitas de soja (14,3%), milho (33,2%) e feijão (31,5%); e diminuição marginal na de trigo (-2,6%). O valor bruto da produção (VBP), conforme estimativa de março do Mapa, deverá crescer 8,4% no ano, em termos reais, com a redução dos preços compensando, parcialmente, o aumento na quantidade produzida.

A retomada gradual da atividade impactou a evolução da balança comercial do Paraná, que registrou *superavit* de US\$1.177 milhões no primeiro trimestre de 2017 (US\$929 milhões no mesmo período de 2016), reflexo de variações de 18,4% nas exportações (5,7% no *quantum* e 13,7% nos preços) e de 15,2% nas importações (15,1% no *quantum* e 0,2% nos preços), com destaque para os aumentos nas vendas de soja (20,6%) e automóveis (126,7%), e nas compras de óleo combustíveis (280,1%) e bens intermediários (14,3%). China, Estados Unidos da América (EUA) e Argentina foram os principais parceiros comerciais do estado, ressaltando-se o crescimento nas vendas de soja para a China e nas aquisições de óleo diesel dos EUA.

O desempenho recente do IPCA da região metropolitana de Curitiba seguiu a tendência sazonal com variação de 1,02% no primeiro trimestre (0,28% no último de 2016), aceleração decorrente, em especial, da reversão na variação dos preços monitorados (de -0,09% para 3,05%), reflexo do aumento nas tarifas de ônibus urbano (20,40%), produtos farmacêuticos (5,58%) e energia elétrica (4,80%). Os preços livres registraram leve aceleração no trimestre (0,39% para 0,43%). O índice de difusão reduziu sua média para 50,8% no trimestre, de 62,3% em igual período de 2016.

Ainda que a inflação trimestral tenha acelerado, a variação acumulada em doze meses recuou para 3,31% em março (4,45% em 2016), confirmando o processo de desinflação. Considerado o período de

Tabela 5.1.5 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2016		2017	
		Ano	IV Tri	I Tri	12meses
IPCA	100,0	4,45	0,28	1,02	3,31
Alimentação	24,4	7,56	-0,51	-0,20	2,83
Habitação	16,3	-2,03	0,05	1,25	0,04
Artigos de residência	4,2	-0,18	-1,12	0,06	-2,14
Vestuário	6,9	3,42	-0,12	0,01	2,31
Transportes	19,5	3,79	0,58	0,90	2,84
Saúde	11,8	8,43	1,15	2,87	9,16
Despesas pessoais	10,1	7,08	2,02	1,47	5,99
Educação	3,6	10,16	0,14	5,52	7,95
Comunicação	3,3	1,17	0,09	0,42	2,63

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2017.

doze meses, a variação dos preços de serviços, em movimento semelhante à média nacional, atingiu 6,09% na mesma base de análise, enquanto a inflação subjacente de serviços diminuiu para 6,20% (6,41% em 2016).

As perspectivas para a economia paranaense são favoráveis, ancoradas na projeção de safra agrícola recorde, com desdobramentos positivos, nos próximos trimestres, sobre os setores industrial e de serviços e, na sequência, no mercado de trabalho e na renda.

5.2 – Rio Grande do Sul

Tabela 5.2.1 – Variação anual do PIB e VAB do Rio Grande do Sul

Discriminação	2015	2016
PIB	-3,4	-3,1
VAB	-2,7	-2,7
Agropecuária	12,0	-4,5
Indústria	-11,0	-3,9
Serviços	-1,8	-2,1
Impostos	-7,8	-5,5

Fonte: FEE

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2002 = 100)

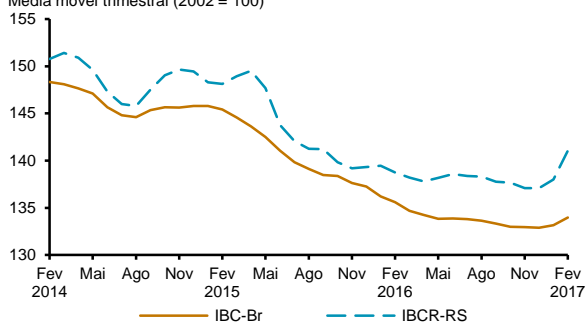
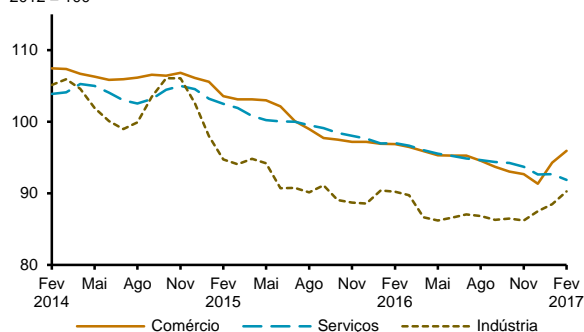


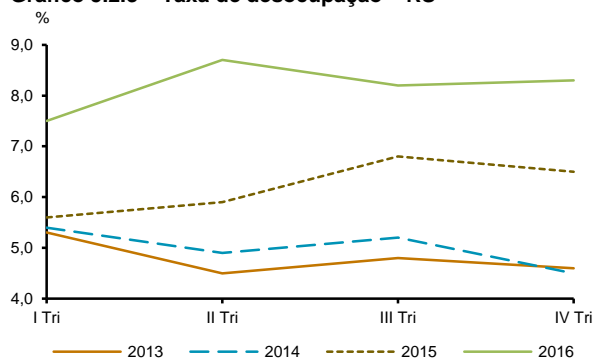
Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria - RS

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.2.3 – Taxa de desocupação – RS



Fonte: IBGE (PNADC)

O PIB do estado contraiu 3,1% em 2016, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), repercutindo retrações de 2,1% nos serviços, de 4,5% na agropecuária e de 3,9% na indústria, segmento que, apesar de se constituir na principal contribuição para recuo do produto, atuou menos intensamente do que no ano anterior (-11,0%). Indicadores mais recentes apontam possível reversão da tendência de declínio, com retomada da atividade econômica na margem. Nesse contexto, o IBCR-RS cresceu 2,9% no trimestre finalizado em fevereiro, na comparação com o encerrado em novembro, quando recuara 0,9%, dados dessazonalizados, estimulado pela expansão da produção industrial e agrícola.

Os indicadores de demanda ainda mostram sinais contraditórios e elevada volatilidade. As vendas do comércio ampliado aumentaram 8,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando recuaram 3,9%, neste tipo de comparação. Destacaram-se as maiores vendas de tecidos, vestuário e calçados, e de veículos. Excluídos esse segmento e o de material de construção, o varejo restrito cresceu 3,5% no trimestre na margem. Em contrapartida, o volume de serviços não financeiros segue declinante, diminuindo 2,0% no trimestre finalizado em fevereiro, após contrair 1,0% no trimestre anterior, segundo dados da PMS do IBGE.

O indicador do endividamento, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência das Famílias Gaúchas, apontou elevado percentual de famílias endividadas e com contas em atraso, com pequeno aumento na margem, tendo passado de 68,0% para 69,0% e de 28,5% para 29,2% em dezembro e em março, na ordem. Nesse contexto, os empresários do comércio mostraram-se menos confiantes - o Icec médio totalizou 93,3 pontos em março, ante 95,8 pontos em dezembro (100 pontos indicam neutralidade). Essa deterioração resultou, principalmente, do desempenho do componente que avalia as perspectivas de contratação.

O mercado de trabalho do estado apresentou redução no ritmo das demissões, compatível com possível esgotamento de seu processo de distensão. Assim, de acordo com estatísticas do Caged/MT, foram eliminadas 10 mil vagas no trimestre encerrado em fevereiro (inferior às 21 mil vagas extintas

em igual trimestre de 2016), destacando-se as demissões em serviços de transporte e ensino, e as contratações na agropecuária e nas indústrias de calçados e da borracha, fumo e couro. No entanto, no quarto trimestre de 2016, a taxa de desocupação atingiu 8,3%, de acordo com a PNADC do IBGE, ante 8,2% no anterior, variação decorrente de crescimento da população ocupada e da PEA, que se refletiram na estabilização da massa de rendimentos e no recuo do rendimento médio na margem.

Nesse cenário, o ICF, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), manteve-se na zona que denota falta de confiança (abaixo de 100 pontos), totalizando 65,5 pontos no trimestre findo em março, ainda que acima dos 63,3 pontos registrados no quarto trimestre de 2016.

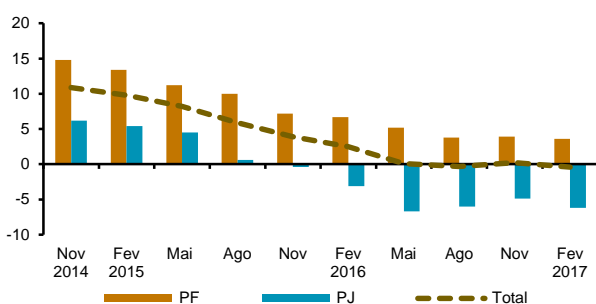
O mercado de crédito segue com pouco dinamismo, condicionado principalmente pelo segmento de pessoas jurídicas. Após expansão na margem no trimestre até novembro, as operações de crédito superiores a R\$1 mil recuaram 0,2% no finalizado em fevereiro e 0,4% em doze meses. No trimestre, a carteira de pessoas físicas aumentou 1,2%, com destaque para os financiamentos imobiliários e crédito consignado, enquanto a de pessoas jurídicas retraiu 2,5%, com redução nos saldos das operações com indústria metalúrgica e outras indústrias. A inadimplência das operações de crédito manteve mesmo percentual do trimestre anterior, 3,4%, com elevação de 0,1 p.p. no segmento de pessoas jurídicas e estabilidade no de pessoas físicas.

Os desembolsos com recursos do BNDES diminuíram 50,6% nos dois primeiros meses do ano e 28,7% em doze meses até fevereiro, na comparação com iguais períodos de 2016.

No âmbito da oferta, a produção industrial reagiu no curto prazo, expandindo 4,7% no trimestre até fevereiro, ante o trimestre até novembro, quando recuara 0,7%, conforme a PIM-PF Regional do IBGE. Esse desempenho foi beneficiado pela fabricação de produtos de fumo e de borracha e plástico. Não obstante a elevada ociosidade do setor, cujo Nuci dessazonalizado atingiu média de 78,4% no trimestre até fevereiro, os empresários mantiveram avaliação otimista pelo quarto trimestre em sequência - o Icei atingiu 55,1 pontos no trimestre de janeiro a março, ante 39,1 pontos e 52,5 pontos nos trimestres findos em março e dezembro de 2016,

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.2 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
 Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016	2017	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,7	4,7	-3,5
Produtos alimentícios	16,4	-3,0	2,0	-0,5
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	-10,0	-0,2	-3,6
Máquinas e equipamentos	12,0	-0,2	-0,1	-0,3
Outros produtos químicos	10,3	1,5	-1,2	-1,3
Artef. couro e calçados	8,9	-4,2	3,8	-0,8
Produtos de metal	8,5	2,0	2,7	-4,5
Produtos de borracha e plástico	5,0	-8,9	11,7	-5,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.2.3 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2016	2017	
Grãos	75,7	31 910	34 112	6,9
Soja	47,2	16 206	17 262	6,5
Arroz	18,5	7 493	8 540	14,0
Milho	6,6	4 730	5 857	23,8
Trigo	2,1	2 540	1 736	-31,7
Feijão	0,7	88	114	29,5
Outras lavouras				
Fumo	8,9	325	415	27,7
Mandioca	3,3	1 108	1 071	-3,3
Uva	2,4	414	890	115,0
Maçã	1,7	485	547	12,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2017.

Tabela 5.2.4 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	Valor		Var. %
	2016	2017	
Agricultura e pecuária	274	547	99,6
Indústria de transformação ^{1/}	2 529	2 763	9,3
Alimentos e bebidas	703	811	15,4
Produtos químicos	411	458	11,4
Veículos	163	282	73,0
Calçados e couros	237	235	-0,8
Máquinas e equipamentos	157	210	33,8
Fumo	286	178	-37,8
Celulose, papel e prod de papel	181	126	-30,4
Produtos de metal	75	116	54,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Itens selecionados.

Tabela 5.2.5 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2016		2017	
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,85	1,13	0,58	0,66
Livres	76,0	2,08	0,92	1,11	0,81
Comercializáveis	37,4	2,75	0,54	0,46	0,37
Não comercializáveis	38,6	1,44	1,29	1,74	1,23
Monitorados	24,0	1,12	1,82	-1,05	0,19
Principais itens					
Alimentação	27,2	2,83	0,43	0,67	1,31
Habitação	14,0	-0,20	2,20	-2,72	1,70
Artigos de residência	4,6	2,07	0,16	0,52	-0,15
Vestuário	6,2	2,97	-0,33	2,69	-2,54
Transportes	17,9	-0,26	1,35	1,48	-2,21
Saúde	11,4	4,97	1,64	1,30	1,93
Despesas pessoais	10,6	2,15	1,61	1,73	1,05
Educação	4,5	0,55	2,58	0,15	6,30
Comunicação	3,6	2,57	0,14	0,18	0,71

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2017.

com destaque para a evolução do componente que avalia as expectativas para os próximos seis meses.

A produção agrícola gaúcha, relevante para a retomada do dinamismo da economia, refletiu condições climáticas favoráveis e está estimada em 34,1 milhões de toneladas em 2017 (14,8% da produção nacional), de acordo com o LSPA de março, elevando-se 6,9% no ano, com destaque para os aumentos nas produções de soja, milho e arroz. O efeito sobre os preços internacionais da grande produção global limitou o aumento do VBP real dos principais produtos agrícolas gaúchos, que deverá alcançar 2,1% em 2017, conforme previsão de março do Mapa.

Ainda assim, o *superavit* da balança comercial do estado aumentou 16,2% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao mesmo período de 2016. Houve acréscimos de 18,1% nas exportações (8,5% em volume e 8,9% em preços) e de 19,3% nas importações (15,3% em volume e 3,4% em preços). Destacaram-se os incrementos nas vendas de soja, carne de frango e automóveis e, em relação às compras internacionais, de naftas e automóveis.

O IPCA da região metropolitana de Porto Alegre apresentou leve alta, variando 0,66% no primeiro trimestre do ano, ante 0,58% no último de 2016. Esta trajetória refletiu, em especial, aceleração nos monitorados, de -1,05% para 0,19%, ante o arrefecimento nos preços livres, de 1,11% para 0,81%. A inflação de serviços aumentou de 1,47% para 2,01%, superior à inflação subjacente no setor, que passou de 1,37% para 1,42%. O índice de difusão permaneceu em 52,2%, mesmo percentual do último trimestre de 2016, ante 69,8% em igual intervalo de 2016.

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) acumulou alta de 4,29% em doze meses até março, ante 6,95% em 2016, combinando expressivas desacelerações nos preços monitorados, de 5,51% para 2,08%, e nos preços livres, de 7,41% para 5,00%. A inflação subjacente no setor de serviços também mostrou reação, embora menor, e atingiu 6,06% (6,95% em 2016).

As perspectivas de crescimento para a economia gaúcha nos próximos trimestres fundamentam-se, além da manutenção de perspectivas favoráveis para a atividade agrícola – com desdobramentos

positivos sobre a produção industrial –, nos impactos favoráveis do recuo da inflação e do custo do crédito sobre a atividade, e na repercussão sobre o varejo dos recursos advindos das contas inativas do FGTS. Especificamente para o setor industrial, as perspectivas de investimentos em 2017 tendem a ser limitadas pela elevada ociosidade da capacidade instalada da indústria gaúcha, avaliada como suficiente para fazer frente à demanda no curto e médio prazo.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	2016				2017	%
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev	
Brasil	-1,5	-1,3	-0,2	-0,5	0,8	
Norte	-1,8	1,3	0,7	-2,5	0,6	
Nordeste	-1,2	-1,5	-0,8	-0,2	0,0	
Centro-Oeste	-1,5	-0,9	-0,8	-0,5	1,1	
Sudeste	-1,7	-0,7	-0,6	-1,2	0,3	
Sul	-1,3	-0,5	0,4	-0,9	2,8	

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

A atividade econômica regional, a exemplo do ocorrido em nível nacional, seguiu em retração ao longo de 2016, mas apontando moderação no ritmo de contração quando comparado ao início do ano. As estatísticas relativas ao trimestre finalizado em fevereiro de 2017 sugerem relativa reação da atividade em todas as regiões, beneficiadas especialmente pelos desempenhos favoráveis da indústria e da agricultura e moderação na distensão do mercado de trabalho, em ambiente de menor inflação. Assinale-se, entretanto, que seguem sendo registrados resultados mistos dos indicadores setoriais, comportamento característico de períodos de transição dos ciclos econômicos.

Nesse cenário, o IBC-Br expandiu 0,8% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando recuara 0,5% em termos dessazonalizados (Tabela 6.1). O resultado na margem, repercutiu o crescimento da atividade em todas as regiões, em especial no Sul (2,8%), condicionada por avanços da produção industrial e no consumo, e no Centro-Oeste (1,1%), beneficiado pela recuperação da safra agrícola e seus efeitos sobre as demais atividades. No Norte, o crescimento foi estimulado especialmente pela elevada produção das indústrias extrativa e de transformação, com impactos positivos nas expectativas dos empresários e consumidores, enquanto no Sudeste destacaram-se os desempenhos no comércio e na indústria. No Nordeste, apesar da recente recuperação do comércio e dos serviços, o ritmo da atividade segue mais moderado que nas demais regiões, entre outros fatores, pelo fraco desempenho industrial.

Os indicadores da evolução da demanda apontam recuperação gradual do consumo, após recuos nos últimos dois anos. Nesse contexto, as vendas do comércio varejista ampliado aumentaram 2,8% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao trimestre findo em novembro, sustentadas por crescimentos no Sul, Norte e Sudeste. Assinalem-se os incrementos expressivos nas vendas de material de construção em todas as regiões, e nas do

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2016				2017
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Comércio varejista					
Brasil	-2,3	-1,3	-1,0	-1,5	2,0
Norte	-4,3	-4,0	-2,5	-1,9	2,0
Nordeste	-3,5	-2,6	-1,7	0,0	1,0
Centro-Oeste	4,0	-1,3	-9,0	-3,3	-1,1
Sudeste	-3,2	-0,8	0,1	-1,4	0,5
Sul	-1,4	-0,9	-0,2	-1,1	3,9
Comércio ampliado					
Brasil	-2,6	-2,2	-2,2	-1,1	2,8
Norte	-2,8	-4,9	-3,1	-1,6	3,0
Nordeste	-3,5	-2,6	-1,6	-0,8	1,7
Centro-Oeste	-3,0	-2,8	-1,9	-1,8	2,3
Sudeste	-2,4	-2,6	-2,1	-1,2	2,5
Sul	-3,3	-0,5	-0,5	-1,5	3,9

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.3 – Volume de serviços
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2016				2017
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Brasil	-1,8	-0,8	-0,6	-2,5	0,3
Norte	-2,0	-2,5	-3,0	-4,1	-2,6
Nordeste	-1,8	-2,7	-1,9	-0,9	1,4
Centro-Oeste	0,9	-5,6	-1,7	-6,2	0,8
Sudeste	-1,7	0,1	-0,3	-2,7	0,3
Sul	-1,0	-2,7	-1,2	-2,0	0,2

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

segmento automotivo no Sudeste e no Sul. As vendas nos segmentos de hiper e supermercados e de tecidos, vestuário e calçados, mais influenciados pela evolução da renda, aumentaram significativamente no Sudeste e no Sul. No Nordeste também se destacou o desempenho do comércio de tecidos, vestuário e calçados juntamente com o de móveis e eletrodomésticos.

A trajetória declinante na variação do volume de serviços não financeiros sugere possível inflexão na margem, com a expansão de 0,3% no trimestre até fevereiro, após oito trimestres consecutivos de retração. Esse movimento refletiu a reversão da retração do crédito em todas as regiões à exceção do Norte, que experimentou significativa retração, -2,6%. O crescimento dos serviços prestados às famílias foi especialmente elevado no Nordeste, destacando-se também no Centro-Oeste. Ressalte-se que volume de serviços de transportes, aumentou em todas as regiões, em parte como decorrência dos resultados positivos na indústria e, sobretudo, no setor agrícola que concentra a maior parte da colheita de grãos no primeiro trimestre do ano.

Os desempenhos favoráveis tendem a estimular a melhora das expectativas dos empresários do comércio bem como a intenção de consumo das famílias. Nesse sentido, os Icec do Norte, Nordeste e Centro-Oeste superaram os 100 pontos (linha de indiferença) em março; os indicadores correspondentes para o Sul e Sudeste, também seguiram em trajetória ascendente e encontram-se em torno de 95 pontos. A melhora da confiança impactou positivamente a evolução dos indicadores de intenções de compras que assinalaram crescimentos no primeiro trimestre, quer se considere o índice da CNC ou da CNI.

Tabela 6.4 – Operações de crédito do SFN^{1/}
Fevereiro de 2017

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 478	1 542	3 020	-2,8	1,1	-0,8	-8,9	3,7	-2,9
Norte	41	74	115	-2,8	0,9	-0,5	-11,1	3,7	-2,1
Nordeste	153	244	397	-2,3	1,4	-0,1	-9,0	4,4	-1,2
Centro-Oeste	132	198	329	-0,7	2,1	1,0	-5,6	4,2	0,0
Sudeste	916	713	1 629	-3,6	0,7	-1,8	-10,1	2,9	-4,8
Sul	236	314	550	-1,5	1,6	0,2	-5,7	4,5	-0,1

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O mercado de crédito segue fragilizado, refletindo, principalmente, o cenário de desalavancagem das empresas e das famílias, em ambiente de incerteza quando à retomada da economia. No trimestre até fevereiro, o saldo das operações superiores a R\$1mil contraiu 0,8%, impactado pela retração no Sudeste (-1,8%), Norte (-0,5%) e Nordeste (-0,1%), em especial pelo recuo das carteiras junto a pessoas jurídicas. A carteira de pessoas físicas aumentou 1,1% no país, repercutindo avanços em todas as regiões, com destaque para as operações de financiamentos imobiliários e consignado.

Tabela 6.5 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2016				2017
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Brasil	-800,5	-254,2	-219,7	-230,8	-467,6
Norte	-49,0	-22,2	-10,2	-16,8	-30,4
Nordeste	-159,8	-92,4	-16,4	8,2	-134,2
Centro-Oeste	-48,3	-2,1	-1,7	-39,8	-12,7
Sudeste	-453,3	-99,3	-144,0	-179,5	-264,6
Sul	-90,1	-38,2	-47,5	-2,9	-25,7

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.6 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	%				
	2015	2016			
	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
Brasil	9,0	10,9	11,3	11,8	12,0
Norte	8,6	10,5	11,2	11,4	12,7
Nordeste	10,5	12,8	13,2	14,1	14,4
Centro-Oeste	7,4	9,7	9,7	10,0	10,9
Sudeste	9,6	11,4	11,7	12,3	12,3
Sul	5,7	7,3	8,0	7,9	7,7

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

Tabela 6.7 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	2015 Jan-dez	2016 Jan-dez
Norte	254	-1 013
Nordeste	- 568	- 588
Centro-Oeste	-3 173	-1 457
Sudeste	-7 459	2 728
Sul	- 953	-1 461
Total	-11 900	-1 791

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) *superavit* (+) *deficit*

O mercado de trabalho permaneceu em distensão, sendo possível identificar, na maioria das regiões, moderação nessa dinâmica. A eliminação de postos de trabalho formais no trimestre até fevereiro, 467,6 mil, situou-se significativamente abaixo dos desligamentos ocorridos no mesmo período do ano anterior (800,5 mil). Em nível regional esse movimento foi seguido principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sul, beneficiadas pela geração de empregos na agropecuária, e Sudeste, com menor destruição de postos em todos os segmentos, especialmente da indústria de transformação. Relativamente ao nível de emprego formal, houve retração em todas as regiões, exceto no Centro-Oeste, onde aumentou 0,1%.

A taxa de desocupação, mensurada pelo IBGE por meio da PNADC, permaneceu ascendente ao longo de 2016, elevando-se com intensidade no Norte, Nordeste e Centro-Oeste (tabela 6.6). Essa trajetória refletiu a redução mais acentuada da População Ocupada no Norte e Nordeste, -3,5% e -5,5%, respectivamente, combinado com o aumento da Força de Trabalho nessas regiões, 2,4% e 1,6%, na ordem. No Centro-Oeste o incremento na taxa de desocupação está mais estreitamente vinculado ao aumento na Força de Trabalho (2,2%) do que à redução da População Ocupada (-0,4%).

O desempenho da economia nos dois últimos anos afetou os fluxos de arrecadação, e impactou as finanças públicas também em níveis regionais¹. Assim, em 2016 houve redução do *superavit* do Centro-Oeste, relativamente a 2015, e inversão de *superavit* para *deficit* no resultado anual do Sudeste. Ainda que o Norte, Nordeste e o Sul tenham apresentado desempenhos anuais melhores, a consolidação das contas regionais revela queda brusca do superávit observado em 2015 (R\$11,9 bilhões) para 2016 (R\$1,8 bilhões). A deterioração das condições financeiras dos governos subnacionais tem estimulado o engajamento em processos de reforma de ajuste das contas públicas locais. Esse processo no entanto, é longo e envolve incertezas

Em relação a oferta, os indicadores têm mostrado evolução favorável no início deste ano. No setor agrícola, as estimativas para safra de grãos apontam crescimento de 25,1%, após contração de 12,2% na

1/ As estatísticas fiscais regionais consideram as finanças dos governos estaduais, do Distrito Federal, das capitais estaduais bem como dos 2.600 maiores municípios.

Tabela 6.8 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}
Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas			Variação % 2017/2016
		Produção ^{3/}			
		2016	2017		
Brasil	100,0	184,0	230,3	25,1	
Norte	3,8	6,7	8,3	23,7	
Nordeste	10,2	9,5	18,0	89,1	
Centro-Oeste	39,4	75,1	99,1	31,9	
Sudeste	9,3	19,6	21,8	10,9	
Sul	37,2	73,0	83,1	13,8	

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2015.

3/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2017.

Tabela 6.9 – Produção física da indústria
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	2016					2017
							%
		Fev	Mai	Ago	Nov	Fev	
Brasil	100,0	-4,0	0,9	0,9	-2,2	1,9	
Norte	5,9	-2,5	4,4	1,3	-2,3	3,3	
Nordeste	9,5	-2,2	2,3	-0,7	-2,0	-0,4	
Centro-Oeste	3,5	-4,2	1,6	-0,3	-6,9	6,7	
Sudeste	62,7	-3,4	1,5	1,0	-1,5	1,5	
Sul	18,5	-2,4	0,5	0,6	-0,7	4,0	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Março

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Total	40,6	50,5	32,2	36,0	8,4	14,4
Norte	2,6	4,1	1,9	2,4	0,7	1,6
Nordeste	2,8	3,8	3,6	5,3	-0,9	-1,4
Centro-Oeste	6,7	6,1	2,1	2,0	4,6	4,1
Sudeste	19,6	25,9	18,0	18,6	1,6	7,3
Sul	7,8	9,2	6,5	7,8	1,2	1,5
Outros ^{1/}	1,2	1,3	0,0	0,0	1,2	1,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

produção do ano anterior. Assinalem-se os aumentos projetados no Nordeste (89,1%) e no Centro-Oeste (31,9%), principalmente de milho, feijão, soja e arroz, fortemente prejudicados pelas condições climáticas desfavoráveis em 2016. No Sul, essas lavouras também contribuirão para o avanço da produção agrícola, destacando-se, ainda, as perspectivas para as colheitas de fumo. No Norte, o aumento anual da safra de grãos (23,7%) deverá contrastar com o recuo previsto na produção de mandioca (-18,5%), com possível impacto nos preços, tendo em vista sua relevância na cesta de consumo local. No Sudeste, a produção de cana-de-açúcar deve apresentar relativa contração, assim como o café, considerando-se a bialidade desfavorável.

No setor industrial, oscilações mensais no nível de produção corroboram a perspectiva de estabilidade, após dois anos de retração significativa. Na margem, houve crescimento de 2,2% no trimestre finalizado em fevereiro, repercutindo os desempenhos favoráveis da indústria extrativa (3,2%) e de transformação (1,6%), consideradas as séries dessazonalizadas da PIM do IBGE. Essa evolução foi sustentada pelo aumento na produção do Centro-Oeste (especialmente alimentos e metalurgia), do Sul (veículos automotores, alimentos e fumo), do Norte (extrativa, máquina e equipamentos, e minerais não metálicos). Destacaram-se ainda os resultados positivos da indústria extrativa e do segmento de veículos automotores no Sudeste.

Os indicadores das expectativas dos empresários da indústria mostram-se consistentes com a expectativa de recuperação do setor. De acordo com os dados do Icel da CNI, houve incremento nos índices médios regionais do trimestre até março, relativamente ao último trimestre de 2016. Destacaram-se as altas do indicador no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, refletindo elevações tanto nos componentes que aferem a percepção das condições atuais como das expectativas para os próximos meses.

As vendas regionais ao exterior têm-se beneficiado do quadro mais favorável para o crescimento global, bem como dos resultados positivos do setor agrícola nacional. Por outro lado, o recente aumento da atividade interna, repercute também no nível de nas importações das regiões. No Nordeste, as exportações cresceram 30,9% no primeiro trimestre deste ano em relação a igual período de 2016, destacando-se as vendas de manufaturados e

Tabela 6.11 – IPCA
Variação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	2016					2017
		Mar	Jun	Set	Dez	Mar	
%							
IPCA							
Brasil	100,0	2,62	1,75	1,04	0,74	0,96	
Norte	4,2	2,72	2,03	1,28	0,57	0,85	
Nordeste	14,8	2,86	1,95	1,17	1,03	1,31	
Centro-Oeste	7,1	2,25	1,26	1,21	0,99	0,45	
Sudeste	57,6	2,58	1,77	1,02	0,73	0,99	
Sul	16,3	2,71	1,67	0,82	0,44	0,83	
Livres							
Brasil		2,89	1,56	1,21	0,74	0,68	
Norte		3,66	2,19	1,24	0,33	0,46	
Nordeste		3,29	1,45	1,18	0,96	0,98	
Centro-Oeste		2,56	1,48	1,14	0,97	0,10	
Sudeste		2,81	1,48	1,29	0,68	0,71	
Sul		2,74	1,88	0,93	0,76	0,63	
Monitorados							
Brasil		1,78	2,34	0,53	0,75	1,87	
Norte		-0,60	1,46	1,46	1,47	2,31	
Nordeste		1,31	3,76	1,15	1,29	2,49	
Centro-Oeste		1,28	0,56	1,40	1,06	1,57	
Sudeste		1,91	2,66	0,21	0,89	1,82	
Sul		2,62	1,02	0,47	-0,60	1,52	

Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

seminamufaturados de ferro e aço enquanto as importações experimentaram aumento de 60%, especialmente de bens intermediários (naftas e etanol). No Sudeste, o comércio exterior registrou expansão das exportações (32,1%), refletindo especialmente aumento de preços. Sobressaíram os embarques de óleos brutos de petróleo e minério de ferro. As, aquisições externas variaram 3,1% no mesmo período. A expansão do saldo comercial do Norte repercutiu incremento expressivo nas compras externas (combustíveis e lubrificantes e de matérias primas para o Amazonas), e crescimento ainda maior das exportações de básicos, como minérios de ferro e de cobre.

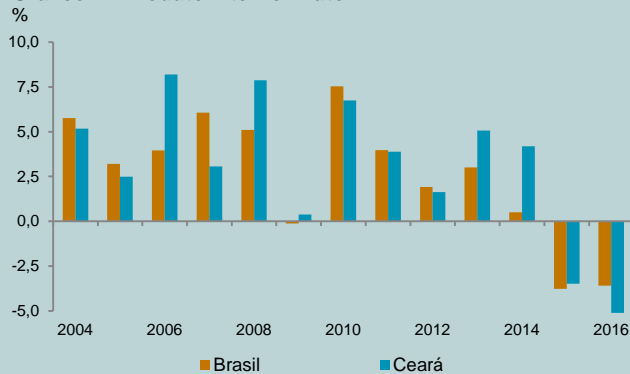
O ritmo da atividade econômica, a distensão no mercado de trabalho e os efeitos das políticas de ajuste macroeconômico em curso têm favorecido a continuidade do processo de desinflação da economia. A comparação entre o primeiro trimestre de 2017 com igual período do ano anterior evidencia notadamente esse movimento. Na margem, a variação do IPCA nos primeiros três meses deste ano superou à do último trimestre de 2016, refletindo fatores sazonais principalmente sobre os preços monitorados (Tabela 6.11), que aceleraram significativamente no período em todas as regiões. Os reajustes nas tarifas de ônibus urbano, energia elétrica e os maiores gastos com saúde destacaram-se no segmento. Os preços livres mostraram menor variação dos no trimestre até março, em parte devido ao comportamento benigno atípico, para essa época do ano, especialmente no Centro-Oeste e Sul.

A avaliação da atividade econômica e seus determinantes nas regiões geográficas do país, em que pese a diversidade de suas características, ratifica a percepção de transitoriedade do ciclo de atividade, após dois anos de retração, e a perspectiva de retomada gradual ao longo do ano. Corroboram esse cenário, considerando os indicadores de oferta, a recente reação da atividade observada no setor industrial e os resultados agrícolas significativamente positivos. No âmbito da demanda, concorrem para reforçar essa percepção o maior dinamismo do comércio exterior, o gradual arrefecimento do processo de distensão no mercado de trabalho bem como os efeitos da recuperação de confiança dos agentes sobre a evolução do crédito e as decisões de consumo e investimento.

Economia cearense: estrutura produtiva, desempenho recente e perspectivas

Este boxe analisa a estrutura produtiva da economia cearense - com ênfase em seu desempenho recente e nas perspectivas para seu desempenho nos próximos trimestres - e compara as trajetórias da atividade econômica no estado e no Brasil. Análises semelhantes foram realizadas nos Boletins Regionais de janeiro de 2016 e outubro de 2013.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto - PIB



Fonte: IBGE e Ipece

O PIB do Ceará cresceu 4,2% em 2014 (0,5% no país), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondendo a 2,2% do PIB nacional e a 15,7% do PIB do Nordeste (Gráfico 1).

Considerando período mais recente, a partir de dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) para o estado e do IBGE para o país, o PIB do Ceará e o do Brasil registraram recuos respectivos de 5,3% e 3,6% em 2016. O desempenho mais desfavorável observado em âmbito estadual repercutiu retrações na agropecuária (8,0%), na indústria (6,6%) e no setor de serviços (5,5%). No período 2007-2016, as economias cearense e brasileira expandiram, em média, 2,3% a.a. e 2,0% a.a., respectivamente, considerados dados do IBGE e do Ipece.

A participação da região metropolitana de Fortaleza (RMF) no PIB cearense atingiu 61,5% em 2014, com destaque para os polos industriais localizados em Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. Em relação às demais regiões do estado, ressaltam-se as representatividades da produção do Noroeste (9,4%), impulsionada pelo polo industrial da cidade de Sobral, e do Norte (8,1%), com ênfase na importância do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), em São Gonçalo do Amarante.

Análise da estrutura produtiva do estado demonstra a crescente importância do setor de serviços, repetindo o padrão observado no país, destacando-se os segmentos administração pública e comércio. Ocorreram recuos nas representatividades da agropecuária, processo associado, em grande parte, ao impacto de condições meteorológicas adversas

observadas nos últimos anos, e da indústria de transformação.

Nesse contexto, a participação do setor de serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado atingiu 75,6% em 2014, seguindo-se as da indústria, 19,2% e da agropecuária, 5,2% (71,2%, 23,8% e 5,0%, respectivamente, no País). A maior representatividade do setor de serviços no estado, relativamente ao registrado no país, repercute, em especial, as participações dos segmentos comércio e administração pública, que atingiram, na ordem, 16,3% e 22,7% no Ceará, ante 13,6% e 16,4%, respectivamente, em âmbito nacional, conforme observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Valor Agregado Bruto - VAB - 2014

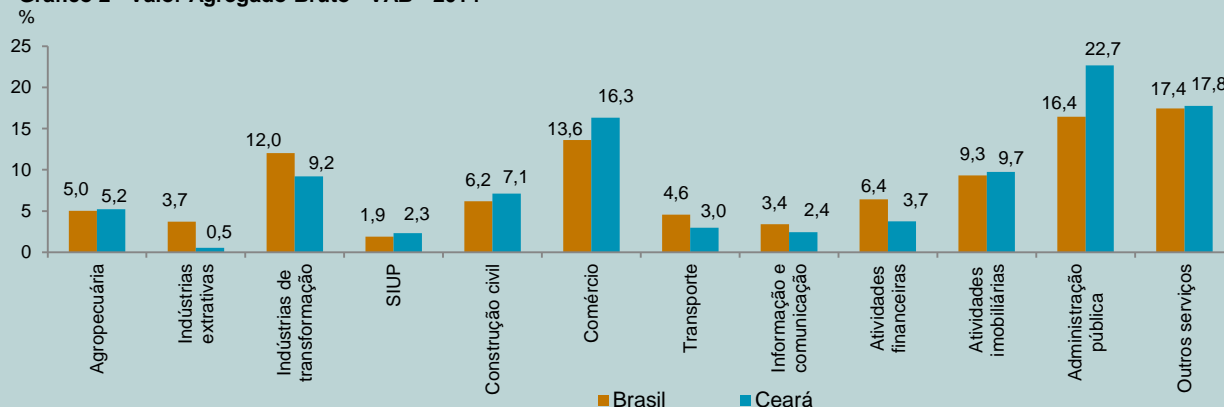
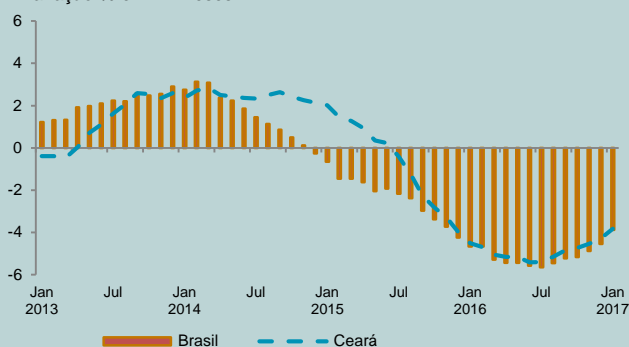


Gráfico 3 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Variação % em 12 meses



A evolução do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-Ce) e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br), calculados pelo Banco Central, evidenciam desempenhos semelhantes da economia cearense, e do Brasil em 2016 - o IBCR-CE recuou 4,6% e o IBC-Br, 4,3%, no ano (Gráfico 3).

A safra de grãos do Ceará (Tabela 1) deverá crescer 50,3%, para 281,01 mil toneladas, em 2017, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). A produção de grãos estadual se concentra basicamente em milho, feijão e arroz (99,7% da colheita em 2017), com destinação majoritária ao consumo no estado. Considerados dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2015, último ano divulgado pelo IBGE, as lavouras temporárias representaram 47,2% do valor da produção agrícola, destacando-se as participações das culturas de feijão (9,0%), mandioca (8,3%), tomate (7,6%), cana-de-açúcar (6,0%) e milho (4,9%), enquanto as lavouras permanentes

responderam por 52,8% do total (banana, 19,7%; castanha de caju, 10,3%; maracujá, 7,5%; e coco-da-baía, 7,0%).

Tabela 1 – Produção agrícola – Ceará
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Em mil toneladas											Var. % 2017/2016
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ^{2/}	
Produção de grãos		574	1 129	785	336	1 301	232	262	502	225	187	284	52,1
Milho	4,9	357	753	539	175	915	123	140	348	131	115	171	49,6
Feijão	9,0	130	253	130	83	264	53	62	109	67	57	73	28,9
Arroz (em casca)	1,2	72	98	93	64	93	51	56	40	25	14	39	171,0
Outras lavouras selecionadas													
Banana	19,7	385	423	430	445	494	416	420	453	385	324	348	7,4
Mandioca	8,3	749	925	686	621	837	469	385	478	359	401	353	-11,9
Castanha-de-caju	10,3	53	121	104	40	112	39	165	51	52	31	43	38,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ LSPA de março de 2017.

A atividade pecuária no Ceará nos últimos anos vem sendo impactada negativamente por condições meteorológicas adversas. Nesse contexto, o abate de bovinos apresentou recuos recorrentes de 2011 a 2016 (Tabela 2), acumulando retração de 35,4% entre 2005 a 2016. No mesmo intervalo, houve aumentos respectivos de 3.050,1% e de 32,8% nos abates de aves e de suínos, criadas em granjas e/ou confinamento.

Tabela 2 – Produção da pecuária – Ceará

Discriminação	%									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Animais abatidos (cabeças)										
Bovinos	5,2	1,8	-6,5	2,8	-5,2	-11,5	-3,1	-5,4	-10,3	-12,8
Suínos	-1,8	-1,6	0,2	-0,8	-0,2	-14,4	13,2	-3,3	8,0	-6,2
Aves	68,0	52,9	36,4	23,3	35,4	-6,5	9,1	152,0	6,8	0,3
Peso total das carcaças (Kg)										
Bovinos	4,4	-0,6	-4,9	-0,4	-5,0	-9,8	-8,9	-5,2	-12,9	-9,7
Suínos	-1,3	-2,9	5,6	5,6	3,3	-7,9	24,9	-2,9	7,6	0,4
Aves	57,1	48,6	39,5	20,8	40,5	-3,7	10,2	132,5	5,0	2,4

Fonte: IBGE

Em relação ao setor secundário, a indústria de transformação do estado registrou recuo anual médio de 1,7% de 2007 a 2016 (-0,7% a.a. no Brasil), de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, refletindo, em grande parte, as retrações das indústrias têxtil (9,7% a.a.) e de vestuário (3,7% a.a.), importantes segmentos fabris no estado. Destacaram-se, por outro lado, as expansões nos segmentos minerais não-metálicos (1,8% a.a.) e produtos alimentícios (1,0% a.a.), conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % média no período	
		2007-2016	2017
		Jan ^{2/}	
Indústria geral	100	-1,7	0,3
Calçados e art. de couro	26,7	-0,5	10,5
Produtos alimentícios	16,9	1,0	8,9
Vestuários e acessórios	11,8	-3,7	3,5
Têxtil	7,6	-9,7	38,7
Petróleo e derivados	6,4	-0,5	-17,3
Minerais não-metálicos	4,9	1,8	-7,5
Produtos de metal	3,1	-9,5	-38,6
Metalurgia	3,0	...	5,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2014/IBGE.

2/ Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

Dados mais recentes indicam que a indústria do estado vem repercutindo o cenário de recuperação na confiança de empresários e consumidores. Nesse sentido, a produção industrial cearense cresceu 0,3% em janeiro de 2017, em relação a igual mês do ano anterior (1,4% no Brasil), ressaltando-se as elevações nas atividades indústria têxtil (38,7%), com base de comparação deprimida.

O desempenho mais favorável da economia cearense em relação à do país, no período 2007-16 foi influenciado pela trajetória do setor de serviços. De fato, análise mais detalhada do setor mostra que, de 2005 a 2014, os VAB dos subsetores comércio e transportes apresentaram aumentos médios de 6,2% a.a. e 5,1% a.a., respectivamente, ante expansões, na ordem, de 3,9% a.a. e 3,5% a.a. no Brasil, segundo dados das contas regionais do IBGE. Informações mais recentes mostram que o volume de serviços mercantis não financeiros, mensurado pela PMS do IBGE, apresentou crescimento médio de 0,9% a.a. de 2013 a 2016 no estado, ante recuo de 0,6% a.a. no Brasil, ressaltando-se os crescimentos de 4,2% a.a. em atividades turísticas e de 1,5% a.a. em serviços profissionais, administrativos e complementares.

Tabela 4 – Volume de vendas do comércio varejista

Discriminação	%			
	2007-2016 ^{1/}		2017 ^{2/}	
	Brasil	CE	Brasil	CE
Comércio ampliado	3,9	5,2	-8,7	-10,3
Veículos, motos, partes e peças	2,6	4,1	-14,0	-16,7
Material de construção	2,9	4,0	-10,7	-21,4
Comércio varejista	4,5	5,6	-6,2	-6,7
Combustíveis e lubrificantes	2,2	7,4	-9,2	-4,6
Hiper, supermercados,	3,8	4,4	-3,1	-3,1
Tecidos, vestuário e calçados	1,1	3,9	-10,9	-3,3
Móveis e eletrodomésticos	5,2	6,7	-12,6	-17,7

Fonte: IBGE

1/ Crescimento médio no período.

2/ Dados disponíveis até janeiro.

As vendas do comércio ampliado do estado aumentaram, em média, 5,2% ao ano, de 2007 a 2016 (3,9% no Brasil), de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE (Tabela 4). Esse desempenho - favorecido pelo maior dinamismo da economia regional nesse período e, paralelamente, pelos programas de transferência de renda do governo federal - repercutiu elevações médias nos segmentos hipermercados, supermercados, produtos alimentícios e bebidas (4,4%) e veículos, motos, partes e peças (4,1%), que registaram aumentos médios respectivos de 3,8% e 2,6% no Brasil, na mesma base de comparação.

As vendas varejistas no estado mostram trajetória recente declinante, a exemplo do observado no país, repercutindo, em especial, a piora nas condições do mercado de crédito e a distensão no mercado de trabalho. Nesse cenário, as vendas do comércio ampliado apresentaram recuo anual de 10,3% em 2016 (material de construção, -21,4%; veículos, motos e peças, -16,7%).

O comércio externo do Ceará registrou, de 2007 a 2016, aumentos médios anuais de 19,5% nas

Tabela 5 - Evolução das exportações e importações

Ano	%			
	Exportações		Importações	
	Brasil	CE	Brasil	CE
2006	16,3	3,0	24,1	86,6
2007	16,6	19,4	32,0	28,2
2008	23,2	11,2	43,4	10,7
2009	-22,7	-15,4	-26,2	-21,1
2010	32,0	17,5	42,3	76,3
2011	26,8	10,5	24,5	10,7
2012	-5,3	-9,7	-1,4	19,3
2013	-0,2	12,1	7,4	15,3
2014	-7,0	3,6	-4,4	-9,1
2015	-15,1	-28,9	-25,2	-10,4
2016	-3,1	23,8	-19,8	29,8

Fonte: MDIC

Tabela 6 – Exportações do Ceará

Itens selecionados

Produto	Valor 2016 (US\$ milhões)	Participação % no total	
		2015	2016
Calçados	269,7	25,1	20,8
Produtos semimanufaturados			
de ferro ou aços	179,2	0,4	13,8
Couros e peles, depilados,			
exceto em bruto	145,3	15,4	11,2
Castanha-de-caju	103,2	8,1	8,0
Melões frescos	70,9	8,5	5,5
Motores, geradores,			
transformadores elétricos			
e suas partes	69,3	3,4	5,4

Fonte: MDIC

importações e de 3,3% nas exportações, ante 6,5% e 4,6%, respectivamente, no Brasil (Tabela 5).

As exportações do estado somaram, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Serviços (MDIC), US\$1.294,1 milhões em 2016. O aumento anual de 23,8% (recuo de 3,1% no país) foi favorecido pelo início das operações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Na mesma base de comparação, as importações cresceram 29,8%, para US\$3.489,8 milhões (-19,8% no Brasil).

Os principais produtos da pauta de exportações do Ceará (Tabela 6) em 2016 foram calçados (20,8% do total), produtos semimanufaturados de ferro ou aços (13,8%), couros e peles (11,2%), castanha-de-caju (8,0%), melões frescos (5,5%) e motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes (5,4%). Destaque para o aumento na participação de produtos semimanufaturados de ferro ou aços, refletindo as vendas da CSP, iniciados em agosto de 2016.

O crescimento das importações do estado em 2016 (Tabela 7) foi motivado, especialmente, pelas aquisições de bens de capital associadas à conclusão da montagem das principais plantas que compõem a CSP. Os principais produtos foram fornos industriais ou de laboratório, não elétricos (8,2% do total), gás natural liquefeito (7,2%), hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas (6,6%), máquinas de vazar, para metalurgia, aciaria ou fundição (5,6%), centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar (5,4%) e trigo em grãos (5,4%).

A economia do estado gerou, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho (MT), média anual de 31 mil empregos de 2007 a 2016 (652 mil no país). Ressalte-se que, no biênio 2015-16, repercutindo o processo recessivo em curso na economia, houve corte de 72,7 mil postos de trabalho (2.996,9 mil no país). Evidenciando a relevância das atividades no VAB do estado, o setor de serviços e o comércio foram responsáveis, em conjunto, pela criação de 80,9% das vagas entre 2007 e 2016, enquanto no biênio 2015-16, os cortes ocorreram mais acentuadamente na indústria de transformação (27,1 mil) e na construção civil (26,0 mil).

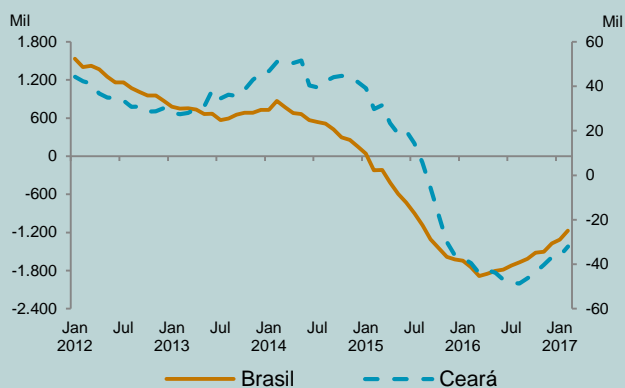
Tabela 7 – Importações do Ceará

Itens selecionados

Produto	Valor imp. 2016 (US\$ milhões)	Participação % no total	
		2015	2016
Fornos Industriais ou de laboratório, não elétricos	285,7	0,7	8,2
Gás natural liquefeito	251,9	27,4	7,2
Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas	229,6	6,4	6,6
Máquinas de vaziar, para metalurgia, aciária ou fundição	196,1	0,0	5,6
Centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar	189,2	0,2	5,4
Trigo em grãos	188,1	7,1	5,4

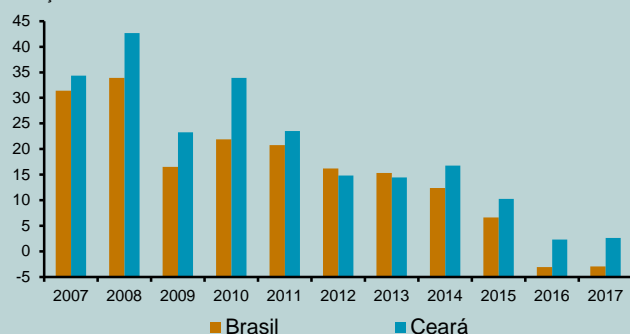
Fonte: MDIC

Gráfico 4 – Criação de novos empregos formais
Em 12 meses



Fonte: MTPS/Caged

Gráfico 5 – Evolução do saldo das operações de crédito
Variação % em 12 meses



Nota: Operações do SCR com saldo superior a R\$1 mil. Em 2017, dados até fevereiro

Dados mais recentes sugerem início de um processo de recuperação no mercado de trabalho do estado, em linha com o comportamento nacional (Gráfico 4). Assim, em 2017, apesar da economia cearense ter eliminado 7,4 mil empregos formais no primeiro bimestre do ano (-12,3 mil em igual período de 2106), houve criação de 64 vagas em fevereiro. No Brasil, ocorreram cortes respectivos de 5,3 mil e de 204,3 mil postos de trabalho nos bimestres mencionados e criação de 35,6 mil vagas em fevereiro.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado atingiu R\$66,1 bilhões ao final de 2016, elevando-se 5,4% a.a. nos últimos dez anos (alta de 4,9% a.a. no Brasil). As carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas detiveram participações respectivas de 52,0% e de 48,0% no total, destacando-se, no primeiro segmento, as participações das modalidades financiamentos habitacionais, crédito consignado e aquisição de automóveis e, no segundo, as contratações do setor de serviços industriais de utilidade pública e da indústria de transformação (Gráfico 5).

No âmbito das contas públicas, o *superavit* primário do Ceará recuou de R\$1,4 bilhão, em 2008, para R\$138 milhões, em 2016, destacando-se a retração, de R\$1,3 bilhão para R\$305 milhões, registrada no *superavit* do governo do estado. Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$514 milhões em 2016, ante R\$165 milhões em 2008, contribuindo para a reversão, de *superavit* para *deficit*, no resultado nominal.

A dívida líquida do estado aumentou de R\$1,2 bilhão, ao final de 2008, para R\$7,1 bilhões, em dezembro de 2016, após ter atingido R\$ 8 bilhões ao término de 2015, com destaque para a elevação de R\$5,7 bilhões, para R\$7,8 bilhões, na dívida do governo do estado. A participação da dívida do estado no endividamento regional atingiu 12,2% ao término de 2016.

A economia cearense apresentou dinamismo superior ao registrado em âmbito nacional, no período 2004-2014, com impactos diretos e benéficos sobre a evolução dos indicadores sociais do estado. O período mencionado caracterizou-se pelo fortalecimento do mercado interno, com redução dos níveis de pobreza; e pela expansão contínua do mercado de trabalho, expresso em

aumentos da renda real e da massa salarial. Contudo, a evolução mais recente dos indicadores econômicos do Ceará tem se caracterizado por retração da atividade econômica, em ritmo ainda mais intenso do que o verificado nacionalmente, destacando-se os resultados desfavoráveis no comércio, no setor de serviços, na indústria e na atividade agropecuária, em ambiente de aumento do desemprego e queda na massa salarial.

Prospectivamente, o desempenho da economia cearense nos próximos trimestres tende a ser favorecido pela expansão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), onde o início de operação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) em agosto de 2016, já impacta as exportações do estado e a própria estrutura produtiva local. Investimentos concluídos e em maturação na geração de energia eólica e na expansão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), e a recente privatização do aeroporto internacional Pinto Martins constituem inversões consideráveis no arcabouço produtivo do estado. Tais fatores, associados às perspectivas de continuidade da melhora da confiança dos agentes econômicos e de consolidação gradual do crescimento da economia nacional, delineiam cenário positivo para a atividade econômica do estado nos próximos trimestres.

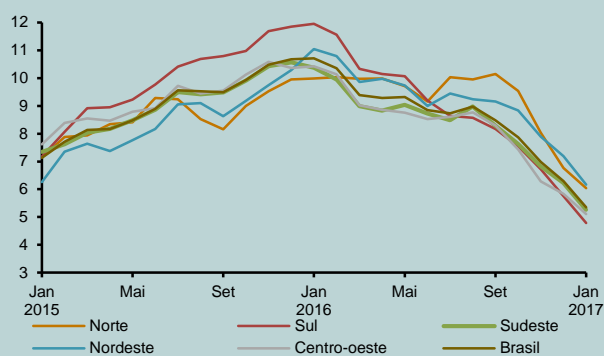
Comportamento regional da persistência inflacionária

A dinâmica da inflação regional pode apresentar diferenças em um país continental e economicamente heterogêneo como o Brasil, com implicações sobre os efeitos da política monetária¹. Neste contexto, a persistência da inflação regional é importante para o entendimento dos processos inflacionários nas distintas regiões, em especial, em períodos de desinflação, tendo em vista que se pode avaliar a velocidade da convergência da inflação à tendência de longo prazo.

Neste box, o grau de persistência das inflações para as grandes regiões geográficas² é calculado a partir dos dados do IPCA das nove regiões metropolitanas e das cidades de Brasília e Goiânia, com a amostra constituindo-se de dados mensais de agosto de 1999 a janeiro de 2017³. Os resultados da persistência são comparados entre si e utilizados para analisar a relação existente com o processo desinflacionário recente.

Gráfico 1 – Inflação regional e IPCA

% em 12 meses



A diferença na velocidade e na intensidade da recente desinflação entre as regiões encontra-se no Gráfico 1. Observa-se que na região Sul a inflação recua mais rapidamente após seu ponto máximo em janeiro/16. As regiões Norte e Nordeste, por outro lado, mostram processo mais lento⁴. A literatura ressalta que economias que experimentam maior persistência da inflação tendem a incorrer em maior “taxa de sacrifício”, ou seja, maior custo em termos de queda da atividade para uma redução na inflação.

A heterogeneidade da dinâmica inflacionária regional é destacada nas estatísticas descritivas (Tabela 1). As regiões metropolitanas de Belém e São Paulo registram maior e menor taxa média de

1/ Um tópico de estudo relevante na zona do Euro, por exemplo, é o de como melhor conduzir a política monetária em uma área monetária comum com heterogeneidade na dinâmica inflacionária entre os membros. Este e outros estudos relacionados estão resumidos em Altissimo et al (2006).

2/ As inflações das regiões geográficas foram calculadas a partir dos pesos das regiões metropolitanas ou cidades situadas na sua área de abrangência.

3/ A escolha do início da amostra em agosto de 1999 tem duas razões: Primeiro, este mês marca o início de uma nova estrutura de ponderação da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE (o período total da amostra engloba três estruturas distintas). Segundo, a amostra fica circunscrita dentro do regime de metas de inflação, evitando, assim, possíveis quebras estruturais significativas na dinâmica inflacionária.

4/ O Boxe “Desinflação em 2016: efeitos regionais”, do Boletim Regional de Janeiro de 2017, identifica de forma mais detalhada a evolução da desinflação nas regiões com uma desagregação da cesta do IPCA.

Tabela 1 – Estatística descritiva - IPCA mensal

Dados de Agosto/1999 a Janeiro/2017

Discriminação	Média	Desvio	Máximo	Mínimo
	%a.m.	padrão	%a.m.	%a.m.
Brasil	0,55	0,38	3,02	-0,21
Belém	0,59	0,50	3,22	-0,36
Fortaleza	0,57	0,47	3,24	-0,30
Recife	0,56	0,47	2,97	-0,54
Salvador	0,55	0,48	3,21	-0,61
Belo Horizonte	0,56	0,40	2,58	-0,10
Rio de Janeiro	0,57	0,47	3,25	-0,33
São Paulo	0,52	0,42	2,88	-0,30
Curitiba	0,55	0,48	3,20	-0,52
Porto Alegre	0,55	0,43	2,73	-0,36
Goiânia	0,56	0,49	3,69	-0,66
Brasília	0,56	0,53	3,91	-0,71

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE

Tabela 2 – Medidas de persistência

Discriminação	AR - ADF	AR - DFGLS	AR(1)
Brasil	0,70	0,70	0,75
Norte	0,45	0,58	0,87
Belém	0,45	0,58	0,87
Nordeste	0,58	0,62	0,64
Fortaleza	0,55	0,55	0,71
Recife	0,50	0,59	0,73
Salvador	0,43	0,58	0,59
Centro-oeste	0,54	0,62	0,89
Goiânia	0,57	0,63	0,70
Brasília	0,44	0,57	0,61
Sudeste	0,66	0,66	0,72
Belo Horizonte	0,50	0,58	0,66
Rio de Janeiro	0,58	0,58	0,77
São Paulo	0,60	0,60	0,63
Sul	0,64	0,64	0,64
Curitiba	0,53	0,53	0,53
Porto Alegre	0,57	0,63	0,70
Média (regiões)	0,58	0,62	0,75
Média (cidades e RMS)	0,52	0,58	0,68

Fonte: Elaboração própria

^{5/} Em linhas gerais, as medidas de forma reduzida levam em conta apenas a informação estatística presente na própria inflação, em contraste com modelos estruturais que, em geral, envolvem equações de oferta e demanda agregada da economia. Para uma visão mais técnica das medidas, uma boa referência é Fuhrer (2009). Estas medidas também foram utilizadas em outros trabalhos de persistência no Brasil, por exemplo, Oliveira e Petrassi (2014) e mais recentemente Figueiredo e Machado (2017). Entretanto, o único trabalho que estimou persistência em nível regional foi Silva e Vieira (2013), que, por sua vez, aplicaram uma metodologia distinta da analisada aqui e restringiram a amostra apenas até 2011.

^{6/} Para raiz unitária utiliza-se em geral ADF (augmented Dickey-Fuller) ou DFGLS (Dickey-Fuller generalized least squares); para seleção de modelos avaliando número ótimo de defasagens (p), critério de Akaike.

^{7/} Uma das razões para não adotar modelos do tipo estrutural nesta análise é que, normalmente, utiliza-se variáveis de agregação nacional - como por exemplo, expectativas de inflação, taxa de juros e PIB. No caso das duas primeiras, não há informações em nível regional, inviabilizando estudos deste tipo.

inflação para o período considerado, respectivamente; Brasília e a região metropolitana de Belo Horizonte apresentam, na ordem, o maior e o menor grau de dispersão (desvio padrão); e Brasília deteve a maior e a menor taxa mensal ao longo do período da amostra.

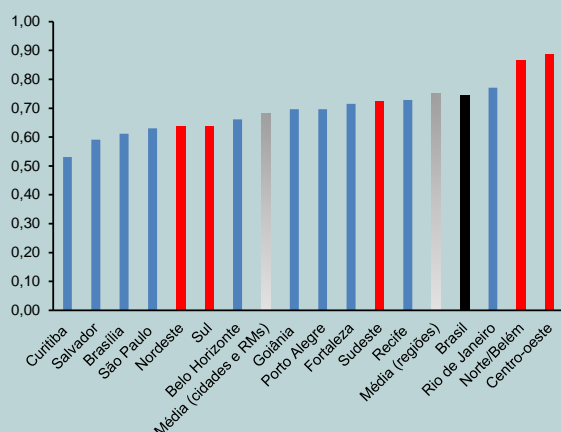
O exercício para calcular as persistências utiliza medidas de “forma reduzida”, baseadas na soma dos componentes autoregressivos da própria inflação⁵. De maneira resumida, esse método assume que a persistência de alguma série está relacionada com a demora em voltar ao seu padrão normal (média, tendência ou alguma medida similar). Matematicamente, essa demora é expressa pela soma dos coeficientes autoregressivos (β_j) da equação abaixo:

$$\pi_t = \alpha + \sum_{j=1}^p \beta_j \pi_{t-j} + \varepsilon_t$$

Onde o número j de defasagens da inflação é definido por teste de raiz unitária, e critério de escolha para seleção do melhor modelo de ajuste⁶. Alternativamente, uma medida mais simples consiste em adotar o valor do primeiro coeficiente autoregressivo como medida de persistência, ou seja, β_1 . Quanto maior o valor de β_j ou de β_1 , mais a série demora a voltar ao seu padrão normal e, portanto, é mais persistente. Neste boxe são apresentados os resultados de persistência obtidos pela soma dos coeficientes AR pelos 2 métodos (ADF e DFGLS) e pelo AR(1)⁷.

Os resultados de persistência entre regiões metropolitanas/cidades e as regiões geográficas para cada método utilizado estão consolidados na Tabela 2. Para facilitar a exposição, a classificação em ordem crescente de persistência, segundo o método AR(p) DFGLS, considerado o mais robusto dos três é apresentada no Gráfico 2.

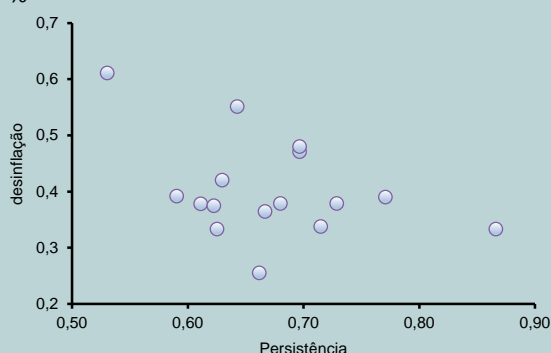
Gráfico 2 - Ranking de persistência - Método AR(p) DFGLS



Vale observar inicialmente que a média das cidades e RMs é menor que a média das regiões geográficas, (esse resultado foi alcançado pelos três métodos). Além disso, as médias são menores que a persistência do IPCA nacional. Estes resultados corroboram consenso da literatura do chamado “viés de agregação” na persistência, segundo o qual a persistência de uma série agregada tende a ser maior que a de seus componentes⁸. Isso ocorre principalmente porque nas séries desagregadas choques idiossincráticos tendem a se dissipar mais rápido. Outra forma de perceber isso é que a persistência do IPCA nacional é, na grande maioria das vezes, maior ou igual às das cidades, regiões metropolitanas e regiões geográficas. As exceções encontradas foram Rio de Janeiro (0,77), Norte/Belém (0,87) e Centro-Oeste (0,89) no modelo AR-DFGLS.

Destaca-se, o Centro–Oeste com a maior persistência entre as regiões geográficas, de acordo com o AR-DFGLS, e o Sul e o Nordeste, com as menores. Em relação às cidades e regiões metropolitanas, Belém e Rio de Janeiro assinalaram as maiores persistências do IPCA e a RM de Curitiba a menor. Esta última, teve suas medidas de persistências numericamente iguais nos três modelos (0,53), o que permite inferir que sua persistência é totalmente explicada pela defasagem em 1 período, AR(1), definindo um processo estocástico de “memória curta”. De maneira oposta, a dinâmica inflacionária de Salvador parece ter uma “memória longa”, haja vista o peso da influência da defasagem em 1 período, medida por AR(1), ser menor que as medidas que consideram defasagens maiores - modelos AR(p) - respectivamente 0,43 e 0,58.

Gráfico 3 – Persistência x desinflação mensal %



Fonte: IBGE e BCB

Os resultados também podem ajudar no entendimento de porque algumas regiões experimentam uma desinflação mais gradual e outras mais abrupta, como, por exemplo, Belém e Curitiba, respectivamente. A correlação entre a desinflação recente ocorrida e a persistência histórica calculada é mostrada no Gráfico 3, sinalizando uma relação negativa, como esperado, entre as variáveis⁹.

Em suma, este boxe apresentou estimativas de persistência da inflação regional no Brasil,

8/ Esse resultado também aparece na literatura quando se compara persistência de uma série de inflação com a média das persistências dos seus itens, por exemplo, gasolina, alimentos, etc.

9/ Cada ponto corresponde a uma cidade/região metropolitana ou região geográfica, totalizando 16 pontos. No eixo horizontal, observa-se o grau de persistência, enquanto desinflação mensal no período (queda em pontos percentuais da inflação de 12 meses desde o seu pico até janeiro/2017, dividida pelo número de meses decorridos) está representada no eixo vertical

ressaltando a sua heterogeneidade. O conhecimento dos níveis de persistência é importante do ponto de vista de política monetária, ao sinalizar a velocidade de ajuste da inflação após desvios temporários da sua tendência. Conforme foi verificado, as diferenças regionais encontradas têm implicação especial sobre o ritmo da desinflação em curso em cada região.

Referências:

Altissimo, F., Ehrmann, M. e Smets, F. (2006) Inflation Persistence and Price-setting behaviour in the Euro Area: A Summary of the IPN Evidence. Occasional Paper Series, 46, European Central Bank.

Figueiredo, F. e Machado, V. (2017). Assessing IPCA Inflation Persistence using Disaggregate Data. Mimeo.

Fuhrer, J. (2009). Inflation Persistence. Working Paper 14, Federal Reserve Bank of Boston.

Oliveira, F. e Petrassi, M. (2014). Is Inflation Persistence Over? Revista Brasileira de Economia, v. 68 (3).

Silva, C. e Vieira, F. (2013). Persistência Inflacionária Regional Brasileira: Uma aplicação dos modelos ARFIMA. Economia Aplicada, v. 17 (1).

Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) – revisão metodológica

O Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR), divulgado mensalmente para as cinco regiões geográficas e treze unidades da federação, com dados a partir de janeiro de 2003, tem como objetivo contribuir para a análise conjuntural da economia de cada região. Este boxe apresenta atualização da metodologia do IBCR, que incorpora indicadores já adotados no cálculo do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br), destacando-se os divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Assim como na versão anterior, o IBCR é construído com base em proxies representativas do volume da produção da agropecuária, da indústria e do setor de serviços. Essas proxies são agregadas a partir dos pesos do respectivo valor adicionado da atividade, divulgados nas Contas Regionais e nas tabelas de recursos e usos do Sistema de Contas Nacionais, ambas do IBGE. Também são utilizadas outras informações de caráter estrutural, como as obtidas na Pesquisa Industrial Anual (PIA-IBGE), na Pesquisa Anual do Comércio (PAC-IBGE), na Pesquisa Anual de Serviços (PAS-IBGE) e na Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE).

As fontes e a metodologia de cálculo do volume de cada componente do IBCR são apresentadas, resumidamente, a seguir.

1) **Agropecuária:** a produção agrícola é estimada com base no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE). A variação anual das culturas é distribuída mês a mês de acordo com o fator de mensalização da colheita, divulgado no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE). A produção de origem animal tem como fontes a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, a Pesquisa da Produção de Ovos de Galinha e a Pesquisa Trimestral do Leite, todas do IBGE, e a série agregada calculada

para o Brasil, com base nas mesmas pesquisas;

2) Indústria de transformação e extrativa: são construídos a partir da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física-Regional (PIM-PF Regional, do IBGE);

3) Produção e distribuição de eletricidade: é construído a partir de dados de consumo de energia elétrica, divulgados para estados e regiões pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE);

4) Construção: estimado a partir da evolução do emprego formal (Rais/MT e Caged/MT) e da massa salarial dos demais trabalhadores da construção (PNAD Contínua-IBGE);

5) Comércio: a partir da agregação da estimativa da margem de comércio por atividade à um segundo componente, ligado à demanda (Pesquisa Mensal do Comércio – PMC/Comércio ampliado-IBGE);

6) Serviços de transportes: o indicador é estimado com base no volume comercializado de óleo diesel, divulgado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

7) Serviços de informação: calculado com base na PMS-IBGE;

8) Intermediação financeira: agrega um componente representativo dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) a um componente representativo dos serviços medidos diretamente (tarifas bancárias).

9) Serviços prestados às empresas: população ocupada nos serviços tipicamente prestados a empresas (Rais/MT e Caged/MT);

10) Administração, saúde e educação públicas: derivada da série calculada para o país, cujas estimativas incluem o número de matrículas na rede pública divulgado pelo Inep; o tempo total de internações e da

produção ambulatorial nos hospitais públicos, divulgados no DATASUS; e a população ocupada na administração pública (PNAD Contínua-IBGE);

11) Saúde e educação mercantis: estimativa com base na população ocupada nesses serviços (Rais/MT e Caged/MT);

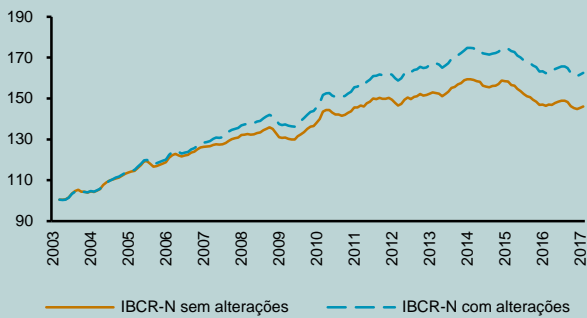
12) Serviços prestados às famílias: inclui o volume dos serviços prestados às famílias da PMS-IBGE e população ocupada nas atividades artísticas, organizações associativas e em outros serviços pessoais (PNAD Contínua-IBGE);

13) Serviços domésticos: população ocupada em serviços domésticos (PNAD Contínua-IBGE).

Adicionalmente, o IBCR incorporou dados mais recentes das pesquisas anuais do IBGE (PAM, PIA, PAS) e das Tabelas de Recursos e Usos de 2014 (SCN 2010-IBGE). A incorporação dessas informações de caráter mais estrutural ocorre, normalmente, ao final de cada ano, ocasionando revisões na série do indicador. Ressalte-se que a série divulgada do IBCR passa por revisões frequentes, em geral, com alterações nos valores das séries nos meses recentes, consequência da incorporação de dados revisados por suas fontes primárias e da substituição de valores estimados por valores definitivos, como no caso dos agregados populacionais da PNAD Contínua, cujas informações regionalizadas são divulgadas apenas com periodicidade trimestral.

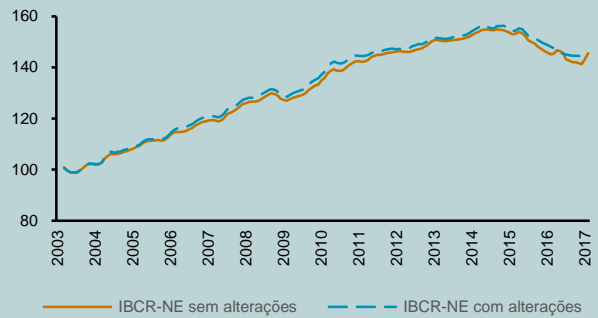
Vale destacar que a atualização na metodologia do IBCR é feita com relativa regularidade para melhor refletir as alterações nas pesquisas estruturais e as disponibilidades de novos indicadores. As novas séries para as regiões do país são apresentadas nos Gráficos 1 a 5.

Gráfico 1 - Evolução do IBCR - Norte
Média móvel 3 meses com ajuste sazonal
2002=100



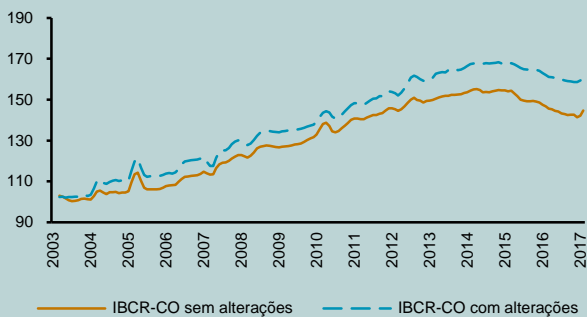
Fonte: Banco Central

Gráfico 2 - Evolução do IBCR - Nordeste
Média móvel 3 meses com ajuste sazonal
2002=100



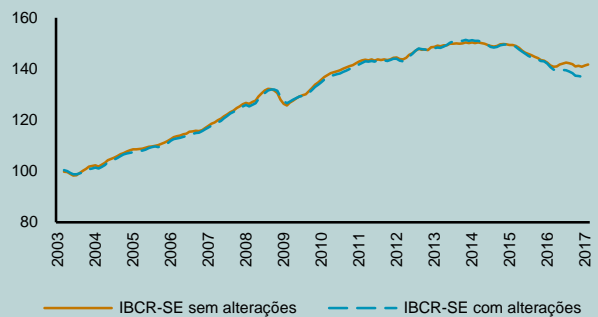
Fonte: Banco Central

Gráfico 3 - Evolução do IBCR - Centro-Oeste
Média móvel 3 meses com ajuste sazonal
2002=100



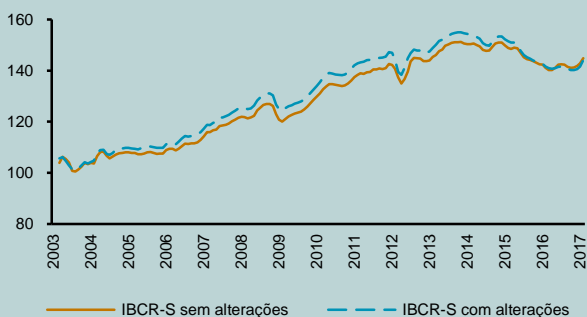
Fonte: Banco Central

Gráfico 4 - Evolução do IBCR - Sudeste
Média móvel 3 meses com ajuste sazonal
2002=100



Fonte: Banco Central

Gráfico 5 - Evolução do IBCR - Sul
Média móvel 3 meses com ajuste sazonal
2002=100



Fonte: Banco Central

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Ilan Goldfajn

Diretor de Política Econômica

Carlos Viana de Carvalho

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Recife

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belém
Chefe de Equipe: Priscila Furtado dos Santos

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza
Chefe de Equipe: Afonso Eduardo de Oliveira Jucá

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre
Chefe de Equipe: Maria Juliana Zeilmann Fabris

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Recife
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro
Chefe: Lilian Carla dos Reis Arquete

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Salvador
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo
Chefe: Mauricio Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Siglas

BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged/MT	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
Cotepe/MF	Comissão Técnica Permanente do ICMS do Ministério da Fazenda
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
Depec	Departamento Econômico
EUA	Estados Unidos da América
Fecomércio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fecomércio-RS	Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBCR-CO	Índice de Atividade Econômica Regional – Centro-Oeste
IBCR-N	Índice de Atividade Econômica Regional – Norte
IBCR-NE	Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste
IBCR-S	Índice de Atividade Econômica Regional – Sul
IBCR-SE	Índice de Atividade Econômica Regional – Sudeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icec-PR	Índice de Confiança do Empresário da Construção - Paraná
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
Icei-PE	Índice de Confiança do Empresário Industrial de Pernambuco
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICIT	Índice de Confiança da Indústria de Transformação
ICIT-PR	Índice de Confiança da Indústria de Transformação - Paraná

ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PET	Politereftalato de etileno
PF	Pessoa Física
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PJ	Pessoa Jurídica
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção
VTI	Valor da Transformação Industrial



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

bcb.gov.br